

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



**Rio de Janeiro – Ano 23 – Nº 69
Setembro/Dezembro – 2017**

R454

***Revista Philologus* / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. – Ano 23, Nº 69, (set./dez.2017) – Rio de Janeiro: CiFEFiL. 172 p. il.**

**Quadrimestral
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Linguística – Periódicos.
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**

CDU 801 (05)

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de filologia e de linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)
Boulevard Vinte e Oito de Setembro, 397/603 – 20.551-030 – Rio de Janeiro – RJ
publica@filologia.org.br – (21) 2569-0276 e <http://www.filologia.org.br/revista>

Diretor-Presidente:	Prof. Dr. José Pereira da Silva
Vice-Diretor-Presidente:	Prof. Dr. José Mario Botelho
Primeira Secretária:	Profa. Dra. Regina Céli Alves da Silva
Segunda Secretária:	Profa. Me. Eliana da Cunha Lopes
Diretor de Publicações	Profa. Me. Anne Caroline de Moraes Santos
Vice-Diretor de Publicações	Profa. Dra. Maria Lúcia Mexias Simon

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe: José Pereira da Silva

Conselho Editorial

Alicia Duhá Lose	Álvaro Alfredo Bragança Júnior
Angela Correa Ferreira Baalbaki	Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues
João Antonio de Santana Neto	José Mario Botelho
José Pereira da Silva	Luane da Costa Pinto Lins Fragoso,
Maria Lucia Leitão de Almeida	Maria Lúcia Mexias Simon
Mário Eduardo Viaro	Nataniel dos Santos Gomes
Regina Céli Alves da Silva	Renata da Silva de Barcelos
Ricardo Joseh Lima	Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz

Diagramação, editoração e edição	José Pereira da Silva
Editoração eletrônica	Silvia Avelar Silva
Projeto de capa:	Emmanuel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a instituições de ensino, centros, órgãos e institutos de estudos e pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOLOGUS VIRTUAL
www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

Editorial	6
1. A busca pela emancipação feminina em "Eveline", de James Joyce	8
<i>Anne Caroline de Moraes Santos e Rayane Cholbi</i>	
2. A crise do império português na epistolografia de Sá de Miranda	28
<i>Ricardo Hiroyuki Shibata</i>	
3. Aguardente: um estudo no campo semântico da alimentação e cozinha, a partir dos dados do Projeto ALERS	39
<i>Ludinalva Santos do Amor Divino</i>	
4. De verbo: a gramática de Flávio Carísio.....	52
<i>Flávia Santos da Silva</i>	
5. Em busca do quem das coisas: encontro com a poesia.....	62
<i>Iolanda Cristina dos Santos</i>	
6. Estudo geonímico das feições da costa do estado do Rio de Janeiro.....	74
<i>Pamela Marcia Ferreira Dionisio, Thiago Costa Virgilio e Paulo Marcio Leal de Menezes</i>	
7. História concisa da ortografia portuguesa	93
<i>Eliane da Rosa</i>	
8. Leitura poética de “Supremo Verbo”, de <i>Últimos Sonetos</i>, de Cruz e Sousa	110
<i>Juan Marcello Capobianco</i>	
9. Marcas sêmio-lexicais em topônimos amazônicos.....	126
<i>Rozangela de Melo Martins e Alexandre Melo de Sousa</i>	
10. Os múltiplos saberes no ensino de literatura: uma proposta de integração dos conhecimentos.....	142
<i>Maria Cilene Gonçalves Gaspar, Michele Assunção Lima e Gisela Maria de Lima Braga Penha</i>	
11. Sobre uma ambiguidade em “O Lobo e o Cordeiro”: dativo ético ou “local”?	156
<i>Roberto da Silva Ribeiro e Roberta Tiburcio Barbosa</i>	

RESENHAS

1. **Morfologia: perspectivas de novos horizontes de pesquisa..... 167**
José Pereira da Silva
2. **Processos fonético-fonológicos na fonologia histórica do português 170**
José Pereira da Silva

EDITORIAL

O CiFEFiL tem o prazer de apresentar-lhe este número da *Revista Philologus*, do terceiro quadrimestre de 2017, com onze artigos e duas resenhas dos seguintes autores: Alexandre Melo de Sousa (p. 127-142), Anne Caroline de Moraes Santos (p. 9-28), Eliane da Rosa (p. 94-110), Flávia Santos da Silva (p. 53-62), Gisela Maria de Lima Braga Penha (p. 143-156), Iolanda Cristina dos Santos (p. 63-74), José Pereira da Silva (p. 168-170 e 171-173), Juan Marcello Capobianco (p. 111-126), Ludinalva Santos do Amor Divino (p. 40-52), Maria Cilene Gonçalves Gaspar (p. 143-156), Michele Assunção Lima (p. 143-156), Pamela Marcia Ferreira Dionisio (p. 75-93), Paulo Marcio Leal de Menezes (p. 75-93), Rayane Cholbi (p. 9-28), Ricardo Hiroyuki Shibata (p. 29-39), Roberta Tiburcio Barbosa (p. 157-167), Roberto da Silva Ribeiro (p. 157-167), Rozangela de Melo Martins (p. 127-142) e Thiago Costa Virgílio (p. 75-93).

Iniciando este número 69, Anne e Rayane analisam a relação entre literatura e seu contexto de produção para entender os fatores que dificultavam a emancipação da mulher europeia no início do século XX.

A seguir, Ricardo sintetiza a história da crise econômica e moral que resultou na derrocada completa do Império Português, iniciada no século XVI, a partir dos registros na correspondência de Sá de Miranda.

No terceiro artigo, Ludinalva verifica quais as variantes lexicais utilizadas na Região Sul do Brasil para o item lexical "aguardente", identificando as possíveis diferenças e/ou semelhanças diatópicas, a partir do projeto do *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil*.

No quarto artigo, Flavia reflete sobre a relação das categorias de tempo, modo e aspecto na organização dos verbos apresentada nas gramáticas latinas medievais de Flávio Sosipater Charisius e de Diomedes, tomando João Bortolanza (2007) por modelo de análise.

No quinto artigo, Iolanda apresenta a ousadia de um discurso que percorre várias instâncias da criação literária de João Guimarães Rosa, para mostrar que, na novela "Cara de Bronze", ele é um encontro com as coisas não utilitárias, mas necessárias, sendo a musicalidade da poesia, senão a única, a principal meta a ser alcançada.

Pamela, Thiago e Paulo realizam um levantamento da geonímia

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

pertinente as feições da costa fluminense, tais como ilhas, pontas, praias, lagoas costeiras, dentre outras feições, desvelando a memória da costa fluminense a partir das formas simbólicas identitárias dos geônimos.

O artigo da Eliane descreve e explica a evolução da ortografia portuguesa desde os primórdios de sua formação até os dias atuais e demonstra que as diferenças gráficas que permanecem são a manifestação do discurso oral nas diversas regiões em que o português é falado.

Juan, no oitavo artigo, faz uma leitura poética de um dos mais belos sonetos João da Cruz e Sousa, buscando um percurso hermenêutico que traga sua obra para a atualidade, desenvolvendo uma leitura livre, de forma que aproveite as características estilísticas do simbolismo.

Rozangela e Alexandre discutem o início da “invenção” da Amazônia por meio do nome de seus lugares, estabelecidos pelos primeiros viajantes colonizadores, com os naturais vestígios culturais e ideológicos neles impregnados e analisam as primeiras superposições toponímicas de alguns rios, resultadas do imaginário de espanhóis e portugueses.

No penúltimo artigo, Maria, Michele e Gisela discorrem sobre a importância do ensino de literatura na formação dos alunos do ensino fundamental II, apresentando aos professores de português um projeto de ensino de literatura contextualizado, para integrar várias disciplinas.

No último artigo, focados nas escolhas linguísticas operadas pelo autor da fábula “O lobo e o cordeiro”, Roberto e Roberta avaliam o uso do termo *mihi*, na fala do lobo, com vistas a compreender melhor os sentidos contidos na narrativa.

Ao final, são apresentadas duas resenhas relativas aos livros: *Fonologia Histórica do Português*, de Carlos Alexandre Gonçalves e Ana Paula Belchior, e *Novos Horizontes da Pesquisa em Morfologia*, organizado por Carlos Alexandre Gonçalves e Neide Higino da Silva.

Concluindo, o CiFEFiL agradece pelas críticas que nos puder enviar sobre este número da *Revista Philologus*, visto que pretende produzir um periódico cada vez melhor e mais interessante para o aperfeiçoamento da interação acadêmica dos profissionais de linguística e letras.

Rio de Janeiro, dezembro de 2017.



**A BUSCA PELA EMANCIPAÇÃO FEMININA
EM "EVELINE", DE JAMES JOYCE**

Anne Caroline de Moraes Santos (UVA e FACHA)

anne.santos@uva.br

Rayane Cholbi (UVA)

rayanne.assis@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a relação entre literatura e seu contexto de produção para entender os fatores que dificultavam a emancipação da mulher europeia do século XX, a partir da análise do conto "Eveline" (1914), do escritor modernista irlandês James Joyce, e sua importância para a literatura moderna. Por meio de uma investigação dos principais impedimentos para a emancipação feminina ao longo do século XIX e XX e dos movimentos feministas que buscavam superar os fatores subjulgadores dessa liberdade, pretende-se entender como, na literatura, mais precisamente no conto de James Joyce, a mulher do século XX era representada, tendo em vista o vínculo entre a realidade experimentada pelo autor e a ficção. Analisam-se, ainda, as mudanças na criação da personagem feminina ao longo dos períodos literários e a relação entre tempo, espaço e a narrativa à luz de teóricos como Elisabeth Brait e Mikhail Bakhtin. O conto "Eveline" retrata bem as dificuldades enfrentadas pelas mulheres de hoje e de ontem para se libertarem do domínio masculino e da imposição de papéis tradicionais de gênero impostos a elas. Esse artigo investiga, portanto, as dificuldades que a jovem personagem encontrou ao decidir abandonar seu papel de filha, irmã e funcionária dedicada para buscar uma nova vida.

Palavras-chave:

Literatura inglesa. O discurso da emancipação feminina. Personagem joyciana.

1. Introdução

As ações de homens e mulheres ao longo dos séculos modificou a sociedade, a tecnologia, as roupas, os relacionamentos, e mudou também o papel da mulher. A forma como ela é vista e se vê no mundo público e no privado alterou-se. Contudo, o papel da mulher ainda é carregado de estereótipos que tentam definir o que é ser mulher e como ela deve agir, rejeitando, assim, outras formas de comportamento. Tais imposições comportamentais afastam a mulher de sua total emancipação, de viver da forma que ela deseja.

Para compreender esses impedimentos para a emancipação, é preciso voltar no tempo, investigar suas origens e sua concretização na vida de mulheres europeias dos séculos XIX e XX, para, então, investigar

como elas vivenciavam esses impedimentos e como eles estão perpetuados até hoje. Alguns momentos históricos foram marcantes para a trajetória das lutas emancipatórias. Acontecimentos como a Revolução Industrial e as guerras mundiais repercutiram diretamente na mulher, modificando seu papel social. Esses acontecimentos que se sucederam a partir da segunda metade do século XVIII são um marco para uma série de mudanças acerca da questão feminina.

Por meio da palavra escrita, o mundo real pode ser representado ficcionalmente em certo grau, também problematizado e criticado; o que foi feito por diversos autores, principalmente os modernistas. Para Umberto Eco (1972, p. 30), a pessoa forma na obra “a sua experiência concreta, a sua vida interior, a sua irrepetível espiritualidade, a sua reação pessoal ao ambiente histórico, crenças, aspirações”. Como diz Mikhail Bakhtin, “o autor está preso a sua época” (1992, p. 363), portanto tem como ponto de referência o seu próprio estar no mundo dentro de tempo e espaço definido. Desse ponto, ele cria seu mundo ficcional que pode revelar-se em maior ou menor grau como uma forma de questionar os papéis sociais vividos por homens e mulheres de seu tempo.

O escritor irlandês James Joyce, um grande representante do Modernismo, conseguiu ir além das revoluções criativas em sua escrita, tais como o uso do fluxo de consciência, da epifania, da paralisia, das narrativas sem conclusão, misturando a voz do narrador e da personagem para tornar a experiência da leitura mais próxima da realidade humana, e, ainda, representou, ficcionalmente, o que ele observava em seu país, a Irlanda; fez isso também no que toca à existência feminina com a personagem Eveline Hill, que, no conto homônimo, enfrentou impedimentos sociais, familiares, financeiros, psicológicos, sentimentais para concretizar seu desejo de emancipação; como outras mulheres do início do século XX que James Joyce, certamente, observava ou conhecia.

A personagem feminina passa por impedimentos no mundo fictício, assim como a mulher real. Portanto, analisar as dificuldades pelas quais a personagem passa é, de certa forma, analisar as dificuldades da mulher fora do mundo literário. Objetiva-se investigar quais foram esses impedimentos trazidos do mundo exterior para o mundo ficcional e como eles afetaram a decisão que a personagem deveria tomar. O teórico russo do século XIX Mikhail Bakhtin, com sua teoria sobre a relação entre narrativa, tempo e espaço, alicerça a discussão sobre a ligação entre a criação fictícia e o momento histórico do autor. Um dos objetivos deste trabalho é entender a ligação entre o mundo fictício criado pelo escritor Ja-

mes Joyce, as representações das personagens, principalmente a feminina, e o mundo exterior à obra; como a criação dialoga e, certas vezes, representa o momento vivido pelo autor e por aqueles que o cercam.

Discute-se, ainda, a relação entre tempo, espaço e narrativa fazendo uso dos estudos de teóricos como Elisabeth Brait e o já citado Mikhail Bakhtin; também, a representação das personagens femininas na literatura dos séculos XIX e XX; bem como o percurso histórico e as características do gênero conto, destacando o conto inglês e a ficção de James Joyce.

2. Os impedimentos para a emancipação feminina

Emancipação é não ser determinado nem restringido biológica ou socialmente devido ao sexo, segundo a historiadora Gerda Lerner (1979, p. 37). A emancipação feminina percebida hoje foi conquistada durante um longo processo histórico e por meio de diversas lutas que atravessaram gerações. Sua concretização, no entanto, não foi total, embora construída sobre pilares e estruturas consistentes. Os direitos e deveres que mulheres de hoje podem usufruir são a colheita das lutas de suas predecessoras, que, segundo a historiadora Mônica Karawejczyk (*apud* TOURAINE, 1999, p. 5), “[...] quiseram não somente abolir ou atenuar as desigualdades que sofriam e conquistar o direito de decidir livremente sobre sua vida, como fizeram aparecer problemas à vista de todos [...]”.

Em diversos setores sociais as ações femininas rumo ao processo de emancipação enfrentaram dificuldades, como na esfera trabalhista, na familiar, na legislativa e na religiosa. O trabalho fora do lar não era atribuído à mulher; somente as atividades relacionadas à manutenção da casa e do bem-estar dos filhos e do marido eram destinadas a ela até o século XVIII. Portanto, o espaço que lhe era reservado era o domiciliar. Sem trabalho, não era possível à mulher produzir seu próprio sustento, o que era feito pelo chefe da família; sem trabalho, não era necessário aprender um ofício ou desenvolver seus estudos, mantendo-os apenas relacionados às atividades domésticas, aos bons modos, à costura e aos instrumentos musicais. Por não produzirem riqueza, as mulheres estavam submetidas aos desejos dos homens, dependiam financeiramente de pais, irmãos, maridos, filhos, como ressalta a historiadora Marilza Mestre (2004 *apud* PROST, 1992, p. 78):

ideal, para uma jovem, é ficar na casa dos pais sem trabalhar. Se precisar, o

melhor é que trabalhe permanecendo na casa dos pais, por exemplo, costurando por encomenda. É somente nas camadas mais baixas da escala social que uma jovem vai trabalhar fora [...].

Com a Revolução Industrial no final do século XVIII, as mulheres puderam deixar a exclusividade do trabalho no lar para trabalhar nas fábricas. O que poderia ser um passo significativo para a igualdade entre homens e mulheres, pelo menos em relação à geração de riqueza, tornou-se mais uma amarra à mulher. Além da duplicação da carga de trabalho, já que trabalharia dentro e fora de casa, o salário pago às mulheres era bem menor do que o pago aos homens em funções equivalentes. E, assim como os outros trabalhadores, as mulheres tinham que suportar jornadas de trabalho de 14 a 16 horas diárias em condições precárias de segurança e higiene. Quando havia leis que regulavam o trabalho feminino, elas eram feitas para preservar a função de reprodutora e evitar o prejuízo à moral da época, como assinala a escritora Régine Dhoquois, no livro *O Corpo Feminino em Debate* (2003), organizado por Maria Matos e Rachel Soihet.

A ocupação de profissões destinadas aos homens representava uma ameaça à integridade da família, assim como o acesso aos níveis mais altos de educação. A educação de nível superior não era destinada à mulher, apenas a educação básica. Já que ela era responsável pela educação dos filhos, deveria conhecer o mínimo para ajudar a educá-los dentro dos padrões sociais. Elas, no entanto, não poderiam continuar seus estudos, pois, como aponta o professor Ezequiel de Souza (2010, p. 115), “os homens acreditavam que as mulheres não eram aptas para o estudo científico em nível superior, porque seria ‘contra a natureza’ a concessão do grau universitário às mulheres”. Dessa forma, em áreas como a medicina e o direito, a inserção das mulheres foi árdua e mal vista. Até hoje, observando uma área como a educação, professores de nível básico, que trabalham com a formação inicial da criança, são, em sua grande maioria, mulheres; já em nível universitário, há um maior equilíbrio entre homens e mulheres. Ainda como mostra a professora Maria Izilda Santos de Matos (2003, p. 114), considerava-se que

o cérebro e os ovários não poderiam desenvolver-se simultaneamente [...]. Assim, as jovens não deveriam abusar das atividades intelectuais, canalizando suas energias para o perfeito desenvolvimento de suas faculdades reprodutoras.

Tais afirmações oferecidas por médicos eram utilizadas para justificar a razão de as mulheres não poderem executar certas atividades e re-

forçar a ideia de uma dita inferioridade feminina.

Se ter acesso ao mercado de trabalho aproximava homens e mulheres, o direito ao sufrágio feminino era mais um passo à emancipação; contudo, como afirma Mônica Karawejczyk (2010, p. 10), “o sufrágio universal surge como uma das principais conquistas dos homens da classe trabalhadora no final do século XIX, mas ela não incluía o sufrágio feminino”. As ações feministas em relação a esse direito começaram a tomar forma organizada no final do século XIX e começo do século XX, quando os primeiros grupos de mulheres saíram às ruas em busca de uma representatividade no cenário político. Representatividade política que as mulheres não tinham para criar as leis nem para pô-las em prática. Não havia mulheres ocupando cargos políticos e nem as leis eram favoráveis a elas, como, por exemplo, a lei que dava ao homem os direitos sobre os filhos, caso a esposa quisesse deixar o lar. O direito de escolher quem as representasse na sociedade política, pessoas que pudessem lutar contra o domínio masculino na vida das mulheres, era visto como uma ameaça ao lar, à família e à sociedade burguesa.

O direito da mulher de votar e escolher os seus representantes políticos foi (de formas diversas, mas sempre uma constante) encarado com desconfiança, pois poderia pôr em risco a família, desagregando-a. A mulher, ao obter o direito a participar mais ativamente da vida política do seu país, exigindo o direito de exercer o voto, estaria subvertendo a ordem natural e universal dos sexos ao intrometer-se no mundo público masculino, desorganizando a vida doméstica e maculando a imagem do anjo do lar. (KARAWEJCZYK, 2007, p. 11)

Se no espaço público a mulher era uma figura dispensável, na esfera privada ela era essencial. O lar era o centro da família burguesa dos séculos XIX e XX, mas nem isso a fazia ter mais poder de decisão sobre si própria. Dentro de casa, a mulher também estava submissa aos desejos dos homens, seu reconhecimento estava baseado em seu desempenho como esposa e mãe (SOUZA, 2010). A consolidação da família nuclear, baseada na figura de pai, mãe e filhos, confinou a mulher ao espaço privado para o cuidado das crianças, já que a mulher era, como se acreditava, naturalmente delicada, cuidadora, afetuosa, características relativas à sua “natureza feminina”. Era ela quem deveria manter o bem-estar da família, auxiliando, assim, o bem-estar e desenvolvimento da sociedade; permitindo ao homem o papel de provedor, protetor, que tem acesso ao mundo exterior. Esse papel conferido à mulher teve uma mudança significativa durante as duas grandes guerras mundiais. Enquanto os homens estavam nos campos de batalha, cabia às mulheres a função dupla de cui-

dar dos filhos e prover seu sustento, como mostram as professoras Juliana Caixeta e Silviane Barbato (2004, p. 215):

a separação dos espaços de atuação entre público e privado trouxe consequências que são experienciadas até os dias de hoje. Aos homens cabe o espaço público, com seus desafios, poderes e produção e, do outro lado, encontra-se o espaço privado, próprio das mulheres. A elas, cabe a reprodução, o cuidado com a casa, filhos (as) e esposo. Como o papel de dona-de-casa não é compreendido como um trabalho, mas sim como uma obrigação feminina, advinda da sua natureza de mulher, não goza dos direitos civis que a sociedade capitalista, em crescimento, passa a elaborar para seus trabalhadores. (CAIXETA & BARBATO, 2004, p. 215)

De mesmo modo, na Literatura, a mulher sofreu para alcançar seu lugar. A representação feminina, em um universo literário de grande parte masculina, é alterada ao longo dos anos devido ao processo de emancipação fora dos livros. Segundo a professora Cíntia Schwantes (2006), a representação é subjetiva, pois é determinada por alguém que escolhe o que deve e o que não deve ser representado, tendo como objetivo um público que pode aprovar ou não. Portanto, a representação da mulher nas obras literárias também passa pela subjetividade do autor na criação artística, que leva em consideração o público a que se destina o texto, assim como sua época. Essa visão social da mulher reflete-se no texto literário, principalmente no de autoria masculina, que, muitas vezes, quando fala da mulher, seu papel é solidificado pelo uso de estereótipos negativos, como mostram as professoras Dignamara Sousa e Daise Dias (2013, p. 161), que abordam os dois grandes estereótipos: a mulher sedutora, perigosa e imoral, que age contra os padrões de feminilidade estabelecidos, exemplificados pelas personagens Capitu, em *Dom Casmurro* (1900), e Luísa, em *O Primo Basílio* (1878); ou a mulher incapaz, indefesa, angelical, caracterizada pela passividade, como Teresa em *Amor de Perdição* (1862); e ainda

há muitas outras representações que apresentam o olhar masculino sobre as mulheres carregado de discriminações, servindo como propósito para a manutenção da dominação social e cultural masculina sobre a sociedade e, conseqüentemente, sobre as mulheres. Um dos fatores importantes da perspectiva feminista é apontar para outra ótica de leitura, destacando, dentre outros, a conotação negativa que há por trás das ideologias impostas pela cultura patriarcal. (SOUSA & DIAS, 2013, p. 161)

A literatura é, contudo, entre as carreiras artísticas, a mais exercida pelas mulheres, além de ter forte público leitor a partir da Idade Moderna; entretanto, as escritoras continuam à margem da Literatura (SCHWANTES, 2006), muitas vezes sendo classificadas como produto-

ras de livros “água com açúcar”, não são consideradas produtoras de literatura “séria”, tanto que, até 2012, apenas 12 mulheres ganharam o Prêmio Nobel de Literatura. Enquanto isso, o cânone literário, constituído pelos grandes livros escritos por homens, ecoa a representação patriarcal da mulher. Os homens são os protagonistas e as mulheres são os acessórios, o motivo de tormenta ou a recompensa final, como a conhecida Gabriela, que, ao chegar a cidade de Ilhéus, enlouquece muitos homens com suas maneiras inadequadas à moral da época, ou Teresa e Cecília, que sucumbem ao lado de seus pares por amor. A forma como o autor visualiza a feminilidade afeta também como as mulheres são vistas fora dos livros; a caracterização dualista entre a mulher do lar e a mulher da rua solidifica sua imagem em dois opostos excludentes, como se a mulher não pudesse ser um ser complexo e variável. Segundo o professor José Vilian Manguera (2012),

diante dos papéis impostos às mulheres na ficção, observa-se que elas se encontram, à sua revelia, em uma posição inferior àquela ocupada pelo homem. Isso reforça a afirmativa de que as construções literárias espelham o sistema cultural do patriarcado. (MANGUEIRA, 2012, p. 29)

3. O conto e o cronotopo bakhtiniano

A literatura é uma criação artística, proveniente da imaginação do autor, mas é também uma fonte reveladora da realidade social e do contexto histórico da época do escritor ou da narrativa, inclusive para as gerações posteriores, como salienta a professora, crítica e ensaísta Elisabeth Brait (2006, p. 102): “a concepção de tempo traz consigo uma concepção de homem, e, assim, a cada nova temporalidade, corresponde um novo homem”. O filósofo e escritor russo Mikhail Bakhtin, em seus escritos no século XIX, analisa essa relação entre a narrativa, o tempo e o espaço, criando o termo cronotopo, como explica o professor João Luiz Fiorin (2006):

os textos literários revelam-nos os cronotopos de épocas passadas e, por conseguinte, a representação do mundo que tinha a sociedade em que eles surgiram. Figura-se o mundo por meio de cronotopos, que são, pois, uma ligação entre o mundo real e o mundo representado, que estão em interação mútua. O cronotopo [...] determina a imagem do homem na literatura. [...] mostra a interligação fundamental das relações espaciais e temporais, representadas nos textos, principalmente literários. (FIORIN, 2006, p. 144)

É possível compreender melhor o mundo e a cultura produzida em determinada época por meio da literatura. Nesse momento de encontro

entre obra e leitor, duas culturas se chocam. Para Mikhail Bakhtin (1992, p. 366), esse diálogo entre culturas supera o fechamento e a unilateralidade dos sentidos de cada uma. Nesse encontro dialógico de duas culturas elas não se fundem nem se confundem, [...] mas se enriquecem mutuamente.

As relações dos homens entre si e com o mundo é registrada por pessoas de seu tempo e deve ser compreendida como um relato de outra, que deve ser relativizado e não julgado pelos padrões de épocas e conhecimentos posteriores. Pensando-se na representação da mulher no Romantismo, por exemplo, os perfis das personagens criadas na época condiziam com os conceitos vinculados àquela corrente literária. Era preciso, para os escritores daquela corrente, reproduzir uma mulher que não refletia exatamente as mulheres reais da época.

Os cronotopos distinguem os autores e os gêneros e subgêneros, iniciando na Antiguidade, quando foram criados três tipos de romance, que ainda sobrevivem na atualidade: o romance de aventuras de provações, o romance de aventura e de costumes, e o romance biográfico. O primeiro conta com um enredo muito difundido na literatura: um jovem e uma moça que se conhecem e se apaixonam, mas não podem ficar juntos devido a uma série de impedimentos que devem ser superados para que, no final, o casal possa se unir em matrimônio e ser feliz para sempre. Às vezes, o cenário pode variar em diversos países que revelam novos costumes, curiosidades, excentricidades etc., e há o aparecimento de reflexões filosóficas, políticas, religiosas e científicas. Esses elementos, fundidos no romance de aventuras, criou o cronotopo de um mundo estranho num tempo de aventuras. A história desenvolve-se entre esses dois pontos, o primeiro encontro e o casamento; porém, o que ocorre nesse intervalo de tempo em nada altera o desfecho, fazendo com que esse cronotopo desconheça a passagem física do tempo, pois a relação dos personagens não é alterada do início ao fim. O tempo é indeterminado, pois,

como o tempo infinito dos sucessos aventureiros é governado pelo acaso, ele é o tempo da intrusão das forças irracionais na vida humana: o destino, os deuses, os feiticeiros, os demônios, os grandes vilões. O homem do romance de aventura obedece ao acaso. Por isso, ele não age, reage. Ele é um peão no jogo do destino. Os acontecimentos não podem ser previstos pela razão ou pela experiência. Só podem ser reconhecidos e antevistos com adivinhações, profecias de oráculos, sonhos, presságios etc. (FIORIN, 2006, p. 14)

Assim como o tempo, o espaço nesse cronotopo é abstrato. Ele serve para que a casualidade possa agir. Para que a trama se desenvolva,

é necessária uma variedade de cenários. Contudo, como o desenvolvimento da narrativa não influencia no desfecho das personagens, elas podem ocorrer em qualquer espaço e em qualquer época: “o cronotopo do romance de aventuras de provações caracteriza-se por uma ligação abstrata entre tempo e espaço, por uma reversibilidade do tempo numa sequência de aventuras e por uma permutabilidade do espaço”. (FIORIN, 2006, p. 148)

A ideia do cronotopo está intimamente ligada à ideia dos gêneros, pois, “os gêneros são formas coletivas típicas, que encerram temporalidades típicas e assim, conseqüentemente, visões típicas do homem” (BRAIT, 2006, p. 104), demonstrando que os gêneros literários se modificam e se adaptam de acordo com as necessidades discursivas de cada época. Um exemplo disso é o gênero conto, que passou não por mudanças estruturais, pois mantém o formato curto de narrativa desde sua origem, na Antiguidade, mas enfrentou mudanças na forma narrativa. Já o conto moderno, como discute a professora Nadia Gotlib (2006, p. 16), torna-se fragmentado, não tendo que ser, necessariamente, composto por uma ordem cronológica, começo e fim ou conexão lógica; a representação do mundo é particular. O conto moderno, também como afirma a professora Clare Hanson (1985, p. 55), é movido pela “significância do momento”, isto é, relata um momento extraordinário, intenso. Um dos autores que fazem uso da representação desse momento é James Joyce, que relata, em muitos de seus contos, o momento de epifania como o centro da narrativa.

O conto, segundo o professor Salvatore D’Onofrio (2007, p. 94), “refere-se a um episódio da vida real, não verdadeiro porque ficcional, mas verossímil, ou seja, o fato narrado não aconteceu no mundo físico, mas poderia acontecer”. Ele possui todos os elementos do romance, só que em menor tamanho, e o foco narrativo, geralmente, é centrado em uma personagem ou no narrador onisciente; outras personagens são poucas, assim como o espaço em que se passa a história e o tempo, atendo-se a apenas um episódio de vida. Quando há reflexões e descrições, essas são muito rápidas. Essas características conferem ao conto grande densidade dramática: “o contista tem uma ideia fundamental a expressar. Inventa, então, uma pequena história vivida por alguns personagens cujo desfecho leva o leitor a deduzir a parcela de sentido do mundo que a narrativa encerra” (D’ONOFRIO, 2007, p. 96). Essa parcela de sentido se revela rápida e surpreendente ao leitor, como o já referido momento de epifania.

O conto moderno, a *short story*, termo usado pela primeira vez na língua inglesa em 1884, como afirmam os professores Emma Liggins, Andrew Maunder e Ruth Robbins (2011, p. 3), surgiu como uma narrativa comercial, que servia para completar os espaços entre as propagandas em jornais. A narrativa evoluiu para uma temática mais realista, focando na relação do indivíduo e da sociedade moderna, em oposição ao *tale*, a narrativa oral, que remonta às histórias alegóricas, com objetivo moralizante. Esse gênero literário se desenvolveu conjuntamente com a ascensão do Modernismo, servindo como protótipo das experiências narrativas realizadas pelos escritores. Como indica o escritor Adrian Hunter (2007, p. 51), o conto se tornou um gênero típico nos anos 1890, “quando os escritores começaram a explorar as possibilidades estéticas da *brevidade*, [...] [para] produzir estruturas narrativas perturbadoramente irresolutas, sem enredo e sem final concreto”.

Com o conto moderno, foram feitas tentativas de questionar e alcançar respostas para perguntas, que, segundo Rewey Belle Inglis e Josephine Spear (1958, p. 559), desejam desvendar quantas personalidades são possíveis de existir no sujeito, como descrever o inconsciente e os instintos humanos, e como definir o que é e como entender o tempo. São questões abordadas por diversos autores ingleses, que exploraram os limites na narrativa tradicional e criaram novas formas de narrar e de conectar personagem e leitor. O conto moderno inglês, conforme Rewey Belle Inglis e Josephine Spear (1958, p. 560), preocupa-se em retratar a vida do homem comum, relatando problemas sociais, econômicos e morais; o que faz com que na narrativa, muitas vezes, falte teor cômico: “os escritores britânicos fizeram da ficção moderna um espelho do que sabemos e pensamos em nosso tempo”.

4. O conto "Eveline"

Dentre os grandes representantes da literatura inglesa moderna, James Augustine Aloysius Joyce revolucionou a forma de se fazer literatura dentro e fora do território inglês, como salienta Eric Bulson (2006, p. 17): “nada como *Ulysses* ou *Finnegans Wake* existia antes, e o cenário literário não foi mais o mesmo depois. Pensadores revolucionários como James Joyce às vezes chegam ao mundo, e é por meio deles que toda uma época é definida”.

Dublinenses, livro de contos publicado em 1914, o segundo escrito por de James Joyce, foi a entrada do autor na discussão sobre cons-

ciência histórica e memória. Raffaella Baccolini (2009, p. 6) mostra que os hábitos e as convenções ligados ao passado e às tradições são fonte de paralisia; isto é, o passado, não só do indivíduo, como da sociedade como um todo, causa imobilidade à personagem, que não consegue desvincular-se dele: “os ataques de Joyce aos hábitos e às convenções situam-no no ataque do século XX à memória, de forma que esse era um ataque ao valor do hábito, da repetição e da lembrança de algo do passado”.

O conto "Eveline", *corpus* desse artigo, narra um momento na vida da jovem de 19 anos, Eveline Hill, enquanto ela debate se deve abandonar o pai alcoólatra, os irmãos pequenos, seu emprego em uma loja e a cidade de Dublin para viver com Frank, um jovem marinheiro irlandês que vive em Buenos Aires. O narrador conta os pensamentos, reflexões e lembranças da jovem em casa e o encontro com o namorado no porto. O leitor é conduzido pelos prós e contras de partir e de ficar, sem encontrar a decisão final de Eveline Hill, e sem saber se ela realmente tomou uma decisão. Nesse conto, James Joyce é um crítico social, que revela e reflete a busca feminina por emancipação, que, raramente, era bem-sucedida, e, como acrescenta o professor turco Zennure Köseman (2012):

Manifesta a perpetuação de papéis domésticos para mulheres e meninas desde que suas vidas são estruturadas e controladas pelo estigma da feminidade. Elas estão principalmente em um dilema de executar suas responsabilidades de empregos domésticos, ou lutar por uma emancipação sem sentido e fútil de seus papéis domésticos. (KÖSEMAN, 2012, p. 598)

"Eveline" foi usado para criticar a revista *The Irish Homestead* (uma publicação semanal da Sociedade Organizacional de Agricultura Irlandesa, fundada em 1895) que o publicou acerca da literatura anti-imigração que, frequentemente, era publicada como parte de uma campanha para diminuir a saída de jovens irlandeses do país, em grande maioria, para as Américas. O escritor Adrian Hunter (2007, p. 52) observa que essa era uma “ficção criada para alertar os irlandeses, especialmente jovens impressionáveis, sobre os perigos e a inevitável infelicidade da emigração”. Diversos personagens no conto partiram de Dublin para viver em outro país, principalmente fora do Velho Continente. Como lembra Eveline Hill, a família Waters, conhecidos de infância, havia retornado à Inglaterra; o padre, colega de escola de seu pai, cujo retrato estava pendurado na parede, cujo nome ela nunca soubera, partira para a Austrália; e o próprio namorado Frank, que partira para a Irlanda para trabalhar em navios, se estabilizara em Buenos Aires.

Fazendo uso do discurso indireto livre, James Joyce mistura a voz

do narrador em terceira pessoa com os pensamentos da personagem principal, Eveline Hill, mostrando ao leitor o momento de indecisão que assombra a jovem com a dúvida entre partir com seu namorado Frank e a obrigação de permanecer em sua casa, cuidando de sua família. Como aponta Adrian Hunter (2007, p. 52), o conto é repleto de complexidade e contrariedade, deixando o leitor com a dúvida se Eveline Hill, mesmo no momento da partida, teria tido a real intenção de viajar com Frank.

Em críticas mais recentes, tem-se apontado a produção de uma “confusão epistemológica” em momentos cruciais nas narrativas de James Joyce devido à fusão entre a fala do narrador e da personagem. Não há intenção de conter as vozes interlocutoras com um narrador dominante, tornando tudo o que se sabe sobre a personagem narrada pouco confiável e distorcido, confundindo o leitor sobre de quem é a fala. Como Adrian Hunter (2007, p. 57) menciona, de acordo com Dominic Head (1992), a ideia de o momento de epifania funcionar como solução final do enredo tornou-se indeterminada pelo uso que James Joyce faz do discurso indireto livre. Dominic Head afirma que muitas epifanias não funcionam como um momento de revelação, mas como uma falta dela, um momento de contrariedade que interrompe a verdade. Essa utilização que o irlandês faz desaponta a expectativa de encerramento, mas revela, nas próprias palavras do autor, “uma repentina manifestação espiritual” composta por fragmentos de diálogos, gestos, ou até mesmo de um acontecimento na própria mente. No momento de epifania, diversas vozes se misturam.

Em "Eveline", o momento de epifania é observado quando ela

[...] reflete sobre a solução de seu dilema, a sua vida em Dublin ou a escolha de uma nova vida com seu namorado na Argentina. Essa atitude também revela como Eveline está em um senso de isolamento e alienação em seu mundo doméstico. (KÖSEMAN, 2012, p. 592)

Uma vida reservada às tarefas domésticas e à loja em que trabalhava teriam privado a jovem de reconhecer a realidade a que estava exposta, fazendo-a acreditar que um jovem marinheiro que não conhecia tão bem (apenas algumas semanas) poderia oferecer-lhe uma vida próspera e livre de dominação. Entretanto, o leitor desconhece se Frank realmente fizera-lhe essas propostas, ou se Eveline Hill as deduzira.

Por outro lado, a jovem poderia ver em Frank apenas uma oportunidade para livrar-se do pai, já que ele possuía as passagens que a tirariam de Dublin, e, viajando ao lado de um homem, ela teria proteção e

menos desconfiança do que se viajasse sozinha a um país desconhecido e cujo idioma não entendia. Frank representava a chance de deixar uma vida de sofrimento

Assim como a memória do passado era reconfigurada pelos modernistas, em *Dublinenses* e, essencialmente, em "Eveline" a memória da personagem ocupa lugar central no enredo, já que as dúvidas de Eveline Hill se debatem entre o passado e o futuro. A professora Raffaella Baccolini (2009, p. 4) salienta que a "memória coloca em movimento um reconhecimento sobre si mesmos [os personagens] e promove o entendimento de sua própria identidade". Essa memória em James Joyce, como acrescenta Raffaella Baccolini, é ambivalente, servindo como elemento de paralisia, como a família, a religião e os hábitos; e como elemento inquietante à personagem. Em *Dublinenses*, a memória ocupa lugar central na epifania, não só criando um momento de revelação, como também envolvendo a personagem em uma maior paralisia e opressão. Sendo a memória revelação ou paralisia, ela desloca os personagens e os torna exilados de si mesmos. Em "Eveline", a memória impele a jovem a partir com Frank, ao trazer à tona as dificuldades vividas com seu pai, mas também cria obstáculos a partida, quando ela "ouvia, lá longe na avenida, o som de um realejo. Estranho que viesse tocar ali naquela noite, como para lembrar-lhe a promessa que fizera à mãe" (JOYCE, 2012, p. 34) e do cuidado dos irmãos mais novos e a infância que tivera em Dublin. As personagens femininas de James Joyce não encontram autoconhecimento por meio da memória; encontram dominação. Elas se tornam importantes pelo que representam, não por suas ações (ou falta delas): "no caso de Eveline Hill, a ligação entre personagem e memória é tão penetrante, que a própria Eveline Hill é memória, completamente inserida e aprisionada pelo passado" (BACCOLINI, 2009, p. 5). A jovem acredita que estava condenada ao seu destino feminino de sofrimento, como sua mãe. No final, enquanto Frank espera que ela o siga para embarcar, ela "fitava-o como um animal condenado". (JOYCE, 2012, p. 35)

O conto desenvolve-se na relação entre as memórias de Eveline Hill e seu presente, ou especulações sobre seu futuro e a decisão que deve tomar. Raffaella Baccolini (2009, p. 19) aponta a passividade e a falta de voz da jovem no conto, mesmo sendo a protagonista, tendo em vista a escolha dos verbos usados para descrevê-la, como "olhou", "ela escutou", "estava sentada", "dobrando a cabeça contra a cortina", que não revelam movimento. Desde o começo do conto, quando Eveline Hill está sentada à janela, até o momento em que ela está no porto com Frank, são

os outros personagens que se movem, como as pessoas que ela observa pela janela quando retornam às suas casas, ou a multidão em movimento ao seu redor no porto. Eveline Hill parece até mesmo estar paralisada fisicamente. A incapacidade de tomar a decisão em sua cabeça a impede de tomar um caminho com seu corpo para frente, indo em direção a Frank e ao seu futuro desconhecido, ou retornar à sua casa e aceitar que tudo continuará como antes. Já que o cérebro comanda os movimentos do corpo, o cérebro de Eveline Hill parece congelado pela indecisão e pelo medo e, por isso, não comanda que seu corpo realize alguma ação.

Nenhuma das duas opções parece exatamente desejável a Eveline Hill, já que nenhuma das duas foi idealizada, planejada por ela, mas foram forçadas por terceiros a quem ela pertenceria. A vida infeliz com seu pai foi atribuída a ela após a morte de sua mãe e, como filha e mulher, ela deveria aceitá-la como seu destino inquestionável; a vida nova e incerta ao lado de Frank seria planejada e executada por ele, ele oferecia as condições para que ela pudesse desvencilhar-se da antiga vida. Sua vida, então, deixaria de pertencer ao pai, para pertencer a Frank. Como muitas mulheres, Eveline Hill nunca seria sua própria posse. Também a promessa feita à sua mãe no leito de morte de “*manter o lar* tira a identidade de Eveline Hill enquanto cumpre o destino de mulher altruísta, o que também dá um sentimento de pertencimento” (BACCOLINI, 2009, p. 20). A lembrança de sua mãe e de sua promessa no exato momento em que Eveline Hill tenta tomar a decisão funciona como uma autossabotagem. A jovem tem a oportunidade de partir, mas, antes que isso se concretize, ela precisa reunir razões que a convençam do contrário.

Eveline está, na verdade, cega pela crença de que poderá libertar-se e buscar sua felicidade legítima através de Frank [...]. O primeiro erro de Eveline é a ilusão; ela está iludida por acreditar que será capaz de continuar com seu plano de fugir, quando não há sinal algum na história de que ela se libertará das restrições sociais, religiosas e familiares. O segundo é que ela confia sua libertação a Frank, renunciando a qualquer reivindicação de agência. (BACCOLINI, 2009, p. 20)

James Joyce, representando seu papel como modernista, revela em seus textos a realidade das pessoas que observa na vida real. Assim como mostra dificuldades financeiras, problemas de conduta moral, alcoolismo, o autor também inclui em seus contos a busca pela emancipação das mulheres, no final do século XIX e início do XX, que ganhava cada vez mais importância. As mulheres em James Joyce buscam libertar-se do cenário doméstico, ganhando representatividade e mudança em seu papel secundário na sociedade. Entretanto, em relação à memória e à epifania, Raffaella Baccolini revela uma crítica contrária, pois

as histórias de Joyce mostram tal diferença de gênero temática e estruturalmente. Ao contrário de escritoras mulheres de seu tempo e como críticas feministas descobriram, pois ele falha a retratar mulheres de outra forma além de um instrumento masculino, e porque ele, frequentemente, retrata-as sem voz, às suas personagens femininas é negado seu ponto de vista, seu enredo, e sua subjetividade. [...] O tratamento da memória de Joyce revela que, em Dublinenses, as mulheres também são um instrumento de crescimento masculino. Suas personagens femininas têm um longo caminho a percorrer: desmembradas de suas subjetividades, reconstituídas apenas como corpo e memória, instrumento para a epifania masculina, mas não em sua própria. Elas precisariam reivindicar uma memória para si mesmas para se re-lembrar. (BACCOLINI, 2009, p. 22)

A epifania, que nos personagens masculinos são o começo de seu desenvolvimento ou resolução de alguma situação, nas personagens femininas, torna-se uma anti-epifania, que revela as condições de vida das mulheres e as amarras sociais a que elas estão continuamente presas.

Eveline parece ser a típica heroína falha por rejeitar ser "salva" por Frank no final da história. Ela rejeita a ocorrência de epifanias em sua vida por causa de suas preocupações familiares. Oprimida pelas expectativas da sociedade patriarcal, em vez de ir além de seu papel doméstico. Eveline luta para "manter a casa" e tomar conta de seu pai. Isso indica que Eveline atribui a identidade matriarcal como adolescente e tem medo das regras opressivas da sociedade patriarcal e esse sentimento torna-se um obstáculo para ela lidar completamente com Frank. (KÖSEMAN, 2012, p. 593)

A condição da mulher irlandesa na sociedade do século XX não se diferenciava do padrão visto na introdução. Ela estava destinada ao casamento ou ao convento, e poucas profissões podiam ser exercidas, sendo apenas atendente no comércio, governanta, datilógrafa e, em raros casos, professora ou secretária, como declara o professor de estudos americanos, Don Gifford (1982, p. 12). A recusa de Eveline Hill à proposta de casamento de Frank a destinaria ao celibato e conseqüente clausura ao cuidado do pai e dos irmãos, e a continuação do dever e fardo de sua mãe, pois, sendo mulher, era seu dever social ocupar o lugar de mãe e prover o cuidado que a família e a casa necessitavam; "tal repetição enfatiza o caso do papel social e doméstico das mulheres na Irlanda daquele tempo". (KÖSEMAN, 2012, p. 593)

Permanecendo na casa de sua família, Eveline Hill teria, como diversas mulheres em sua época e na atual, que continuar em seu emprego para ajudar nas finanças domésticas, já que seu pai gastava grande parte de seu dinheiro com álcool e "dizia que ela desperdiçava, que não tinha cabeça, que não daria seu dinheiro, duramente ganho, para ser jogado fora". Entretanto, como aponta Don Gifford (1982, p. 13), o trabalho femi-

nino em escritórios e lojas, que era o caso da jovem, era considerado temporário e, por isso, merecia um salário menor. No conto, Eveline Hill recebia sete xelins, que, pelos cálculos de Don Gifford seria uma quantia entre 8,75 e 37,17 dólares atualmente. Essa quantia, juntamente com o dinheiro que seu irmão Harry enviava, servia “para manter tudo arrumado e fazer com que as duas crianças, deixadas a seu cargo, se alimentassem direito e não se atrasassem para a escola” (JOYCE, 2012, p. 33), e ainda sustentava o vício do pai. Os preços na Irlanda de 1890/1900 eram mais estáveis do que os dos dias atuais e diversas necessidades que se tem hoje eram consideradas luxo para a grande parte dos irlandeses da época.

Cerca de 30% da população de Dublin (87.000) vivia em favelas que eram, em grande parte, degradadas mansões da era Georgiana. Mais de 2000 famílias viviam em apartamentos de um quarto sem aquecimento, luz, água (apenas uma torneira no corredor ou no quintal) nem condições sanitárias adequadas. Inevitavelmente, a taxa de mortalidade era a mais alta do país, e a taxa de mortalidade infantil era a pior não só da Irlanda, mas de todas as ilhas Britânicas. Doenças de todos os tipos, especialmente tuberculose, eram frequentes e a desnutrição era endêmica. Não é surpreendente que os pobres, quando conseguiam algum dinheiro, geralmente o gastavam procurando o esquecimento por meio da bebida. (GIFFORD, 1982, p. 15)

James Joyce narra as intenções, desejos, sentimentos também por meio dos símbolos inseridos na história. Elementos comuns recebem outros significados. Zennure Köseman (2012, p. 593) exemplifica o uso da janela no início do conto, quando Eveline Hill está apoiada na cortina, observando quem passava pela rua, significando o desejo de escapar de sua antiga vida ou um encontro que estava para acontecer. Enquanto sentada dentro de casa, lembrando sua vida e suas condições difíceis, Eveline Hill senta em frente à janela, símbolo da barreira entre o mundo privado e o mundo exterior e também uma saída. Essa reflexão sobre sua vida incita a jovem a escapar com Frank, mas também a retém. Percebe-se a passagem do tempo, o anoitecer e a aproximação da hora de partir pelas gradações de luz que entra pela janela. Todo o cenário interno é escuro: a casa pequena e escura em comparação às novas casas recém-construídas, o quarto fechado e escuro em que a mãe morrerá.

Outro elemento simbólico está presente no trecho em que é relatado que o pai de Eveline Hill costumava dispersar, quando ela era criança, com uma bengala preta, o grupo de jovens que brincava. (No original *blackthornstick*, isto é, uma bengala feita do Espinheiro Preto que, na mitologia Céltica, de acordo com Don Gifford (1982, p. 49), era vista como uma árvore de mau agouro associada às bruxas, cujo material teria sido

usado pelos soldados romanos para fabricar a coroa de espinhos para atormentar Jesus na crucificação) Assim o pai atormentava as crianças e, mais tarde, a própria Eveline Hill, que “era às vezes ameaçada pela violência do pai” (JOYCE, 2012, p. 33). Essa simbologia mostra, a partir da construção de imagens, algo além do que o autor diz com as palavras.

5. *Considerações finais*

A subjugação feminina passa, na maior parte das vezes, despercebida no dia a dia; encoberta atrás de uma piada machista, de um comercial de televisão com uma mãe e uma filha representadas cozinhando, ou de falas, por exemplo de que “ela é moça para casar”. Ações que partem de homens e mulheres, reafirmando que a mulher deve ter um lugar específico, que a mulher deve ser mulher, e tudo o que isso representa, enquanto o homem pode ser o que quiser.

Amarras presentes em diversos setores da vida humana, como no trabalho e na dupla jornada, emprego e casa, que as mulheres têm de enfrentar para, muitas vezes, receberem menos do que os homens no mesmo cargo; a política que tem participação majoritariamente masculina e pouca abertura para mudança desse cenário; o ambiente doméstico, que, em quase todos os casos, é reservado aos cuidados da mulher.

A literatura, muitas vezes, criando mundos inspirados na realidade do tempo em que foi produzida, o que a leva a criar personagens femininas ficcionais que vivem dilemas semelhantes das figuras femininas fora da ficção ou que reproduzem as imagens que a mulher possui na sociedade, como a dicotomia mulher anjo x mulher-perdição que limita a personalidade feminina em dois polos opostos e excludentes, como se a mulher não pudesse possuir comportamentos variados, e só existisse em relação ao homem – a mulher-anjo para agradar, ter o final feliz com o herói; a mulher-perdição para tentar e incitar o pecado.

James Joyce revolucionou a literatura e a sociedade de seu tempo. Ao lado de outros modernistas, fez uso de novas técnicas narrativas como o fluxo de consciência, epifania, paralisia, narrativas sem conclusão, misturou a voz do narrador e da personagem para tornar a experiência da leitura mais próxima da realidade humana e, ainda assim, mantendo o toque sublime com o qual a literatura atinge as pessoas. Com a ajuda do irlandês, o gênero conto, com sua brevidade e objetividade, popularizou-se no modernismo e pôde retratar o exato momento que mais importava a

James Joyce: o momento de revelação, que move a personagem a buscar o que deseja ou que a torna consciente de si mesma.

Os livros de James Joyce causaram discussões legais e morais acerca do conteúdo, e literárias acerca do estilo. *Dublinenses* só pôde ser publicado dez anos após sua finalização e, na Irlanda, apenas em 1960, devido à censura. Mesmo tendo passado a maior parte de sua vida fora das terras irlandesas, James Joyce retratou o dia a dia das pessoas comuns de Dublin do início do século XX, como o patriota que conseguia enxergar o potencial de seu país, mas entendia, também, os obstáculos para essas conquistas.

Em "Eveline", James Joyce dedicou-se a explorar os impedimentos para a liberdade feminina e os motivos que as mulheres de sua época teriam para desejar uma nova vida. Eveline Hill deseja escapar dos maus tratos psicológicos e ameaças que sofria em casa e no trabalho, mas não possuía dinheiro suficiente para viver a vida que desejava sozinha, até porque, naquela época, o lugar da mulher era ao lado de algum homem que pudesse protegê-la e, em troca, a mulher deveria exercer seu papel: oferecer cuidado, carinho e submissão. A jovem encontra em Frank a chance de deixar as relações que a menosprezavam, mesmo com suas tentativas de fazer o melhor em casa e no trabalho, para conhecer um país novo, uma nova língua e começar uma vida em que ela pudesse ser respeitada, principalmente porque seria uma mulher casada.

James Joyce retrata nesse e em seus outros trabalhos o começo das mudanças que hoje representam a sociedade ocidental; e seu estilo literário modificou a forma em que se passaria a produzir literatura. Com o olhar regional do povo irlandês, ele representou o homem do século XX e seus desdobramentos no século XXI. Sua produção literária, apesar de contar com apenas quatro livros, é uma grande fonte de discussões e descobertas, tanto acerca da crítica sociológica, epistemológica, psicológica, quanto da crítica literária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACCOLINI, Raffaella. She had become a memory: Women as Memory in James Joyce's *Dubliners*. *Revista Mediazona*, Universidade de Bolonha, n. 6, 2009. Disponível em: http://mediazioni.sitlec.unibo.it/images/stories/PDF_folder/document-pdf/dossierBollettieriTorresi/baccolini_dossierbosnellitorresi2009.pdf.

Acesso em: 25-04-2017

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRAIT, Elisabeth. *A personagem*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1985.

_____. *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006

BULSON, Eric. *The Cambridge Introduction to James Joyce*. Nova York: Cambridge University Press, 2006.

CAIXETA, Juliana Eugênia; BARBATO, Silviane. Identidade feminina: um conceito complexo. *Revista Paidéia*. Ribeirão Preto, vol. 14, n. 28, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/10.pdf>>. Acesso em: 7-03-2017.

D'ONOFRIO, Salvatore. *Forma e sentido do texto literário*. São Paulo: Ática, 2007.

ECO, Umberto. *A definição da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1972.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

HANSON, Clare. *Short stories and short fictions, 1880-1980*. Londres: Macmillan, 1985

HUNTER, Adrian. *The Cambridge introduction to the short story in English*. Nova York: Cambridge University Press, 2007.

JOYCE, James. *Dublinenses*. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2012.

LIGGINS, Emma; MAUNDER, Andrew; ROBBINS, Ruth. *The British short story*. Londres: Palgrave Macmillan, 2011.

INGLIS, Rewey Belle; SPEAR, Josephine. *Adventures in English literature*. Nova York: Harcourt, Brace and Company, 1958.

LERNER, Gerda. *The majority finds its past: placing women in history*. The University of North Carolina Press, 1979.

KARAWEJCZYK, Mônica. Mulheres, modernidade e sufrágio: uma aproximação possível. *Revista de História e Estudos Sociais Fênix*, [PU-CRS] Rio Grande do Sul, vol. 4, ano IV, n. 4, 2007. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/pdf13/secao_livre_artigo_8-monica_karawejczyk.pdf>. Acesso em: 28-02-2017.

KÖSEMAN, Zennure. *Spiritual Paralysis and Epiphany: James Joyce's "Eveline" and "The Boarding House"*. Universidade de Inönü, p. 587-600, 2012.

MANGUEIRA, José Vilian. *Representações do sujeito feminino em O Despertar e Riacho Doce: um estudo comparativo*. 2012. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em:

<<https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/bitstream/tede/6209/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 14-03-2017.

MATOS, Maria Izilda S.; SOIHET, Rachel (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2003

MESTRE, Marilza. *Mulheres do século XX: memórias de trajetórias de vida, suas representações (1936-2000)*. 2004. Tese (Doutorado em História). – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em:

<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/2290/marilsa_final.pdf?sequ> Acesso em: 04-03-2017.

SCHWANTES, Cíntia. Dilemas da representação feminina. *Revista do NIESC*. [UFG] Goiás, vol. 6, n. 1, p. 7-19, 2006. Disponível em:

<<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/download/9308/6400>>. Acesso em: 20-03-2017.

SOUSA, Dignamara Pereira de Almeida; DIAS, Daise Lilian Fonseca. Quando a mulher começou a falar: literatura e crítica feminista na Inglaterra e no Brasil. *Revista Gênero na Amazônia* [UFPA] n. 3, jan/jun 2013. Disponível em:

<<http://www.generonaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-3/Artigos/Artigo7-Dignamara%20e%20Daise.pdf>>. Acesso em: 14-04-2017.

SOUZA, Ezequiel de. Bandeiras feministas na luta pela igualdade de gênero. *Revista Espaço Acadêmico*, vol. 9, n. 108, maio de 2010. Disponível em:

<<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/8865/5621>>. Acesso em: 23-02-2017.

**A CRISE DO IMPÉRIO PORTUGUÊS
NA EPISTOLOGRAFIA DE SÁ DE MIRANDA**

Ricardo Hiroyuki Shibata (UNICENTRO)
rd.shibata@gmail.com

RESUMO

Em meados do século XVI, o Império Ultramarino português naufragava um pouco por todos os lados. De fato, aquilo que se pensava como “destino de uma nação” mostrava-se cada vez mais inexequível. A conquista e cristianização de todo o orbe terrestre e o respectivo cumprimento da profecia de paz universal sob a bandeira de um único Reino (o assim chamado “sonho de D. Manuel”) colidia com os ataques militares e comerciais às praças africanas e indianas. A partir disso, em Portugal, em meio a um debate acirrado entre a nobreza terra-tenente e os fidalgos-cavaleiros (a aristocracia de caráter comercial), vislumbravam-se duas saídas possíveis: ou abandonar os potentados no Norte na África ou desistir paulatinamente das conquistas realizadas na Índia. Esse debate se traduziu literariamente no lugar-comum da “Idade de Ferro” – um período que, para as letras clássicas, caracterizava-se como prenúncio da crise econômica, da derrocada moral e da falência completa do império. Tudo isso, resumido, para muitos, aos “mimos”, “fumos” e “delícias” da Índia.

Palavras-chave: Francisco de Sá de Miranda. Portugal. Século XVI.

O percurso literário do *topos* da “Idade de Ferro”, que traz consigo, para uns, a derrocada do império português no século XVI (se é que um dia foi mesmo um verdadeiro império) e, para outros, o empobrecimento da vida social, pode ser lastreado desde as críticas de Francisco de Sá de Miranda e sua retirada da corte, passando pelas queixas de Gil Vicente a respeito da perda da alegria de viver do povo português até a tão famosa “austera, apagada, e vil tristeza” no gosto da cobiça de Luís Vaz de Camões (*Os Lusíadas* X, 145, *apud* RAMALHO, 1997, p. 17). Para o pensamento moral que subjaz a todos eles, a degradação das virtudes, dos bons costumes e, portanto, dos laços sociais que transformam os súditos em uma verdadeira comunidade política são consequências da expansão marítima e desses “fumos da Índia” – ou para dizer com Francisco de Sá de Miranda, desses “mimos indianos” –, que se deu progressivamente do reinado de D. Manuel para o de D. João III.

Em verdade, era ao bom exemplo do reinado de D. João II a que se referia Francisco de Sá de Miranda, na carta “A El Rei nosso senhor”, quando admoestava D. João III sobre as mazelas que grassavam no Reino e ressaltava que a principal virtude do príncipe soberano era a justiça

distributiva, como expressão do amor aos súditos e do dever de caridade cristã. Ao salientar que para remediar a situação presente bastava seguir as práticas antigas, afirma que:

Do vosso nome um gram rei
Neste reino lusitano.
Se pos essa mesma lei:
Que diz o seu pelicanoo:
Pola lei e pola grei.

(MIRANDA, 1989, p. 204)

Dante Alighieri, na *Divina Comedia* (XXV, 112), comparava a figura do pelicano que se volta para os filhos para alimentá-los com seu próprio sangue, com a figura do Cristo. Essa comparação, que parece por demais mundana, foi estabelecida através de três fontes: a Bíblia (*Salmo* 101, 7-8), que representa o pelicano como animal do desterro e da solidão. Esta imagem foi retomada por São Jerônimo e por Santo Agostinho, que estabeleceram o paralelo com a solidão de Cristo, nascido da Virgem. As duas outras fontes foram o *Physiologus* (século II d.C.), retomado pelas interpretações e bestiários medievais, e o *Horopollon*, muito em voga no século XVI. É assim que se dissemina a associação do autossacrifício do pelicano com o de Cristo que salva seus filhos, imolando-se na cruz e que ressuscita após três dias, como representação da caridade e do amor de Deus pelos homens (BONARDI, 2002), ou, como esclarece Émile Mâle, como sinal da ressurreição e da virtude teologal da esperança. Nas catedrais da Idade Média, ele é frequentemente acompanhado da fênix e do leão, sobre os quais recaem os mesmos significados, ou de Jonas, renascido do ventre da baleia. (MÂLE, 1948, p. 91)

A figuração do pelicano era tão comum nas cortes dos séculos XV e XVI que era frequentemente utilizada em divisas, emblemas, motes e nos vários tipos de poesia palaciana. Em 3 de abril de 1475, em Valladolid, foi realizado um torneio (provavelmente) em comemoração pela ascensão de Fernando de Aragão como rei de Castela. Ali, conforme o *Cancionero General*, de Hernando de Castillo, o anônimo “galán” tinha por divisa um “pelicano” e por “letra”:

Éste y yo nos contentamos
De la muerte que nos damos

(CASTILLO, 1511, fol. cxliij),

transferindo a significação corrente do sacrifício de Cristo para o contexto secular da morte metafórica representada pelo sofrimento do amante

cortesão em relação à amada. (MACPHERSON, 1998, p. 80)

Por ocasião das cortes de 1490, segundo informa Manuela Mendonça, as reformas empreendidas por D. João II, em nome do amor aos súditos, deram tanto resultado que os povos de muito bom grado resolveram contribuir voluntariamente com todas as despesas do casamento do príncipe D. Afonso, indicando, com isso, que se vivia numa época próspera em Portugal. As bodas do príncipe português com a filha dos Reis Católicos seriam o espelho do reinado de D. João II e um signo a mais da magnificência régia, além da construção da fortaleza da Graciosa no interior do Marrocos, da sagração do conde de Vila Real como marquês e da visita triunfante ao “reino do Algarve”.

Como diz Garcia de Resende, em sua *Crônica de D. João II*, para as Cortes o rei não estipulou quantia certa, contudo antes “o que elles por suas vontades quisessem, e podessem boamente fazer”. Uma solitação que punha à prova a situação econômica dos súditos e a popularidade do monarca. É ainda Garcia de Resende que apresenta a resposta dos estados do Reino:

os procuradores todos pollo muyto amor que os povos a el Rey tinhão, e por lhe parecer razão, depois de nisso praticarem, e averem seu conselho, logo sem lhe mais ser falado fizerão com muyto boa vontade a el Rey serviço de cem mil cruzados.

De fato, para Pulgar, cronista castelhano contemporâneo de Garcia de Resende, as festas que se realizaram foram de tal magnificência que “tan por estremo, que queriendo los portugueses parejar con la grandeza de los reynos e señorios del Rey e de la Reyna, pareció tener mayor animo para gastar que bastava su facultad para lo que gastaron”. (MENDONÇA, 1991, p. 411-412)

Foi, sem exagero, que Henrique Caiado, em sua segunda écloga, escrita por volta de 1495, canta a riqueza do reino português, definindo-o como uma terra cheia de fartura, mais rica que a Itália, de paz e de prosperidade inigualáveis, em que as pastagens são mais verdes, com abundância de gado e de diversos rebanhos, e o solo mais fértil, onde as sementes lançadas pelos camponeses sempre seriam colhidas com rendimento muito maior. (RAMALHO, 1998, p. 25)

No entanto, durante o século XVI, a sorte de Portugal mudara. Pelo menos duas vezes, em 1542 e novamente por volta de 1570, levantou-se a possibilidade de desistir do estado da Índia, a fim de levar a cabo a conquista de Marrocos, foi seriamente discutida por escritores (moralis-

tas, sobretudo) portugueses e mesmo no conselho régio (THOMAZ, 1994, p. 191). D. João III havia herdado uma situação fiscal complicadíssima. D. João II deixara para D. Manuel enormes dívidas fiscais, que, por sua vez, foram acrescidas pelos gastos com a descoberta da Índia (ALBUQUERQUE, 1884, vol. I, p. 34). Além disso, acrescentaram-se dois erros cruciais: a expulsão dos judeus e a renúncia fiscal dos impostos do estado eclesiástico, das ordens militares e seus respectivos criados.

De fato, os produtos vindos da Índia traziam enormes dividendos ao Reino, porém esse comércio dependia de substanciais investimentos em navios e na construção de fortificações, o que levou o monarca português a contrair empréstimos e antecipar os lucros com os contratos, fragilizando ainda mais o fisco e aumentando as despesas públicas. Portugal também atuava em várias frentes de expansão e conquista (Índia, Brasil, norte da África) e, devido aos precários instrumentos de fiscalização, havia o comércio ilícito que burlava o monopólio régio. Por volta de 1524, com a forte expansão do poderio muçulmano no norte da África, as praças portuguesas, até então autossuficientes, começaram a sofrer problemas de abastecimento e de proteção, necessitando, portanto, de maiores investimentos.

É basicamente por essa data que se levanta a solução de abandonar as praças do Marrocos. A conjuntura desfavorável contribuía para isso: estado de guerra permanente, abastecimentos locais muito dependentes da metrópole, deficiências portuárias, guerra de corso, falta de organização militar, aliado à vasta extensão pelas quais se dispersavam as possessões portuguesas. Para a mentalidade nobiliárquica da época, abandonar qualquer praça que havia sido conquistada era, sem dúvida alguma, um opróbrio difícil de aceitar. Todavia, a queda de Santa Cruz do Cabo de Gué em 12 de março de 1541, vai mostrar a D. João III o caminho a seguir. Como se sabe, abandonam-se, na África, as praças de Safim e Azamor (1541), depois Alcácer Céguer (1549) e, finalmente, Arzila (1550) (FONTOURA, 1999, p. 8; RICARD, 1955)

O projeto de conquista de Azamor no norte da África, cuja praça traria enormes dividendos a D. Manuel – de um lado, cereais, peixes, tecidos, cavalos e toda atividade econômica do sul do Marrocos; de outro, porto de abrigo para a navegação atlântica e combate ao corso –, foi empreendida em 1512 pelo duque de Bragança, D. Jaime, sobre o qual recaía o assassinio da mulher, a duquesa D. Leonor, e do pretenso amante desta, o escudeiro António Alcoforado. Muitos nobres concorreram para tal empreendimento a partir do clima cavalheiresco e de cruzada, cuja

partida foi celebrada pela representação nos Paços da Ribeira da *Exortação da Guerra* de Gil Vicente.

A praça de Azamor era protegida pela fortaleza de Mazagão, cuja situação privilegiada permitia controlar as vias marítimas e comerciais do Algarve, Açores e costa marroquina, além disso era rica em trigo e pastagens. Como se refere Joaquim Veríssimo Serrão:

a construção de uma fortaleza ou "presídio" integrava-se no plano de defesa das outras praças do Ocidente marroquino, portanto numa política de conjunto que D. Manuel patrocinou e D. João III, enquanto lhe foi possível, também manteve. Por isso, quando ao redor de 1540, o último monarca se viu forçado a abandonar as restantes cidades, não deixou de conservar Mazagão por medida de segurança, com o levantamento de novas muralhas e o reforço da sua guarnição militar, que permitiram guardar o presídio e, com ele, o porto de mar. (SERRÃO, 1980, p. 24)

No entanto, ainda com Joaquim Veríssimo Serrão, as praças de além-mar, herdadas por D. João III de D. Manuel, causavam enormes despesas para o Reino, além do que Portugal teve de pagar exorbitante indenização para Carlos V para garantir o direito às ilhas Molucas a partir do que foi acordado no Tratado de Saragoça (1529), consequência da viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães e Sebastián del Cano. Os conselheiros de D. João III, desde o início de seu reinado, levantaram a questão do abandono de certas praças no além-mar. Vasco da Gama e D. Jaime, duque de Bragança, aconselharam a abandonarem-se Ormuz e Malaca, mantendo apenas Goa e Cochim. Outros defendiam o das praças marroquinas, mais dispendiosas e difíceis de defender de ataques. Em 1529, D. João III pede novo parecer a seus conselheiros. O duque de Bragança era favorável a entrega ao imperador Carlos V, por ser impossível a conquista, do reino de Fez e das fortalezas no estreito de Gibraltar, mantendo-se apenas Azamor e Safim. Por razões religiosas e políticas, eram contrários António Leite (defendia tomar o porto de Salé e isolá-lo do comércio mouro e turco), Simão Gonçalves da Costa (devia-se manter a fortaleza de Santa Cruz para proteger as outras praças fortes) e Gonçalo Mendes Çacoto (o norte da África tinha sido tomado em serviço de Deus e abandoná-lo traria consequências terríveis ao resto do império).

A mesma questão retorna em 1534, quando do problema de se abandonar Safim e Azamor. Foram desfavoráveis o Infante D. Fernando, D. Pedro de Meneses (marquês de Vila Real), D. Rodrigo de Lima (Visconde de Vila Nova de Cerveira), Cristóvão da Távora, D. João de Melo Barreto, Fernão Vaz de Sampaio, João Mendes de Vasconcelos, D. Fra-

dique Manuel, Nuno Rodrigues Barreto e Manuel de Sousa; pelo total abandonou, afirmavam-se D. Fernando Coutinho (bispo do Algarve), D. Fernando de Meneses (bispo de Lamego), D. Jorge (mestre da Ordem de Sant'Iago), Francisco Lobo e Francisco Pereira. Absteve-se o bispo-conde de Coimbra, D. Jorge de Almeida. Já antes em 1532, D. João III pensara em guardar apenas Ceuta, Tânger e Arzila, para então empreender a conquista de Fez.

Em 1541, à força das circunstâncias e da premência da situação, os que eram partidários da manutenção das praças no Marrocos perderam voz no conselho régio. Abandonaram-se as possessões de Safim e de Santa Cruz e manteve-se Mazagão. Em 1548, o Infante D. Luís propõe a retirada de Arzila e Alcácer Ceguer. Assim,

o domínio português ficava reduzido a Ceuta e Tânger, portas do Estreito e de mais fácil manutenção dada a sua proximidade do Algarve, e ao presidio de Mazagão, que podia servir de apoio à navegação do Atlântico. Em pouco mais de um século desfizera-se o projeto de um Portugal marroquino que o Reino não tinha meio de conservar, atendendo a que o esforço ultramarino da Nação se encaminhara para a empresa do Oriente. Pela mesma época começava também a política de governo e colonização que permitiu o surto do Brasil português. (SOARES, 1982, p. 277-278)

Diogo do Couto era da opinião que se deveria ficar na Índia e abandonar as praças africanas. Diz ele, em seu *O Soldado Prático* (III. IV), que um Reino para ser próspero deve possuir, primeiro, “fructos e gados em abundância para sustentação dos povos”, e, segundo, “minas de ouro e prata, e outros metais, para sustentação da paz e prosseguimento da guerra”. Aqui, a verdadeira contraposição se dá entre o “ouro da Mina” e as “drogas da Índia”. A conquista da África sempre fora muito difícil: os romanos nunca conseguiram um domínio estável da região, os imperadores alemães e outros potentados europeus nunca se atreveram a tal empresa e mesmo os portugueses controlam suas praças com o enorme esforço da ajuda externa tanto de armas como de provisões, a despeito da grande quantidade de ouro que se retira dali. Por outro lado, os reinos europeus sempre se interessaram pelas riquezas e diversos produtos da Índia.

Para Diogo do Couto, apenas as possessões indianas preenchiam os dois requisitos fundamentais para a prosperidade de um Reino, porque, além da existência de enormes quantidades de metais e pedras preciosas,

Na Índia, [existem] os mais puros ares do Mundo, fructas, águas de fontes e rios, as melhores e mais salutíferas de toda a terra, pão, cevada, todos os le-

gumes, todas as hortaliças, gado grosso e miúdo, que pode sustentar o mundo, tudo o mais maravilhoso.

Ademais, não se poderia abdicar da missão investida por Cristo aos portugueses de dilatar a fé cristã naquela parte do mundo; muito menos, perder-se a ocasião propícia para se mostrar feitos de armas dignos de memória, sobretudo para uma parte da representativa da nobreza de Portugal

A muitos deu a Índia muitos haveres e riquezas; mui ricos homens foram de lá; mas em nenhuma das histórias achareis feita memória destes, por muito alevantados que fossem em sangue e dignidades; e muitos vereis de mediano nascimento, sublimados nelas por seus feitos, que lhe podem ter grandes invejas os mais ricos do Mundo. (COUTO, 1937, p. 204-216)

Em sentido complementar, o parecer anônimo de 1543 acerca da permanência dos portugueses nas praças da Índia argumenta que, de nenhum modo, pode-se atribuir a derrocada do Reino, primeiro, a “defficultade da navegação como de conquista”, nem, segundo, ao “pouco proveito que deste descobrimento e conquista se esperava”, muito menos ainda às “delicias Indianas” que poderiam “affiminar os animos Varonis dos Portuguezes, e com a cobiça as riquezas da Asia despovoar-se o Reyno de Lavradores”. (CRUZ, 1997, p. 123)

Quanto à primeira razão, está mais do que provado que a navegação tinha vencido a contento inúmeros obstáculos, inclusive contra a opinião corrente dos geógrafos antigos e dos autores de fábulas. Quanto à segunda, os dividendos trazidos da Índia possibilitaram a várias casas senhoriais manterem-se com dignidade, além de ter proporcionado ganhos para muitos outros vassallos, e “o que se allega das delicias Asianas algu[m]a mostra e apparencia tem de rasão, mas tudo se remedeia facilmente com os Reys não uzarem dellas, de maneira que primeiro percão o esforço e animo varonil”.

Desde o início, o objetivo da conquista da Índia foi o comércio e nunca a colonização; aqueles que defendiam a retirada do Oriente, por ser um sorvedouro de gente, e ao mesmo tempo argumentavam a favor da colonização da África diziam que: “Conquista para povoar he muy differente da conquista para comercio porque com aquella se despoeva a própria pátria e se cultiva terra estranha, com esta se enriquece e se conserva a pátria à custa da Estranha”. E aos que, como o poeta Francisco de Sá de Miranda, insistiam que “o Reyno se despoeva ao cheiro da canella”, basta observar que Lisboa está repleta de gente e as cidades do Reino nunca tiveram tantos moradores. E, vale lembrar:

As Republicas e os Reynos não se augmentão nem se conservação com tem mais gente senão gente bem disciplinada para obrarem como convem e rica para não serem necessitados a cometerem insultos e sufficiente para cultivarem a terra e a deffenderem. A disciplina com a India não se perdeu, mas antes em todos os exercitos do mar se acrescentou. (...) Os membros da Republica como os do Corpo differentemente se ajudão huns aos outros; o Lavrador com sua agricultura dá pão, o tratante com o comércio dá as cousas necessarias que não temos, o soldado com a espada nos defende, assim as terras humas com o trigo, outras com aseite e carnes ajudão a sustentar-nos. (*Idem, ibidem*, p. 163)

Um outro parecer de 1543, contrário ao anterior, admite como solução mais viável o abandono das praças indianas e a manutenção das possessões africanas. Começa por concordar com a opinião geral de que é necessário “que se deixe uma delas por não perder ambas” (*Idem, ibidem*, p. 135). O argumento de maior força persuasiva é que a conquista do norte da África foi realização ilustre dos reis antigos e, portanto, faz parte integrante do “tempo da memória” da dinastia régia. Para a mentalidade fortemente tradicional como a do Antigo regime, isto significaria introduzir uma “novidade” nas práticas de excelência da realeza, colidindo de frente com vários privilégios assentados no estado da nobreza.

Desde o tempo de El Rey Dom João o primeiro de boa memoria passou à tomada de Cepta athe o presente não houve Rey nenhum neste Reyno que não tivesse por seu principal intento levar esta conquista por diante, e nunca se tratou se era bem larga-la, senão dos meynos com que mayores forças e labor se poderia proseguir; e isto somente bastava para se não duvidar ser boa tal empreza. Porque o que aprovaram os grandes entendimentos de El Rey Dom João, o primeiro, Dom Duarte seu filho do Infante Dom Pedro seu irmão, Dom Afonso o quinto, Dom João o segundo e de El Rey Vosso Pay que Deos haja não parece que pode ter duvida... (*Idem, ibidem*, p. 135-136)

Num desdobramento muito semelhante ao que Diogo do Couto utilizara para defender a manutenção da Índia, o parecerista anônimo argumenta que a África preenche todas os requisitos que fazem um Reino riquíssimo: frutos, gado e metais preciosos. Mais ainda: não há dúvida da legitimidade da conquista africana, uma vez que se trata de combater os muçulmanos e cumprir a missão providencial destinada aos portugueses, confirmada por todos os reinos da cristandade e pelas bulas papais.

No entanto, continua o parecerista anônimo, argumentando de modo semelhante às epístolas de Francisco de Sá de Miranda, o maior impacto dessas “delicias da Asia” é que causaram enorme prejuízo para o Reino (daí, a exaustão do fisco) e a “ruína da parcimônia e corrupção da natureza humana”, ou seja, o comércio dos “pannos de algodão, sedas, aljofres, perfumes e outras couzas desta callidade” lançaram “a perder os

bons costumes antigos e introduzindo outros affiminados pera perdição total de toda a republica”. No pensamento moral do século XVI, o luxo e a riqueza excessivos conduzem à cobiça e à concupiscência, abrindo caminho para todos os vícios morais; é por isso que é frequente encontrarmos o *topos* da retidão das virtudes em oposição aos argumentos de ordem epicurista, isto é, os deleites e os prazeres estão ligados à parte material, finita e perecível do ser humano (ao corpo), enquanto que, a partir da lei natural, inscrita por Deus nos homens, a razão pertence à alma, cujo aperfeiçoamento é o objetivo central de todo cristão.

Nesse sentido, dedicar-se às delicias corporais é ao mesmo tempo moral e racionalmente reprovável, pois todos os que levam a vida em busca da satisfação dos desejos do corpo estão mais próximos às bestas feras.

quam perjudiciais são os cheiros aos bons costumes digão-nos os Poetas gregos que fingião não se apertar Venus de nenhum lugar onde não deixasse fragancia. Porque conforme aos naturaes Philosophos nenhuma couza incita mais a vida delicioza que os cheiros e perfumes, e assim chama Virgilio mollex aos sabeos pellos muitos cheiros que naquella Provincia se crião e de que os naturaes uzão, e esta he huma das principaes cauzas que da um nobre Romano para Anibal e os seos se effeminarem em Capua.

Mal he este tamanho que as riquezas da Índia trazem consigo que ainda que forão grandíssimas somente por esta cauza houveramos de fugir dellas. Porque este he o mayor inimigo que tem as republicas grandes e de que devem haver medo que de nenhum outro. Leão-se as historias antigas e vejão que cauzou a Ruyna dos Imperios do Mundo senão as delicias de Asia? (*Idem, ibidem*, p. 141-142)

Além dos danos no âmbito moral, os “mimos indianos”, ainda em modo semelhante ao moralismo empregado por Francisco de Sá de Miranda em sua obra literária, também causam a despovoamento dos campos e da agricultura:

Pello que não pode ser para este Reyno cousa de mayor prejuiso do que as Colonias da India, assim porque perdemos todo os socorros que daquelles Portugueses pudermos receber estando perto da Patria, como por serem necessarias muitas mais Colonias que em Africa pella grande distancia e grandesa das Provincias que empreendemos senharear; com o que será necessário despovarse o Reyno e despedirmos de nós não somente a gente que nos sobeja senão ainda o que nos he totalmente necessaria pera cultivação dos campos e defenção da Patria. (*Idem, ibidem*, p.152)

Ora, esse aspecto da “defenção da Patria”, que pode ser entendido como uma das realizações do *topos* humanista do louvor das armas, ao lado dos temas do cultivo dos campos (a agricultura) e do povoamento,

consiste num dos argumentos principais da “literatura econômica” do século XVI, isto é, aqueles discursos que tratam estrategicamente do “governo da casa e da família”. No *Libro dela Economica*, de Xenofonte, uma das atividades que se considera decorosa ao “pai de família” é a “arte militar”, ou seja, “las cosas dela guerra”, ao mesmo tempo que todas artes mecânicas estão absolutamente proibidas por serem baixas e diminuam a dignidade do chefe da casa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Afonso. *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1884.

BONARDI, Marie-Odile. Essai d'íconographie au XVIIe siècle: le pélican et le coeur. *XVIIe siècle*, n. 201, 50^e année, n. 4.

CASTILLO, Hernando de. *Cancionero general de muchos y diuersos autores* (Valencia, 1511). Reprodução fac-similada. Madrid: Real Academia Española, 1958.

COUTO, Diogo do. *O soldado prático*. Texto restituído, prefácio e notas pelo Prof. Manuel Rodrigues Lapa. Lisboa: Sá da Costa, 1937.

CRUZ, Maria Leonor García da. As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no norte de África. *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, n. 13, p. 123-199, 1997. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5347/1/ml.garciacruz-revMLib-13.pdf>>.

FONTOURA, Otilia Rodrigues. *Portugal em Marrocos na época de D. João III: abandono ou permanência?* Funchal: CEHA, 1999.

MACPHERSON, Ian. *The invenciones y letras of the Cancionero General*. London: Queen Mary and Westfield College, 1998.

MÂLE, Émile. *L'art religieux du XIIIe siècle en France*. Paris: Armand Colin, 1948.

MENDONÇA, Manuela. *D. João II. Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*. Lisboa: Estampa, 1991.

MIRANDA, Francisco de Sá de. *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*. Lisboa: INCM, 1989.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

RAMALHO, Américo da Costa. *Estudos sobre a época do Renascimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1997.

_____. *Para a história do Humanismo em Portugal*. Lisboa: INCM, 1998.

RICARD, Robert. L'évacuation des places portugaises au Maroc sous Jean III, In: _____. *Études sur l'histoire des portugais au Maroc*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1955.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*, vol. III (1495-1580). Lisboa: Verbo, 1980.

SOARES, Luís Ribeiro. Diogo de Gouveia, o Velho, e os “negócios estrangeiros” da expansão portuguesa. *Presença de Portugal no Mundo*. Actas do Colóquio. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1982.

THOMAZ, Luís Felipe. A “política oriental” de D. Manuel I e suas contra-correntes. In: _____. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

**AGUARDENTE: UMA ESTUDO
NO CAMPO SEMÂNTICO DA ALIMENTAÇÃO E COZINHA,
A PARTIR DOS DADOS DO PROJETO ALERS**

Ludinalva Santos do Amor Divino (UFBA)

lilidivino@hotmail.com

RESUMO

Este artigo propõe verificar quais as variantes lexicais utilizadas na região sul do país para o item lexical *aguardente*, identificando as possíveis diferenças e/ou semelhanças diatópicas. A metodologia do trabalho deu-se a partir da análise dos itens lexicais que respondem a questão 182 do questionário do *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB), sobre as variações lexicais para a pergunta: Como se chama a bebida alcoólica feita de cana-de-açúcar, do campo semântico alimentação e cozinha. O *corpus* se constitui das respostas coletadas nos estados da região Sul que compõem a Carta 604 do *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* (ALERS). O projeto do *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* busca registrar, organizar e comparar dados linguísticos de natureza fônica, morfossintática e semântico-lexical do português falado na Região Sul do país. Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, utilizaram-se os pressupostos teóricos da dialetologia, da geografia linguística e da lexicologia. Das respostas encontradas para a pergunta do "Questionário Semântico Lexical" (QSL) 182: como se chama a bebida alcoólica feita de cana-de-açúcar? Foram encontradas as variantes: cachaça, pinga, caninha, cana, canha, tonzeza e pura. Ficou evidente que o processo de migração interno da região Sul dividiu esta região em duas áreas linguísticas, a paranaense e a rio-grandense, identificando o estado de Santa Catarina como área de transição, prova disso, foram as formas lexicais dominantes no Paraná (pinga) e no Rio Grande do Sul e Santa Catarina (cachaça). Em síntese, obtivemos na região sul a variante mais produtiva: cachaça (com 159 registros); em segundo lugar: pinga (com 87 registros); 1 ocorrência para a variante tonzeza e 1 ocorrência para a variante pura. Registra-se também a resposta prejudicada (rp) com 9 frequências.

Palavras-chave: Léxico do Português. Geolinguística. ALERS. Aguardente.

1. Introdução

O Brasil é um país cuja língua – a língua portuguesa – apresenta, indubitavelmente, um alto grau de diversidade e variabilidade. O falar de uma pessoa faz parte de sua cultura e, portanto, há de ser respeitado. Constitui-se marca essencial de sua identidade, além de integrar o âmbito da linguagem – toda forma de comunicação - assumindo o papel de principal “produto” da cultura e, ao mesmo tempo, o principal “instrumento” de sua transmissão.

Nesse sentido, não podemos considerar a linguagem fora do con-

texto sociocultural em que está inserida, na medida em que sua função seria não apenas transmitir informações, como também estabelecer e manter contatos sociais e culturais entre os falantes. Portanto, não se pode também deixar de lado o fato de que ela vai acompanhar e refletir os padrões de comportamento e valores socioculturais e identitários de uma dada comunidade de fala.

Objetivamos verificar quais as variantes lexicais utilizadas na região sul do país para o item lexical *aguardente*, identificando assim, as possíveis diferenças e/ou semelhanças diatópicas.

Nesse sentido, a metodologia do trabalho deu-se a partir da análise dos itens lexicais que respondem a questão 182 do questionário do *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB), sobre as variações lexicais para a pergunta: Como se chama a bebida alcoólica feita de cana-de-açúcar, do campo semântico *alimentação e cozinha*. Portanto, o *corpus* constituiu-se das respostas coletadas nos estados da região Sul que compõem a Carta 604 do *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil*.

Sabemos que o meio social e o domínio que o falante possui de diversos estilos linguísticos influenciam no momento de escolha do seu universo lexical adequando a fala como processo de comunicação e interação. Nessa direção, a palavra atua no estabelecimento da identidade do universo lexical do falante.

Nascentes aponta para o estudo da língua em uso, ao afirmar que “uma língua não se espalha através de uma região sem alterar-se aqui e ali” (NASCENTES, 1960, p. 253) e salienta a necessidade do estudo dialetológico em nosso país, devido à grande extensão territorial e à variada composição étnico-cultural brasileira que atuam na diversidade.

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, utilizamos os pressupostos teóricos da dialetologia, da geografia linguística e da lexicologia.

2. *Léxico*

O nível lexical da língua é considerado o retrato da cultura de um povo, refletindo aspectos vinculados às experiências sociais e culturais de uma comunidade, pois o indivíduo, ao escolher formas linguísticas para nomear os referentes do mundo físico e do universo simbólico, revela não somente a sua percepção da realidade, mas compartilha valores, prá-

ticas culturais e crenças do grupo social em que está inserido. Dessa forma, o léxico de uma língua é constituído por um conjunto de vocábulos que representa a herança sociocultural de uma comunidade, conforme Maria Tereza Camargo Biderman (2001, p. 14):

[...] o léxico de uma língua natural pode ser identificado como o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística ao longo de sua história. Assim, para as línguas de civilização, esse patrimônio constitui um tesouro cultural abstrato, ou seja, uma herança de signos lexicais herdados e de uma série de modelos e categorias para gerar novas palavras.

No estudo do léxico, o ponto de partida é a linguagem, entendendo-se que, por meio da expressão linguística, é possível conhecer características culturais da comunidade, já que, através da palavra, os indivíduos expressam o tipo de vida que levam, o que pensam, o que fazem, os limites culturais que os mantêm. Para Eugenio Coseriu (1978, p. 19), cabe à etnolinguística o estudo dos fatos de uma língua motivados pelos saberes (ideias, crenças, concepções, ideologias) acerca das coisas.

Conforme Manuel Casado Velardi (1991, p. 41), no estudo da vinculação entre linguagem e cultura é importante distinguir se o ponto de partida da pesquisa é a linguagem ou a cultura. Ele faz ainda uma distinção entre sociolinguística e etnolinguística, afirmando que a primeira estuda a variação da linguagem relacionada à estrutura social da comunidade, enquanto a segunda dedica-se ao estudo da variação linguística relacionada com a cultura.

É conveniente pontuar que o pluralismo linguístico que caracteriza o português do Brasil é reflexo das variadas misturas de raças, culturas e línguas que estiveram presentes no processo de colonização de nossa terra. Sendo assim, a língua usada pelos falantes está sujeita à variação ou, nas palavras de Manuela Barros Ferreira, Ernestina Carrilho, Maria Lobo, João Saramago e Luísa Segura da Cruz (1966, p. 480): “a língua vive através da diversidade” que pode se dar em vários níveis: diacrônico, diatópico, diastrático, diafásico e diageracional.

Da descrição dessa variedade ocupa-se a geografia linguística que se constitui em um método da dialetologia horizontal, uma vez que a dialetologia faz uso desses princípios metodológicos para estudar e documentar o uso da língua dentro de um espaço, ou seja, para registrar os dados linguísticos areais, relacionando-os, muitas vezes, com dados sociais.

3. Variação diatópica: dialetologia monodimensional e dialetologia pluridimensional

Língua e sociedade são duas realidades totalmente interligadas e através da linguagem o homem consegue se comunicar e se expressar, interagindo com o mundo que o rodeia. Dessa maneira, através da linguagem, podemos identificar se o falante é homem ou mulher, bem como observar sua faixa etária, seu grau de instrução etc. É possível observar, por exemplo, se o falante brasileiro é nordestino, carioca, paulista ou sulista, devido às diferenças dialetais (fonéticas e lexicais) existentes entre eles. No entanto, apesar dessa gama de variedade linguística, o falante do sul do país compreende perfeitamente o falante do Norte, pois eles têm em comum a mesma unidade linguística que vigora no território brasileiro: a língua portuguesa e as variações não fazem desta uma língua ininteligível.

A partir do século XIX, desenvolveram-se diversas teorias linguísticas que se propuseram a explicar ou a observar a variação na língua, dentre elas podemos destacar a dialetologia, cuja finalidade é mapear e identificar a realidade espacial linguística, ou seja, visa a documentar a variação diatópica, registrando os distintos dialetos regionais, tendo assim uma dimensão prioritariamente espacial.

Neste sentido, os dados coletados a partir de uma pesquisa dialetal podem ser documentados tendo como base os critérios definidos pelo método da geografia linguística. Esta é definida por Eugenio Coseriu (1965, p. 05) como:

Un método dialectológico y comparativo que hay llegado a tener extraordinario desarrollo en nuestro siglo, sobre todo en campo románico, y que presupone el registro en mapas especiales de un número relativamente elevado de formas lingüísticas (fónicas, léxicas o gramaticales) comprobadas mediante encuesta directa y unitaria en una rede de puntos de un territorio determinado, o, por lo menos, tiene en cuenta la distribución de las formas en el espacio geográfico correspondiente a la lengua, a las lenguas, a los dialectos o a los hablantes estudiados.

Na verdade, a geografia linguística ou geolinguística visa a investigar e a registrar a linguagem falada, inserida em um determinado espaço, podendo ter um enfoque monodimensional (eminentemente espacial) e pluridimensional. Enquanto este abarca, além dos dados espaciais, dados extralinguísticos, como gênero, faixa etária, nível de escolaridade etc., aquele registra exclusivamente a variação diatópica. Neste sentido, a dialetologia faz uso dos princípios metodológicos da geografia linguística.

ca para estudar e documentar o uso da língua dentro de um espaço, ou seja, para registrar os dados linguísticos areais, relacionando-os, muitas vezes, com dados sociais.

Diante disso, é conveniente pontuar que a geolinguística continua priorizando a variação diatópica, mesmo quando registra os dados da língua sob uma perspectiva pluridimensional; na verdade, apenas amplia sua dimensão ao controlar outras variáveis, como idade, escolaridade, gênero e, desse modo, complementa os dados areais, sem a busca obcecante e exaustiva de quantificação e, como bem afirmou Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso (2000, p. 141): "Não creio que se deva aplicar à geolinguística a metodologia da dialetologia vertical, ou sociolinguística (...). Os dados geolinguísticos, ademais, não podem ser arguídos de pobreza sociológica (...)".

Atualmente, tem-se muito discutido acerca de outras dimensões, que não a diatópica, que devam ser levadas em consideração em uma análise dialetológica. Para Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso (2000) contestar a importância de uma variável sobre outra não parece ser uma boa solução, dada a complexa relação entre língua e fatos socioespaciais. Além disso, temos de levar em conta que desde os primeiros trabalhos dialetais já se demonstrava preocupação com outras variáveis que não fossem diatópicas.

Neste sentido, achamos conveniente transcrever o que disse, com muita propriedade, Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso (2000, p. 415)

Creio que a geolinguística hoje, neste final de milênio, deve continuar a priorizar a variável diatópica, abrindo, porém, espaço para o controle de outras variáveis como gênero, idade e escolaridade, sem a busca obcecante da quantificação, mas tomando-as, de forma exemplificativa e não exaustiva de modo a complementar os próprios dados areais.

Assim, ao contrário do que foi afirmado por alguns estudiosos sobre a suposta crise da geolinguística, é preciso deixar claro que esta apenas ampliou e modernizou seu campo de estudo, tornando acessíveis dados que antes não se faziam necessários. Desse modo, urge que os cientistas da língua concebam a geografia linguística como um método da dialetologia que, com o decorrer do tempo, veio se desenvolvendo e buscando caminhos que mais se aproximem da realidade e, a partir de dados espaciais, pretende-se chegar a dados socioculturais, ou seja, a uma análise pluridimensional dos fenômenos linguísticos.

3.1. Representação da variação diatópica nos atlas linguísticos

Os atlas linguísticos são elaborados a fim de representar e registrar, em suas cartas, a variação diatópica, coletada a partir de uma pesquisa dialetal. Na verdade, nos atlas está reunido um conjunto

de mapas de um território, mais ou menos vasto, que representam ou localizam as realizações dos paradigmas linguísticos em estudo (de natureza fonética, lexical, morfológica ou sintática), registrando as respectivas variações geográficas. (FERREIRA *et al.*, 1966, p. 484)

Desse modo, um atlas linguístico nos possibilita visualizar a distribuição geográfica de determinado fenômeno da língua, delimitando sua extensão, além de isolar, através de isoglossas, áreas dialetais, definidas pela concentração de fenômenos linguísticos idênticos.

No tocante ao registro da variação diatópica, podemos afirmar que foi com a publicação do *Atlas Linguistique de la France* (ALF), elaborado por Jules Gilliéron que a geografia linguística se tornou uma disciplina autônoma, seguindo o seu curso e aprimorando seus princípios metodológicos. No Brasil, os estudos dialetais têm seu começo em 1826, com a presença de Visconde de Pedra Branca, Domingos Borges de Carvalho, no *Atlas Ethnographique du Globe*, de Adrien Balbi.

Nesse contexto, o Brasil empreende a sua caminhada geolinguística publicando o primeiro atlas linguístico regional, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB), em 1963, resultado de pesquisas realizadas na Universidade do Estado da Bahia pelos pesquisadores: Nelson Rossi, Carlota Ferreira e Dinah Isensee Callou. Nos dias atuais, o Brasil conta com dez atlas linguísticos regionais publicados. O segundo atlas linguístico regional é o *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* (EALMG), em seguida tivemos: o *Atlas Linguístico da Paraíba* (ALPB); o *Atlas Linguístico de Sergipe* (ALS) é o quarto atlas publicado no Brasil; o quinto atlas lançado no Brasil foi intitulado *Atlas Linguístico do Paraná* (ALPR), de Vanderci de Andrade Aguilera, em 1994; o sexto: *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* (ALERS); o sétimo é o *Atlas Linguístico Sonoro do Pará* (ALISPA); o oitavo atlas regional é o *Atlas Linguístico de Sergipe II*, de Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso; o nono atlas é o *Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul* (ALMS); o décimo atlas regional publicado no Brasil é o *Atlas linguístico do Estado do Ceará* (ALECE).

No que diz respeito ao Brasil, o desejo inicial de se elaborar um atlas de extensão nacional foi grande, data de 1953, porém inviabilizado,

pois o Brasil era um país ainda, na sua maior parte, rural. Foram feitas pesquisas em escala estadual até haver reais condições infraestruturais de se fazer um atlas nacional. Passado pouco mais de 40 anos, foi, enfim, viabilizado o Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), que tem como objetivo geral fornecer dados para uma visão ampla da língua majoritária em nosso país. O Projeto ALiB se configura como um projeto original na medida em que busca o mapeamento global das variedades da língua portuguesa, uma vez que os atlas linguísticos regionais fornecem visões parciais dos usos da fala. (CARDOSO & PAIM, 2012)

De acordo com Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso (2010, p. 68), “o começo da geolinguística está, assim, marcado pela busca da realidade nacional, entendida como a descrição linguística de área que, geográfica ou politicamente, se reveste de unidade”. Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso informa que os atlas podem ser divididos em quatro tipos, de acordo com a extensão territorial: regional, nacional, continental e grupo linguístico.

Em relação a esse fato, Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso (2010, p. 68) afirma que:

A necessidade de aprofundar o conhecimento de uma dada região, proporcionado pelos atlas nacionais, motivou o aparecimento de atlas regionais que, como a própria denominação explícita, se destinam ao exame de áreas menores, buscando detalhar o conhecimento de regiões específicas, fazendo com que o que se deveria ter constituído na primeira geração de atlas linguísticos – a produção de atlas regionais –, viesse a aparecer num segundo momento e quando já circulavam os atlas nacionais.

Dessa maneira, a busca pela realidade nacional provocou e provocará motivações para o surgimento de atlas em outros países, tendo como base os princípios metodológicos do *Atlas Linguistique de la France*, mesmo mudando uma ou algumas situações na metodologia.

4. A ocupação territorial da Região Sul e o surgimento do ALERS

O povoamento da região Sul deu-se, inicialmente, pelos índigenas. Em 1626, vieram os padres jesuítas espanhóis para catequizá-los e fundando aldeias denominadas missões ou reduções. Os índios que habitavam as missões criavam gado, ou seja, dedicavam-se à pecuária, trabalhavam na agricultura e aprendiam ofícios. Mais tarde, vieram os bandeirantes paulistas que atacaram as missões para aprisionar os índios. Com isso, os padres jesuítas e os índios abandonaram o lugar.

A população da região Sul aumentou muito com a chegada dos primeiros imigrantes europeus. No século XIX, o produto de grande expressão para o país deixou de ser a cana-de-açúcar e passou a ser o café, fato que aumentou o povoamento. Os primeiros imigrantes foram os açorianos. Depois vieram principalmente os alemães e os italianos. Outros grupos (árabes, poloneses e japoneses) também procuraram a região para morar.

Percebemos, portanto, que a região Sul teve uma concentração maior de europeus e descendentes que o restante do país, porque no período em que vieram muitos imigrantes para o Brasil a maioria lá se instalou, visto que as características da região (sobretudo o clima) se assemelhavam muito aos países europeus e sendo, também, a região propícia, principalmente, para o desenvolvimento de culturas agrícolas tais as praticadas na Europa.

Sabe-se que a delimitação de áreas linguísticas se fundamenta na correlação entre a língua falada e as características do meio geográfico, a saber: origem e constituição étnica da população, migrações, grau de isolamento e de urbanização, relevo, dentre outros. Sendo assim, acreditamos que a maneira como se deu a ocupação territorial dessa região tenha influenciado linguisticamente seus moradores.

Já situado na quarta fase da dialetologia no Brasil, o *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* (ALERS) é o sexto atlas lançado em território nacional, em 2002. Os pesquisadores: Walter Koch, Mário Silfredo Klassmann e Cléo Vilson Altenhofen foram os mentores desse atlas, o qual contempla os três estados da região sul do país: Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS). Foram lançados dois volumes: o primeiro contendo introdução e metodologia e o segundo, o atlas propriamente dito. A rede de pontos para a pesquisa do *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* é dividida em duas partes: 275 pontos, incluindo zona rural e zona urbana.

O projeto *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* busca registrar, organizar e comparar dados linguísticos de natureza fônica, morfofossintática e semântico-lexical do português falado na Região Sul do país.

5. *Análise dos dados*

Os informantes para o *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região*

Sul do Brasil têm idade entre 28 e 58 anos e pouca escolaridade, tendo sido escolhidos dois por localidade nas áreas rurais e três nas áreas urbanas. Em relação aos pontos, temos no Paraná, 100 pontos, em Santa Catarina, 80 pontos e Rio G. do Sul, 95 pontos, totalizando 275 pontos, como mencionamos acima.

Das respostas encontradas para a pergunta do "Questionário Semântico Lexical" (QSL) 182: como se chama a bebida alcoólica feita de cana-de-açúcar? Foram encontradas as variantes: *cachaça*, *pinga*, *caninha*, *cana*, *canha*, *tonteza* e *pura*, evidenciadas no Quadro abaixo.

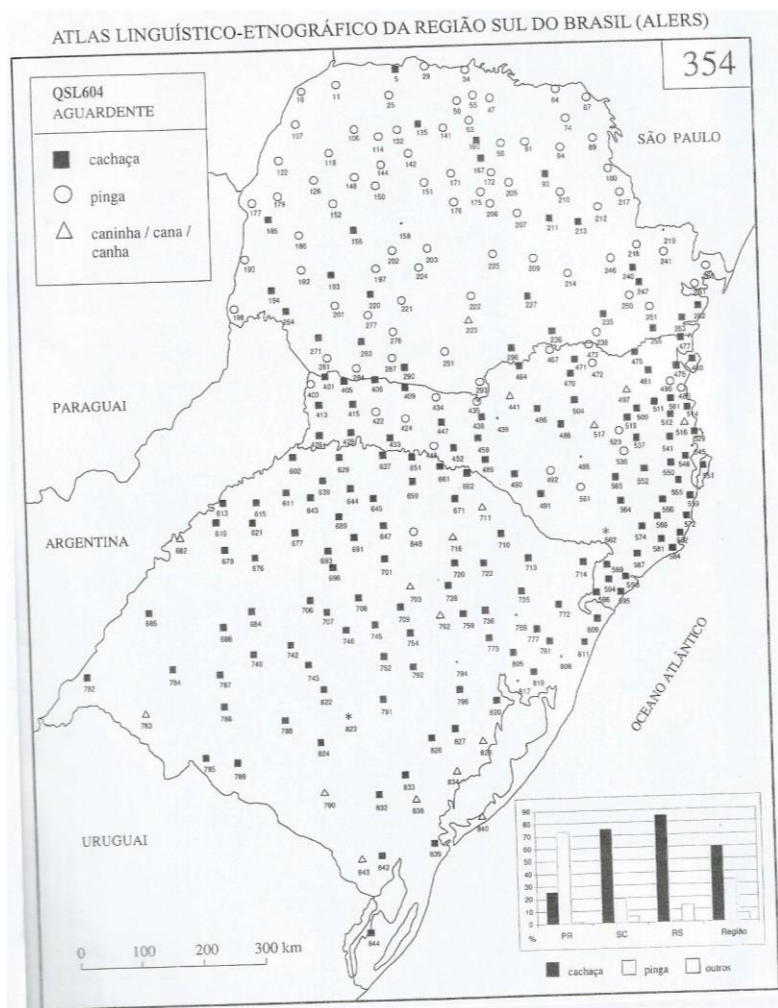
VARIANTES	FREQUÊNCIA
<i>cachaça</i>	159
<i>pinga</i>	87
<i>penga</i>	01
<i>caninha</i>	08
<i>cana</i>	04
<i>canha</i>	04
<i>tonteza</i>	01
<i>pura</i>	01
rp	09

Quadro I- Distribuição diatópica das variantes no ALERS

A partir do Quadro I, percebemos que a variante mais produtiva foi *cachaça* (com 159 registros); em segundo lugar *pinga* (com 87 registros); 01 ocorrência para a variante *tonteza* e 01 ocorrência para a variante *pura*. Registra-se também a resposta prejudicada (rp) com 9 frequências.

Em relação à análise lexical das variantes para *aguardente*, encontramos em Antônio Geraldo da Cunha (1997) a acepção da variante *cachaça* como *aguardente de cana-de-açúcar*, de origem controversa. Ainda em Antônio Geraldo da Cunha (1997), *cana* é classificada com sf, – caule de várias plantas da família das gramíneas, tais como o bambu.

Cana é trazida por Antônio de Moraes Silva (1945) com a acepção de bebida alcoólica, na entrada *caninha*, classificada como brasileirismo, diminutivo de *cana*. A lexia *pinga* é trazida por Antônio Geraldo da Cunha (1997) como extensão do verbo *pingar*. Para Antônio de Moraes Silva (1945) *pinga* é classificada como brasileirismo popular.



CARTA QSL 604- Aguardente

Percebe-se a partir da carta do "Questionário Semântico Lexical" (QSL) 604 que a designação *cachaça* foi a mais produtiva nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, enquanto a variante *pinga* foi predominante no estado do Paraná. Por outro lado, ainda neste estado, ocorreram 22 pontos com a variante *cachaça*, visualizando um traçado no Sul do Paraná, o que sugere influência da fronteira com Santa Catarina.

Através da carta, é notório o uso da variante *caninha* no Oeste do Rio Grande do Sul, o que acarretará em uma isoglossa nas localidades de: Barra do Ribeiro, Camaçá, São Lourenço do Sul e Pelotas que são representadas pelos pontos: 832, 838, 843, 834, 828 no Atlas.

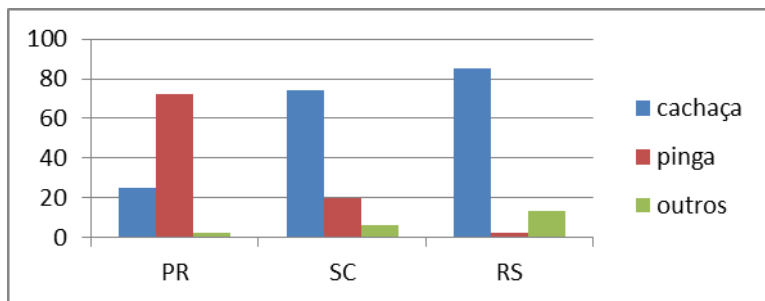


GRÁFICO I – Distribuição das variações lexicais para o item aguardente - ALERS

Podemos observar no Gráfico I, que no Rio Grande do Sul ocorreu 84% de utilização da variante *cachaça*, enquanto em Santa Catarina obtivemos 73%. Já no Paraná, tem-se um percentual de 25% de usos desta variante.

Em relação à variante lexical *pinga*, seu uso foi mais predominante no Paraná, obtendo um percentual de 72%, enquanto em Santa Catarina prevaleceu com 20% de uso e no Rio G. do Sul, 3%.

No que tange às outras variantes (*caninha*, *cana*, *canha*), agrupadas como “*outras*”, foi apresentado um percentual mais significativo no Rio Grande do Sul com 12% de ocorrências.

6. Considerações finais

É perfeitamente possível se enveredar pelos caminhos da geografia linguística tendo sob controle, outras variáveis que não sejam apenas diatópicas, ou seja, a geolinguística assume outros parâmetros que não o diatópico, quando passa a considerar as variáveis sociais, mas não deixa de ser eminentemente diatópica.

Podemos pontuar que todo e qualquer estudo de natureza dialetal é de extrema importância para se conhecer e se registrar não apenas as diversidades linguísticas de natureza diatópica, como também as variedades da língua que correspondem a aspectos socioculturais e espaciais, levando os falantes a terem consciência de que cada comunidade lingüís-

tica, cada localidade e cada pessoa realizam sua língua de maneira diferente.

Ficou evidente que o processo de migração interno da região Sul divide esta região em duas áreas linguísticas, a paranaense e a rio-grandense, identificando o estado de Santa Catarina como área de transição, prova disso foram as formas lexicais dominantes no Paraná (pinga) e no Rio Grande do Sul e Santa Catarina (cachaça). Confirmando, portanto, que a partir do estudo do léxico torna-se possível desvendar as transformações sociais, históricas e ideológicas que perpassam um grupo social, isto é, as características humanas e culturais de determinados grupos são reveladas através do léxico.

O presente estudo foi uma pequena amostra das inúmeras possibilidades de exploração do material coletado pelo *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil*, sinalizou, de forma bem tímida, a existência de áreas linguísticas relacionadas com as diversas áreas de colonização da Região Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: Edufms, 2001, p. 13-22.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. *Tinha Nascentes razão? Consideração sobre a divisão dialetal do Brasil*. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 6, p. 49-59, 1986.

_____; PAIM, Marcela Moura Torres. (Orgs.). *Documentos 3 – Projeto Atlas Linguístico do Brasil*. Salvador: Vento Leste, 2012, p. 219-230.

_____; FERREIRA, Carlota. *A dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

_____; _____. *O léxico rural: glossário, comentários*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.

COSERIU, Eugenio. La geografia lingüística. *Cuadernos Del Instituto Lingüístico Latinoamericano*. Montevideo, n. 11, 1965.

_____. *O homem e sua linguagem*. Madrid: Gredos, 1977.

COMITÊ Nacional do Projeto AliB. *Atlas linguístico do Brasil*: questionários. Londrina: UEL, 2001.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

FERREIRA, Manuela Barros; CARRILHO, Ernestina; LOBO, Maria; SARAMAGO, João; CRUZ, Luísa Segura da. Variação linguística: perspectiva dialectológica. In: FARIA, Isabel Hub; PEDRO, Emília Ribeiro; DUARTE, Inês; GOUVEIA, Carlos Alberto Marques. (Orgs.). *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996, p. 479-502.

KOCH, Walter A.; KLASSMAN, Mário Silfredo; ALTENHOFEN, Cléo Wilson. *Atlas linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil*. Porto Alegre: Edufrg; Florianópolis: Edufsc; Curitiba: Edufpr, 2002.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de. Regionalismos brasileiros: a questão da distribuição geográfica. In: ____; ISQUERDO, Aparecida Negrí. (Orgs.). *As ciências do léxico*: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS, 2001, p. 109-115.

VELARDI, Manuel Casado. *Lenguaje y cultura*. Madrid: Síntesis, 1991.

DE VERBO: A GRAMÁTICA DE FLÁVIO CARÍSIO

Flávia Santos da Silva (UFU)
flaviasantosbr@hotmail.com

RESUMO

O *Grammatici Latini* é uma coleção de oito volumes de gramáticas latinas da Antiguidade. Foi editada pelo filólogo Heinrich Keil no século XIX e publicada pela Teubner. Seu primeiro volume é consagrado às *Ars Grammatica* de Flávio Sospater Charisius e de Diomedes. Neste artigo, apresentamos um estudo dos capítulos referentes aos verbos na gramática de Flávio Sospater Charisius. Lemos os itens VII e X do livro II, respectivamente: “de verbo” e “de declinationibus verborum”, com o objetivo de pensar a relação de tempo, modo e aspecto na organização dos verbos. Tomamos o sistema verbal latino formulado por João Bortolanza (2007) como modelo para propor maneiras de repensar o modo como Flávio Sospater Charisius organiza os verbos.

Palavras-chave: Língua Latina. *Verba*. Obra de Carísio.

1. Introdução

Flávio Sospater Carísio nasceu, provavelmente, na Campânia ou na África do Norte, em torno do séc. IV d.C¹. Escreveu a *Ars Grammatica*, que contém cinco livros: o livro I é, em geral, sobre as letras, os nomes e os casos; livro II, as partes do discurso; livro III, tipos de verbo: incoativo, frequentativo, defectivo; livro IV, as figuras de linguagem e a leitura; livro V, a escrita, o acento e a pronúncia.

Neste artigo, leremos os itens VIII a XII do livro II, respectivamente: “de verbo”, “*de ordinibus verborum*”, “*de declinationibus verborum*”, “*de coniugationibus*”, “de participio”, além de todo o livro III.

A definição de verbo que ele fornece é a seguinte: “O verbo é a parte da oração que significa a administração da coisa com tempo, pessoa e números e que carece de caso. Ocorrem, no verbo, a qualidade, o gênero, a figura, o número, o modo, o tempo, a pessoa e a conjugação”. (CARÍSIO *apud* KEIL, 1857, p. 164)².

¹ BNF, 2016, não paginado. Disponível em:
<http://data.bnf.fr/13522040/flavius_sospater_charisius/#other-ressources> Acesso em: 20-05-2016.

² “Verbum est pars orationis administrationem rei significans cum tempore et persona numerisque carentes casu. Verbo accidunt qualitas genus figura numerus modus tempus persona coniugatio”.

Por “*administrationem rei significans*”, podemos compreender que o verbo, diferentemente do nome que significa a coisa corporal e incorporeal (cf. CARÍSIO *apud* KEIL, 1857, p. 152), significa a maneira como as coisas são manejadas, agenciadas, executadas, enfim, a ação ela mesma.

Assim, o verbo não possui caso porque não representa a coisa ela mesma, mas a ação executada ou sofrida pela coisa. Seus caracteres são oito: qualidade, gênero, figura, número, modo, tempo, pessoa e conjugação (cf. CARÍSIO *apud* KEIL, 1857, p. 164), sobre os quais dissertamos no próximo item.

2. A qualidade, o gênero, a figura e os modos verbais

A qualidade é a propriedade de ter certo número, modo, tempo e pessoa condição finita, como “*scribo*” e “*lego*”, ou nenhum desses – qualidade infinita, como “*legere*” e “*scribere*”. Sobre formas como “*legisse*” e “*scripsisse*” também são infinitas, embora Flávio Sosipater Carísio admita que “[...] *sed tempore solo finita sunt*” (CARÍSIO *apud* KEIL, 1857, p. 164), ou seja, são finitas apenas no tempo. Entretanto, sabemos que “*scribere*” e “*legere*” também possuem tempo, pois são formas do tempo presente, além de voz, que Flávio Sosipater Carísio não menciona.

O gênero é ativo, passivo, neutro, comum, depoente e impessoal. Pelo que o autor exemplifica, apesar de não explicar, podemos compreender que a diferença dos já conhecidos ativo e passivo com o neutro seria que esse não tem voz passiva, como “*sedeo*” e “*curro*”; com o gênero comum porque esse possui a forma ativa e a forma depoente, “*adulor*” e “*criminator*”.

O gênero impessoal se dá em formas como “*itur*”, “*videtur*”, “*pu-det*” e “*paenitet*”, cujo sujeito é apresentado em outro caso que não o nominativo, como o dativo em “*mihi videtur*” e o acusativo em “*me pae-nitet*”.

A figura é simples como “*scribo*” e composta como “*inscribo*”, por possuir um afixo. O número é singular, “*scribo*”, e plural, “*scribimus*”. As pessoas são três: a primeira, que é a que fala; a segunda, que é para quem se fala; e a terceira, que é sobre quem se fala. (Cf. CARÍSIO *apud* KEIL, 1857, p. 168)

As conjugações são quatro: a primeira, cuja segunda pessoa ter-

mina em “-as”; a segunda, cuja terminação da segunda pessoa é “-es”; a terceira, em “-is”; e a quarta, também em “-is”. (Cf. CARÍSIO *apud* KEIL, 1857, p. 168-169)

Os modos são sete: indicativo, imperativo, promissivo, optativo, conjuntivo, perpétuo e impessoal, sobre os quais o autor não exemplifica. Os tempos são presente: “*lego*”, pretérito: “*legi*” e futuro: “*legam*”. (Cf. CARÍSIO *apud* KEIL, 1857, p. 168)

Com essa descrição sobre os verbos, podemos notar que Flávio Sosipater Carísio nem ao menos menciona os aspectos “*infectum*” ou “*perfectum*” e que ele toma as formas como “*legi*” como sendo pretérito, embora a diferença entre “*lego*” e “*legi*” seja puramente aspectual.

Segundo João Bortolanza (2015, p. 71), a forma “*lego*” é zero no que se refere à marca de tempo. A partir dela, com o acréscimo de “-ba”, faz-se o pretérito imperfeito “*legebat*”, e com o acréscimo de “-e”, o futuro imperfeito “*leget*”. Dessa forma, podemos observar que “*lego*”, sendo um presente, serve de ponto de partida para a criação dos outros tempos.

Nesse sentido, “*legi*” também é um presente, mas um presente perfeito, tanto porque é zero na marca de tempo, quanto porque a partir dele também se pode fazer a flexão dos outros tempos: com o acréscimo de “-*ēra*”, tem-se o pretérito perfeito “*legērat*”, que os gramáticos convencionaram chamar de pretérito mais-que-perfeito, e com o acréscimo de “-*ēri*”, o futuro perfeito “*legērit*”.

Em outras palavras, Flávio Sosipater Carísio, embora ainda vivendo no período clássico, não logrou observar na língua latina o fato de que entre “*lego*” e “*legi*” não há diferença temporal, mas aspectual. As duas formas estão no presente, mas “*lego*” é um presente imperfeito e “*legi*”, um presente perfeito.

3. *Os tempos verbais*

Pelo que pudemos observar pelo item anterior, já antes da derrocada do Império Romano, os falantes de latim, fossem eles romanos ou não, davam mais peso ao tempo que ao aspecto, o que faz com que isso não seja exclusividade dos falantes das línguas românicas, posteriormente.

A consequência disso é que gramáticos como Flávio Sosipater Carísio não se distanciaram dos lugares comuns sobre a língua, perpetuando, nas gramáticas, um conhecimento vulgar sobre o assunto. Nos itens IX e X, ele disserta minuciosamente sobre a conjugação e flexão dos verbos:

O verbo finitivo de primeira conjugação ativo [e passivo] nos tempos do presente de número singular é "amo", "amas", "amat" e, no plural, "amamus", "amatis", "amant"; nos tempos do pretérito imperfeito é "amabam", "amabas", "amabat"; do pretérito perfeito, "amavi"; do mais-que-perfeito, "amaveram"; do futuro, "amabo". Os imperativos do presente são "ama", "amet"; do futuro, "amato tu", "amato ille". Os optativos do presente e do pretérito imperfeito são como "amarem"; do pretérito perfeito, como "amaverim"; do mais-que-perfeito, como "amavissem"; do futuro, como "amem". Os subjuntivos do presente ocorrem com "amem"; do pretérito imperfeito, com "amarem"; do pretérito perfeito, com "amaverim"; do mais-que-perfeito, com "amavissem"; do futuro, com "amavero". (CARÍSIO *apud* KEIL, 1857, p. 169)³

Pela primeira vez, vemos as palavras "inperfectum" e "perfectum" aparecerem em sua gramática. Mas, engana-se o leitor se pensar que ele está se referindo aos aspectos verbais. A terminologia "praeteritum imperfectum" em relação ao isolado "perfectum" denota que esses termos estão sendo compreendidos apenas como tempos verbais.

Além de "inperfectum" revelar um uso decadente do latim, em contraposição com "infectum", ele mostra que Flávio Sosipater Carísio conseguia ver a noção de não perfectibilidade de uma ação apenas no tempo pretérito.

Além disso, a forma "amavi" é apenas chamada de "perfectum", como se houvesse um tempo de nome "perfeito". Vemos aqui, claramente, a indistinção entre tempo e aspecto.

E a tão utilizada nomenclatura, nos dias de hoje, "plusquamperfectum", dá indícios de que, de fato, a noção de aspecto perfeito foi relegada à de tempo perfeito, como se o perfeito pudesse ser mais perfeito do que ele mesmo. É, isso, em pleno séc. IV d.C.

³ "Verbum finitivum ordinis primi activum [et passivum] temporis instantis numeri singularis amo amas amat et pluraliter amamus amatis amant, praeteriti imperfecti amabam amabas amabat, perfecti amavi, plusquamperfecti amaveram, futuri amabo. Imperativa instantis ama amet, futuri amato tu amato ille. Optativa instantis et praeteriti imperfecti ut amarem, perfecti ut amaverim, plusquamperfecti ut amavissem, futuri ut amem. Subiunctiva instantis cum amem, praeteriti imperfecti cum amarem, praeteriti perfecti cum amaverim, plusquamperfecti cum amavissem, futuri cum amavero".

Por esse motivo, o futuro, na sua gramática, é apenas “*futurum*” e o presente apenas “*instans*”, como se esses tempos não tivessem aspecto. Tenhamos em mente que, embora o termo “aspecto” tenha sido criado apenas no século XIX, essa categoria verbal existe há muitos mais séculos antes disso.

Desta feita, não é anacronismo reivindicar seu tratamento em gramáticas como a de Flávio Sosipater Carísio, ainda que sob nome diferente. O problema que atestamos não é a falta do termo “aspecto”, mas a da noção de aspecto.

A consequência disso é que, inclusive, alguns modos e tempos acabam sendo ignorados. Por exemplo, “*amavěro*” é tido por ele como sendo o subjuntivo do futuro, como se não houvesse o modo indicativo (“*infinitivus*”) para o mesmo tempo, “*amavěro*”; ao contrário, “*amabo*” é o indicativo do futuro, e não se menciona seu modo subjuntivo, “*amabo*”.

Ao estudarmos a tabela de João Bortolanza (2007, p. 71), observamos que essas formas existem no latim, embora muitas vezes sejam ignoradas pelos gramáticos.

Ademais, o optativo e o subjuntivo são confundidos na descrição de Flávio Sosipater Carísio: formas como “*amarem*” e “*amavissem*”, optativas, são colocadas ao lado de “*amaverim*” e “*amem*”, subjuntivas; os tempos também são confundidos: “*amem*” não é optativo do futuro, mas subjuntivo do presente imperfeito. Enfim, tal como vemos nos dias de hoje, todo o sistema verbal é comprometido.

Sobre o particípio, esse gramático afirma que: “O particípio é a parte da oração com tempo, caso e sem pessoa, e que significa algo ativa ou passivamente, como ‘*limans*’ e ‘*legens*’”.⁴ (CARÍSIO *apud* KEIL, 1857, p. 178)

Apesar de admitir que o particípio tem apenas tempo, ele faz uma breve alusão ao aspecto dos tempos presente e pretérito: “Todos os particípios do tempo pretérito têm a significação da coisa acabada, como ‘*emptus*’ e ‘*captus*’, entretanto, [os particípios] do tempo presente têm a sig-

⁴ “Participium est pars orationis cum tempore et casu sine persona active vel passive aliquid significans, ut *limans* *legens*”.

nificação da coisa inacabada, como ‘*lucens*’ e ‘*tepens*’”.⁵ (CARÍSIO, *apud* KEIL, 1857, p. 178)

Como dissemos, isso é apenas uma alusão ao aspecto. Ele não desenvolve a ideia nem suas consequências. Além do mais, nem ao menos considera que o participio futuro também tem aspecto. E é interessante notar que a voz também é olvidada.

Ainda assim, as gramáticas atuais da língua portuguesa se mostram como um retrocesso, posto que nem ao menos concebem que os participios possuem tempo.

4. As conjugações e tipos de verbo

O livro III de *Ars Grammatica* trata, em sua maior parte, sobre verbos e aborda as seguintes questões: os perfeitos das quatro conjugações, os defectivos, os incoativos, os impessoais, os frequentativos, as paragoges, as confusões (“*confusis*”) e as qualidades da língua latina e os tempos.

Sobre o primeiro ponto, Flávio Sosipater Carísio apenas faz a flexão exaustiva dos verbos, sem trazer maiores informações sobre o aspecto perfeito, por exemplo:

Na segunda conjugação, há cinco formas. A primeira é a que se flexiona com a letra “i” sem o suporte de nenhuma consoante, como “*splendeo*”, “*splendes*”, “*splendui*” [...]. A segunda forma é aquela pela qual se alonga o perfeito por meio da primeira sílaba breve, como “*sedeo*”, “*sedes*”, “*sedii*” [...].⁶ (CARÍSIO *apud* KEIL, 1857, p. 244)

Sobre os defectivos e os incoativos, ocorre o mesmo: não há maiores explicações sobre o aspecto perfeito. É interessante notar, porém, que as gramáticas atuais tomam as noções envolvidas nos verbos defectivos e incoativos como sendo aspecto, o que rejeitamos. O aspecto é uma categoria binária: ou ela é perfeita ou imperfeita. O fato de ser incoativo seria uma modalidade do aspecto, assunto que desdobraremos em estu-

⁵ “Omnia participia praeteriti temporis perfectae rei habent significationem, ut emptus captus, praesentis interdum imperfectae rei habent significationem, ut *lucens tepens*”.

⁶ “In secundo ordine formae sunt quinque. Prima quae in i litteram cadit perfecto nulla littera consonante duce, velut *splendeo splendens splendui* [...]. Secunda forma est qua prima syllaba excorrecta producitur perfecto, velut *sedeo, sedes, sedii* [...]”.

dos posteriores.

Flávio Sosipater Carísio afirma que os incoativos “Não possuem pretérito perfeito, pois o que é começado não é perfeito”⁷ (CARÍSIO *apud* KEIL, 1857, p. 252). Ele menciona os verbos “[...] ‘horresco’, isto é, começo a me arrepiar, ‘torpesco’, começo a me entorpecer”⁸ (CARÍSIO *apud* KEIL, 1857, p. 252). Esses verbos não possuiriam um radical para o aspecto perfeito.

A questão é que ser incoativo não implica não ter o radical perfeito. E esse problema se mostra até mesmo nos dicionários. Em Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva (2006, p. 1210), “torpesco” é apresentado da seguinte maneira: “torpesco, -is, torpui, -escere”, em outras palavras, seu radical perfeito é “torpui”, ao passo que, na p. 559, temos “horresco, is, ere”, sem a forma para o perfeito. Isso significa que os problemas da gramática também se refletem nos dicionários, o que pede uma revisão.

Sobre os verbos defectivos, Flávio Sosipater Carísio defende que são verbos “[...] que são vertidos para o passivo perfeito a partir da forma ativa [...]”⁹ (CARÍSIO *apud* KEIL, 1857, p. 248). Dentre os verbos que cita, estão: “audeo”, “gaudeo” e “soleo”. Por exemplo, a forma perfeita de “audeo” é “ausus sum”, forma passiva, e, muito raramente, “ausi”.

Mas esses verbos defectivos são, na verdade, semidepoentes. Na sua afirmação de que eles se vertem diretamente da forma ativa para o passivo perfeito, vemos, novamente, a noção de perfeito englobar a de pretérito, embora “ausus sum” seja um presente perfeito.

Em relação aos verbos impessoais, Flávio Sosipater Carísio só repete a mesma nomenclatura, sem nenhuma informação nova acerca do aspecto: “Os impessoais não têm participio ativo nem passivo. Pois ‘pudens’ não é um participio, mas um nome, e a partir do qual se compõe ‘inpuđens’”.¹⁰ (CARÍSIO *apud* KEIL, 1857, p. 255)

Esse dito de que os impessoais não podem ter participio ativo ou

⁷ “Nec habent praeteritum perfectum, quia quod inchoatum est non est perfectum”.

⁸ “[...] horresco, id est incipio horrere, torpesco, incipio torpere”.

⁹ “[...] quae ex forma agendi in passivum perfecto vertuntur [...]”.

¹⁰ “Impersonalia neque activum neque passivum participium habent. Nam pudens non est participium sed nomen, unde et inpuđens componitur”.

passivo é falso, posto que ele até mesmo traz um exemplo de Salústio: “Lépido que se arrepende do plano.”¹¹, em que o verbo impessoal “poenitet” é utilizado na forma do participípio presente ativo.

Os verbos frequentativos são aqueles que significam o que frequentemente está para ser (cf. CARÍSIO *apud* KEIL, 1857, p. 248). Pelos exemplos que elenca, a maioria deles possui acréscimo de infixo, por exemplo: “*dictito*” de “*dico*”, “*missito*” de “*mitto*”, “*scriptito*” de “*scribo*”.

Os autores que teorizam sobre aspecto, até hoje, reconhecem esse tipo de marca na língua como sendo uma espécie de aspecto, por exemplo, “saltitar” de “saltar” teria o aspecto iterativo pelo simples fato de possuir o infixo “-it-”, como em “dormitar”. Isso é questionável, posto que iteração não é aspecto, mas seria uma modalidade do aspecto.

As paragoges são os verbos que tomam sua flexão de uma forma verbal precedente: “Há alguns verbos chamados de paragoges, os quais tomam uma mudança ou uma letra adicional de uma forma primitiva, sem modificar seu significado [...]”¹² (CARÍSIO *apud* KEIL, 1857, p. 256). Por exemplo, “*capesso*” é a forma primitiva de “*capiro*”.

No sétimo item, sobre as “confusões”, Flávio Sosipater Carísio alerta para alguns verbos que podem se mostrar problemáticos quando de sua conjugação, por exemplo, o verbo “*odi*” possui a mesma forma, segundo sua nomenclatura, para o presente e o perfeito, “*odi*”, e a mesma forma para o imperfeito e o mais-que-perfeito, “*oderam*”.

Mas, na verdade, trata-se não de confusões, mas de verbos perfectivos, uma vez que o radical perfeito é utilizado tanto para expressar o *infectedum* quanto o *perfectum*, o que pode causar equívocos quando de sua conjugação.

E, no item oito, Flávio Sosipater Carísio explana sobre as qualidades do discurso em latim, que são o finitivo (indicativo), optativo e subjuntivo, e sobre os tempos, que são o presente, o pretérito imperfeito, o perfeito, o mais-que-perfeito e o futuro, exatamente com essa nomenclatura, o que apenas ratifica o que vimos discutindo até então. (Cf. CA-

¹¹ “*Lepidum poenitentem consili*”.

¹² “*Sunt quaedam verba quae paragoga appellantur quaeque ex primitivi verbi declinatione et mutatione et adiectionem litterarum capiunt et nihilo minus idem significant [...]*”.

RÍSIO, *apud* KEIL, 1857, p. 263)

5. Considerações finais

Por conseguinte, ao estudarmos a *Ars Grammatica*, retiramos as seguintes conclusões. Em primeiro lugar, a noção de perfeito é confundida com a de pretérito. Em segundo lugar, a noção de imperfeito é vista como ocorrendo apenas no pretérito imperfeito.

Além do mais, o perfeito é visto como podendo ser mais que perfeito do que ele mesmo, no chamado “pretérito mais-que-perfeito”, o que abre a possibilidade, posteriormente, de se chamar de aspecto o que não é aspecto.

E tudo isso perdura no Ocidente há, pelo menos, mil e seiscentos anos, tempo de publicação da gramática de Flávio Sosipater Carísio. O problema é saber onde e quando começaram esses equívocos, e até quando permanecerão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Manuel Saraiva. Gramatologia grega: dois temas da história da linguística. *Humanitas*, Coimbra, vol. 31-32, p. 3-22, 1979. Disponível em:

<http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas31-32/01_Barreto.pdf>. Acesso em: 05-01-2017.

BASSETTO, Bruno. *Elementos de filologia românica*, vol. 1: história externa das línguas românicas. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

_____. *Elementos de filologia românica*, vol. 2: história interna das línguas românicas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

BORTOLANZA, João. Mattoso Câmara e o estudo de verbos. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, vol. 11, p. 70-78, 2007. Disponível em:

<<https://docs.google.com/file/d/0B8i6qhYPgfrlTWR2eUk5cHp5WFk/view>> Acesso em: 24-04-2015.

_____. As gramáticas e a tradição na terminologia verbal. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, vol. 14, p. 1807-1816, 2010. Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/0B8i6qhYPgfrlVmdiVWVISGY4MGc/e>>

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

dit>. Acesso em: 24-04-2015.

_____. Para ler textos latinos. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, n. 55, p. 110-118, 2013. Disponível em:

<http://www.filologia.org.br/rph/ANO19/55/_RF55.pdf> Acesso em: 22-05-2015.

KEIL, Heinrich (Org.). *Grammatici latini*: Flavii Sosipatri Charisii artis grammaticae libri V, Diomedis artis grammaticae libri III, ex Charisii arte grammatica excerpta. Leipzig: Teubner, 1857, vol. 1. Disponível em: <<https://archive.org/details/grammaticilatini01keil>>

SARAIVA, Francisco Rodrigues dos Santos. *Dicionário latino-português*. Belo Horizonte, Garnier: 2006.

**EM BUSCA DO QUEM DAS COISAS:
ENCONTRO COM A POESIA**

Iolanda Cristina dos Santos (UNIVERSO)
olcristi@gmail.com

RESUMO

Neste trabalho, apresento a ousadia de um discurso que percorre várias instâncias da criação literária de João Guimarães Rosa, sobretudo a que diz respeito à busca da poesia. A novela em estudo é um exercício audacioso da escrita rosiana, por meio da qual o autor cria estratégias discursivas de revelação e velamento dos significados, que, ao final, culminarão no único significado que importa: a procura da poesia, simbolizada pelo emprego recorrente do pronome "quem", reformulado na expressão o "quem das coisas". As reflexões aqui propostas apontam para a polifonia do discurso, muito explicitada nas vozes de vários personagens desta narrativa, e das viagens realizadas pelo protagonista e pelos leitores, na tentativa de decifrar o "quem" das coisas. O texto em análise se constrói como o lugar da busca, não de um caminho, não de alguém, mas da palavra em estado de poesia. Nesse sentido, o presente artigo pretende mostrar que o discurso na novela *Cara de Bronze* é um encontro com as coisas não utilitárias, mas necessárias, sendo a musicalidade da poesia a única meta a ser alcançada. Analisar as estratégias discursivas do autor é, portanto, o foco das reflexões a seguir.

Palavras-chave: Literatura Brasileira. Poesia. Polifonia. Viagem do herói literário.

A novela "Cara de Bronze", do livro *No Urubuquaquá, no Pinhém*¹³, trata de mais uma estória de João Guimarães Rosa que privilegia o ato de ver, inteiramente associado ao ato de buscar. Nesta estória somos convidados a viajar com o personagem Grivo, vaqueiro escolhido pelo Patrão Sigisberto, ou "Cara de Bronze", para uma importante viagem, como veremos a seguir.

Embora a estória se edifique numa atmosfera de profundo mistério, o enredo é simples. Impossibilitado de sair da cama em função de uma doença crônica, o velho Sigisberto escolhe o vaqueiro Grivo para fazer uma longa viagem pelo sertão, e trazer algo muito importante para ele. A estória se desenvolve dentro de alguns planos espaciais específicos, quais sejam: o centro de tudo, ou o lugar chamado *Urubuquaquá no Pinhém*, o quarto do Patrão Sigisberto, o pátio onde conversam os vaqueiros e, extrapolando estes espaços do Urubuquaquá, há ainda os lugares percorridos por Grivo.

¹³ Esta novela é resultante da subdivisão de *Corpo de Baile*.

Como foi mencionado, a viagem se dá com a finalidade de que seja encontrado algo que o velho deseja muito conhecer ou, quem sabe, recuperar, mas que não fica muito claro nem para os personagens envolvidos, nem para o leitor. No entanto, uma pista é sugerida através da expressão utilizada pelo velho, ou seja, ele quer que o vaqueiro lhe traga “O quem das coisas”. Sobre os mistérios que envolvem a viagem do Grivo, os vaqueiros dialogam, na tentativa de descobrirem o real objetivo desta peregrinação. No entanto, percebe-se que, embora tentem chegar a uma conclusão, as falas começam a dar voltas em torno de si mesmas, mantendo-se na indefinição e na especulação. Misturando o tema da viagem às idiossincrasias do Velho, os vaqueiros fazem verdadeiros encaixes narrativos, por meio dos quais temos fragmentos da estória do protagonista, revelando partes importantes do seu passado e reconstituindo suas origens:

O vaqueiro Cicica: Pois então o senhor mesmo me diga: o que foi que ele foi fazer? Que saiu daqui, em encoberto, na vagueação, por volver meses, mas com ponto de destino e sem dizer palavra a ninguém... Que ia ter por fito?

O vaqueiro Tadeu: Essas plenipotências...

O vaqueiro Doim: Boa mandatela! A gente aqui, no laboro, e ele passeando o mundo-será...

O vaqueiro Fidélis: Tem de ter o jus, não foi em mandriice. Por seguro que deve de ter ido buscar alguma coisa.

O vaqueiro Sãos: Trazer alguma coisa, para o Cara de Bronze.

O vaqueiro Mainarte: É. Eu sei que ele foi para buscar alguma coisa. Só não sei o que é.

Moimecheço: Ia campear mais solidão?

O vaqueiro Sacramento: Há de ser alguma coisa de que o Velho carecia, por demais, antes de morrer. Os dias dele estão no fim-e-fim... (ROSA, 1994, p. 676-677)

A viagem de Grivo leva aproximadamente dois anos e consiste em um verdadeiro aprendizado do olhar.¹⁴ Aos seus olhos nada escapará, pois é por meio deles que Sigisberto receberá novo fôlego para viver. Mas, como bem nos lembra o narrador, Grivo não segue viagem apenas para servir o Patrão. “Ele estava bebendo sua viagem”. (ROSA, 1994, p.

¹⁴ Vemos, mais uma vez, o tema da viagem presente na obra de João Guimarães Rosa, simbolizando a busca de autoconhecimento, e neste caso específico, dois personagens serão agraciados com os privilégios desta viagem: o que viaja, e o que espera.

Percorrendo todos os recantos do sertão, Grivo cumpre a sua missão de olhar e, depois, ao voltar, descreve o que viu, iluminando, com os prazeres vistos, os olhos de Sigisberto, que já pouco alcançavam. Esta estória mostra, entre outras coisas, que às vezes é preciso pedir ao outro o seu olhar emprestado, quando a vida nos impossibilita de fazê-lo pessoalmente. Os relatos são duplamente carregados de significados e subjetividades, pois haverá dois narradores: o oficial – do conto – e o narrador-personagem, o que intensifica o potencial narrativo da novela. Ainda vale lembrar que uma parte da narração é revelada ao leitor, mas a outra, a que diz respeito aos relatos da viagem de Grivo feitos a Sigisberto, não é explicitada. Trata-se de uma belíssima estória que nos faz pensar uma vez mais em como o velho e o novo se encontram harmoniosamente nas estórias de João Guimarães Rosa. Além disso, faz-nos acreditar também que, muitas vezes, precisamente quando a velhice nos visita, é aí que um duplo movimento de olhar é realizado. A visão expansiva do jovem Grivo é uma oportunidade que Sigisberto tem de expandir a sua própria visão, mesmo estando imobilizado. Ao receber novo sopro de vida, ele pode caminhar com a certeza de que o seu olhar foi redimensionado e de que realizou também uma viagem, ainda que simbólica. Poeticamente, assim poderíamos traduzir as presentes afirmações: "Deixa os pássaros cantarem. No ir – seja até aonde se for – tem-se de voltar; mas, seja como for, que se esteja indo ou voltando, sempre já se está no lugar, no ponto final". (ROSA, 1994, p. 705)

Esta narrativa nos traz a promessa de que é possível o restabelecimento e o convívio com as limitações da velhice, por meio da presença e do intercâmbio de olhares, propiciado pelo encontro de gerações. O tema da viagem, ligado a uma educação do olhar, acentua, nesta estória, a constituição da alteridade. Ou seja, ao viajar metafórica e simbioticamente com Grivo, Sigisberto renova a esperança de que o mundo pode ser visto e de que é possível ter acesso a ele, mesmo sem sair do lugar.

“Cara de Bronze” é um personagem respeitado por todos, com o poder de tudo saber, organizar e comandar, e em torno de sua pessoa há muitos mistérios e especulações. Como é possível constatar em várias passagens, ele é descrito como alguém indecifrável, cujo caráter e personalidade não pode ser captado objetivamente. Neste sentido há muitas falas que se montam e desmontam a seu respeito, configurando-se numa polifonia bem-humorada, dinâmica e polêmica. Para tentar decifrar o protagonista, o narrador utiliza-se de uma estrutura narrativa similar à

utilizada pelo coro na tragédia grega, cujos personagens, por meio de um discurso reflexivo e especulativo, tomavam certa distância da cena narrada para revelar suas reflexões. É o que nos lembram as sucessivas/longas séries de falas que tentam traçar o perfil do protagonista. São nada mais nada menos que oitenta e um travessões introduzindo oitenta e uma falas reveladoras de opiniões acerca de Sigisberto, as quais merecem leitura atenciosa e das quais citaremos apenas algumas passagens:

Sei que ele está sempre em atormentados.

Quer saber o porquê de tudo nesta vida.

Mas não é abelhudo.

É teimoso.

Teimosão calado.

Ele pensa sem falar, dias muitos inteiros. (...)

Gosta de retornar contra da verdade que a gente diz, sempre o contrário...

Mas ele acredita em mentiras, mesmo sabendo que mentira é.

Ele não gosta de nada...

Mas gosta de tudo.

É um homem que só sabe mandar...

Mas a gente não sabe quando foi que ele mandou... (ROSA, 1994, p. 681)

Após a longa série de inflexões, o leitor se dá conta de que está diante de um personagem polissêmico, e que, portanto, exigiu uma polifonia discursiva, ou seja, há muitas vezes tentando descrevê-lo, muitas abordagens que se contradizem, mascarando e multiplicando seus perfis. Isto fica muito bem sugerido nas variações dos nomes do personagem, muito bem interpretado por Luiz Cláudio Vieira de Oliveira, que considera este o conto mais misterioso de *No Urubuquaquá, no Pinhém*. Conforme o autor:

A obra de Guimarães Rosa postulará, mesmo quando o faz explicitamente, como em *Grande sertão: veredas*, a duplicidade do ser humano, sua tentativa de entender-se ao voltar-se para dentro de si mesmo (...) Uma das formas de trabalhar isso em sua obra é pela exploração da pluralidade de nomes, índice da multiplicidade dos personagens. Riobaldo é Urutu-Branco, Tatarana, Cerzidor: Diadorim é Reinaldo, O Menino, é Maria Deodorina Betancourt Marins; o Cara de Bronze é o Velho, é Sigisbé, Sejisbel Saturnim, Xezisbéu Saturnim, Zjzibéu Saturnim, Jizisbéu, só, Jizisbéu Saturnim, Sezisbério, Segisberto Saturnino Jeia Velho, Filho. Todos os nomes cabem por detrás da máscara, da “Cara de Bronze”, sendo outras tantas máscaras, outros eus que,

na verdade, nada revelam (...) O processo de mascaramento e multiplicação se acentua neste personagem que é velho e filho ao mesmo tempo e que funciona como um duplo de si mesmo e do autor, do Moimeichego, outro “zero” a ser preenchido por vários eus. Ambos, Cara de Bronze e Moimeichego são efeitos do discurso, só existindo através dele, podendo ser ocupados por quem quer que saia em busca da poesia, do “quem” das coisas. Por isto, ambos são intercambiáveis e semelhantes. (OLIVEIRA, 1998, p. 104)

Percebemos que nesta estória há uma ambiguidade que desvela, ao mesmo tempo que oculta a personalidade do protagonista, como se ele só pudesse ser visto por um olhar caleidoscópico, e só pudesse ser interpretado por uma multiplicidade de vozes e discursos. A partir desta polifonia, geradora de contradições, só é possível conhecer o protagonista na sua diversidade. Deste modo, João Guimarães Rosa nos privilegia com uma outra abordagem ou concepção da velhice, mostrando o homem, nesta altura da vida, como um ser em pleno processo de desconstrução e de construção. Além disso, esta estória nos lembra que o conhecimento de uma pessoa não é viável dentro de uma perspectiva linear e fechada, ou dentro de um discurso linear. Olhar o outro por um único ângulo significa fechar-se para as inúmeras possibilidades que ele representa. No entanto, quando o olhamos como se olha um leque de cores e tonalidades, estaremos mais próximos de contemplarmos o seu ser. Por outro lado, é bom nos lembrarmos que, se o protagonista é descrito com suas várias e contraditórias facetas, na obra de João Guimarães Rosa nenhuma estória está desamarrada ou desarticulada da importância que o autor dá à palavra. Concebendo-a como um processo vivo e dinâmico, ela é a fonte geradora e permeadora de todos os eventos narrativos construídos pelo autor.

Nessa perspectiva, o que ressalta nesta novela é a recuperação da palavra, ou da poesia, denominada pelo Velho Sigisberto como o “quem das coisas”, que precisa ser buscado, e para cuja viagem se destina o vaqueiro, bem como os leitores. Conforme descreve o narrador:

Nessa ida, conforme contada. Atravessou aquelas cidades – no meio de matos, os paredões das pedreiras (...) Aí, conheceu a tristeza de acordar, de quem dormiu solitário no alto do dia; mas logo ouviu, de si, que carecia de lembrar alegrias inventadas, e saber que um dia tudo vai tornar a ser simples – como pedras brancas que minam água. (ROSA, 1994, p. 706)

Esta viagem não apresenta de modo objetivo o alvo da busca. O que temos são sugestões, aqui e ali, do que se trata, só podendo ser interpretados na decodificação da estrutura mais profunda do texto. É o que deixa entrever, por exemplo, o próximo fragmento:

Mas a estória não é a do Grivo, da viagem do Grivo, tremendamente longe, viagem tão tardada. Nem do que o Grivo viu, lá, por lá. Mas – é a estória da moça que o Grivo foi buscar, a mando de Segisberto Jeia. *Sim a que se casou com o Grivo*, mas *que é também outra*, a Muito Branca-de-todas-as-Cores, sua voz, poucos puderam ouvir, a moça de olhos verdes com um verde de folha folhagem, da pindaíba nova, da que é lustrada. (ROSA, 1994, p. 688- 689)

Diante da importância da palavra, ou do “quem das coisas” tudo o que o velho amontoou fica pequeno. É o que descreve o narrador:

Não requeria relatos da campeação, do revirado na lida: as querências das vacas parideiras, o crescer das roças, as profecias do tempo, as caças e a vinda das onças, e todos os semoventes, os gados e pastos. Nem não eram outras coisas proveitosas, como saber de estórias de dinheiro enterrado em alguma parte, ou conhecer a virtude medicinal de alguma erva, ou do lugar de vereda que dá o buriti mais vinioso. Mudara. (ROSA, 1994, p. 690)

Além do apreço pela palavra, Sigisberto demonstra também sensibilidade para a música. A presença de cantadores em meio à rudeza do trabalho potencializa o elemento lúdico, apresentando-o como aspecto importante e necessário à vida do protagonista. No entanto, os vaqueiros questionam o ofício do violeiro-cantador, ou melhor, eles não reconhecem o cantar de João Fulano – como é conhecido, – como um trabalho.¹⁵ É o que revelam os diálogos abaixo:

Moimichego: Quem é esse, que canta? Ele é daqui? E não trabalha? É da família do dono?

O vaqueiro Cicica: Esse um? É cantador, somentes. Violeiro, que se chama João Fulano, conominado “Quantidades”... Veio daí de riba, por contrato.

Inhô Ti: Contrato p’ra cantar?

O vaqueiro Doim: Duvidar, ganha mais do que a gente. Essas coisas...

O vaqueiro Sacramento: Derradeiros tempos, aqui sempre hospedaram uns assim, de músicos.

O vaqueiro Adino: Tantos! Um morreu: o cego Pôncios... Deixou o instrumento: sanfona de quarenta-e-oito-baixos...

O vaqueiro Sacramento: Este, o Mainarte e eu tivemos de ir buscar longe, na Branca-Laje. E, foi, ficou aqui. Faz tempo...

¹⁵ Esta passagem nos remete à clássica fábula de Esopo, cujo final trágico da cigarra expressa uma supervalorização do trabalho da formiga, considerado de utilidade, e menospreza o da cigarra, explicitando e difundindo, deste modo, a ideologia de que só deve ser considerado trabalho a ação que produz resultados palpáveis e utilitaristas.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O vaqueiro Adino: Que não dirá, quase um ano. Danado! Este canta o tempo todo...

O vaqueiro Cicica: A maríçe de tarefas.

O vaqueiro Doim: Ele não tem mereces.

O vaqueiro Cicica: Não, isso, ter, tem. O homem é pago pra não conhecer sossego nenhum de ideia: pra estar sempre cantando modas novas, que carece de tirar de juízo. É o que o Velho quer. (ROSA, 1994, p. 672-673)

Ou, ainda, como diz noutro momento o vaqueiro Adino: “*O vaqueiro Adino:* Ih, exige que, como está sendo, nos prazos, o cantador tem de produzir alto assim uma trova. Lá do quarto, ele ouve, se praz”. (ROSA, 1994, p. 673)

Outra menção ao gosto que o velho tinha para a música é expressa nos detalhes deste relato: “À cabeceira de sua cama estava dependurado ‘um berrante aparelhado, com bocal e correntinha de prata’”. (ROSA, 1994, p. 689)

Estas e outras passagens são reveladoras de como o protagonista de “Cara de Bronze” é um apreciador das linguagens não instrumentalizadas, e que, longe de ser um fazendeiro que só se preocupa com as questões materiais referentes às suas posses, há alguns elementos nesse personagem que o tornam mais próximo daqueles ideais de beleza que também Riobaldo buscava em *Grande sertão: veredas*, e em torno dos quais se debatia, ao observar onde estava e com quem estava misturado. Riobaldo sabia que buscava coisa diferente da vida de jagunço. Diadorim, em quem Riobaldo tanto se espelhou, e em cuja “neblina” tantas vezes se perdeu, representa este ideal de beleza e de transcendência. Na novela em estudo, o texto vai pontilhando, aqui e ali, sinais de quem é realmente o velho Sigisberto, e o que parece saltar às vistas é o fato de que se trata de um homem que deseja algo mais da vida.

Não estará João Guimarães Rosa querendo nos dizer que no coração endurecido de um sertanejo, acostumado a lidar com bois, terras e vaqueiros, há centelhas de poesia e música semeadas? E que a aspiração pela Arte e tudo que ela pode fazer brotar e crescer não é privilégio dos homens eruditos, mas é lá, justo onde a terra é de bronze, e só os bois crescem, que esta pode ser fertilizada?¹⁶ No entanto, as descrições tecidas

¹⁶ A presença da música na obra de João Guimarães Rosa merece uma apreciação bem cuidadosa. Sobre o assunto, trata o artigo intitulado “Música e mito na obra de João Guimarães Rosa”, de Gabriela Reinaldo, no livro da PUC, II Seminário Internacional Grosa, PUC-Minas... 2001, p. 279.

acerca do protagonista só podem ser apreendidas no ponto de equilíbrio entre o ocultar e o revelar, entre o negar e o afirmar. Somente seguindo este movimento narrativo é que o leitor poderá construir um perfil mais legítimo do protagonista. A sua relação com a música, por exemplo, é uma destas pistas que o texto oferece. Nesta estória, João Guimarães Rosa conseguiu conciliar a linguagem e o personagem no que ambos têm de complexidade e mistério. Surpresa, instabilidade, dificuldade de acesso são características comuns ao texto e à personagem, que, neste caso, parece uma linguagem cifrada.

O velho Segisberto tenta recuperar outras instâncias de seu ser, pois já conquistou todas as condições materiais necessárias para sua sobrevivência. Imobilizado fisicamente, ele está buscando um outro lugar, não mais material, mas é nas camadas mais sutis da sua existência que ele almeja tocar: “Mudara. Agora ele indagava engraçadas bobeias, como estivesse caducável”. (ROSA, 1994, p. 690)

Em “Cara de Bronze”, as mudanças no comportamento de Sigisberto perturbam e desestabilizam o trabalho dos vaqueiros. No entanto, é curioso notar que, no fundo, eles é que são a referência do patrão. Sem a polifonia de suas vozes, não poderíamos saber quem é de fato Sigisberto Saturnino Jeia Velho, Filho. Desconfiados do juízo do patrão, julgam que há algum tipo de sandice, pois o que ele deseja agora são as “bobeias”. (ROSA, 1994, p. 690) A variedade de vozes dos vaqueiros traduz fragmentos do que havia sido o Velho e no que ele está se transformando. É o que nos demonstram algumas passagens, que tratam de descrever as novas ocupações e interesses do patrão.

Que era quê?

Essas coisas... quisquilha, mamãezice... Atou e desatou... Aquilo não tinha rotinas...

Tudo.

O vaqueiro Calixto: Tudo galã-galante...

O vaqueiro Abel: Era um advogo. O que não se vê de propósito e fica dos lados do rumo. Tudo o que acontece miudim, momenteiro. Ou o que vive por si, estrada vaga... (ROSA, 1994, p. 690)

Os textos de João Guimarães Rosa sinalizam para o fato de que somos presas fáceis dos mecanismos impostos pelas necessidades da vida ordinária, os quais detêm a criatividade e a imaginação humanas, agindo, muitas vezes, como predadores que minam potencialidades criativas e poéticas do ser humano. Além disso, as estórias de João Guimarães Rosa

revelam que basta uma brecha neste esquema para que o fluxo criativo e delicado que permeia tais aspirações, ou esta busca do “quem” das coisas possa florir. Nesse sentido, Ecléa Bosí, ao se referir às influências que os hábitos da vida instrumentalizada têm na memória das pessoas, observa que:

Na medida em que a vida psicológica entra na bitola dos hábitos, e move-se para a ação e para os conhecimentos úteis ao trabalho social, restaria pouca margem para o devaneio para onde flui a evocação espontânea das imagens, posta entre a vigília e o sonho. (BOSI, 1994, p. 48)

E continua: “O contrário também é verdadeiro. O sonhador resiste ao enquadramento nos hábitos, que é peculiar ao homem de ação. Este, por sua vez, só relaxa os fios da tensão quando vencido pelo cansaço e pelo sono” (*Ibidem*, p. 48). Podemos dizer que, ao chegar à velhice, Sigisberto distende, redimensiona o olhar e debruça-se, não mais sobre as fronteiras, mas sobre os horizontes.

Como temos observado, a apreensão do protagonista desta estória não se dá de modo fácil. Para compreendê-lo é preciso olhá-lo de vários ângulos, seguindo os sinais do narrador, mas principalmente a multiplicidade de vozes e olhares dos vaqueiros. Essa polifonia discursiva sinaliza que o conhecimento do outro se dá por meio de uma relação intersubjetiva. Um detalhe curioso é que os vaqueiros ficam do lado de fora da casa, e o Velho está sempre dentro, fechado no quarto. Sua ausência gera interpretações – especulações, projeções e idealizações – cada vez mais desconexas acerca de sua pessoa. Por meio de quem o conhecemos, se não pelos vaqueiros que, no momento em que falam, nem podem vê-lo? Deste modo, não estarão suas descrições carregadas de subjetividades, e permeadas por suas próprias necessidades e experiências de vida? Assim sendo, se a descrição nos dá uma visão pormenorizada e polêmica do protagonista, por outro, há que se considerar os elementos que entram com toda a força na descrição desta criatura inacessível, que mal podemos ver. O Velho está protegido pela casa, e os vaqueiros estão sempre expostos ao céu e às chuvas. O seu discurso é efusivo, tecido dentro das situações de trabalho. Eles são mão-de-obra que pensa e emite opiniões sobre o Patrão. Gastando muitas horas do seu dia com estas discussões, eles expressam o desejo de conhecer o Velho Sigisberto, mas a aproximação só se dá por meio da fala. Não obstante as opiniões sobre ele se contradigam, o diálogo se dá de forma harmoniosa, o que fica muito bem mostrado nos atos de fala e de escuta atenta realizados por cada vaqueiro, que, embora nem sempre demonstrem concordar com a opinião do outro,

procuram fazer as coesões discursivas, e incorporar a fala anterior a uma nova colocação sobre o Velho, propiciando o equilíbrio dentro da polêmica gerada nos atos de fala. Enquanto falam, chove, e os bois berram, as adversidades do trabalho não cessam, mas também a cantiga do cantador os embala. Polifonia dos vaqueiros, silêncio do Velho. O discurso daqueles preenche os silêncios deste.

A possibilidade de se contemplar a integridade de Sigisberto é nos, ao mesmo tempo, oferecida e negada. Oferece-se apenas como um jogo textual e discursivo, e nega-se como impossibilidade de apreensão do ser humano. A contemplação da totalidade dos personagens só pode ser realizada numa perspectiva que considere a mutação com que estes são concebidos, o que exige do leitor uma visão que vá além da sua realidade imediata. “Cara de Bronze” radicaliza, no melhor sentido da palavra, a consciência dos desdobramentos possíveis e necessários no processo de tentativa de decifração do outro e de si mesmo. Conforme Luiz Cláudio Vieira de Oliveira:

Guimarães Rosa, ao abordar a questão do duplo, da loucura ou do teatro, o fará também no sentido de mostrar que o homem não tem um caráter monolítico, sendo antes um simulacro que uma cópia fiel a um centro anterior e modelar. O homem nunca é idêntico a si mesmo, variando tanto quanto varia o objeto de seu desejo. O que apresenta para si próprio e para os outros é um conjunto de máscaras com que propicia, ideologicamente, o seu reconhecimento/desconhecimento, apesar de nem sempre, como leitor ou personagem, perceber sua duplicidade. Na maioria das vezes, não se dá conta de que está no meio de um jogo ou num palco, representando papéis de que não tem consciência plena. (OLIVEIRA, 1998, p. 102)

A relação entre o velho e a criança é bem estreita neste conto. Geralmente costumamos dizer que algumas pessoas voltam a ser crianças quando envelhecem. Extraíndo desta afirmação o que ela possa ter de pejorativo, é possível ver que nela há um fundo de verdade. Neste momento da vida, muitas coisas passam a não ter mais importância; é quando o homem descobre a grande diferença entre o essencial e o secundário; é quando ele, numa atitude similar à que possuem as crianças, demonstra, por meio de gestos e intenções que envia para o mundo, a urgência de viver e de realizar, porque a vida não pode esperar, seja na velhice ou na infância. O futuro se funde a cada porção do presente e só passa a existir se este for plenamente vivido. Os vaqueiros, em “Cara de Bronze”, apesar de todo o respeito que nutrem pelo Patrão, questionam suas recentes necessidades e atitudes, o silêncio do protagonista é traduzido na polifonia de discursos deles. Embora sejam rudes, suas falas estão carregadas

de poesia. Um exemplo precioso são as seguintes falas dos vaqueiros, ao se referirem ao Patrão.

O vaqueiro Mainarte: “Ele queria uma ideia como o vento. Por espanto, como o vento... Uma virtudinha espiritada, que traspassa o pensamento da gente – atravessa a ideia, como alma de assombração atravessa as paredes” (ROSA, 1994, p. 691)

O vaqueiro Noró: “Que relembra os formatos do orvalho... E bonitas desordens, que dão alegria sem razão e tristezas sem necessidade”. (*Ibidem*, p. 691)

O vaqueiro Abel: “Não-entender, não entender, até se virar menino”. (*Ibidem*, p. 691)

A última parte do diálogo recupera o eixo do enredo que é, afinal, a busca do essencial. Sobre isso nos lembra o vaqueiro Tadeu a respeito do Patrão: “(...) Queria era que se achasse para ele o *quem* das coisas!” (ROSA, 1994, p. 691)

A expressão “o quem” das coisas rompe com as proposições tradicionais utilizadas para se fazer uma pergunta. “Quem” está ligado à humanidade das coisas, harmoniza forma e conteúdo, corpo e alma, ao passo que o “o quê” está ligado mais à materialidade das coisas, aos fatos, aos eventos. Por isso, querer achar o “quem” das coisas propõe uma quebra poética/existencial de ordem metafísica, no que diz respeito às perguntas do ser humano. Estabelece-se, com o emprego deste pronome poeticamente substantivado, um novo modo de perguntar, e amplia-se a qualidade do que se busca. Está aí nesta inversão do uso do pronome interrogativo (anteposto por um artigo definido), a evocação a um novo modo de buscar, mais uma comprovação/exemplo de que a vida para Rosa é constante mutação, e de que as palavras devem revelar, ou se transformar nisto. O que buscamos os personagens de João Guimarães Rosa não é mais o “o quê” das coisas, referente, externo ao homem, de fora para dentro, mas o “o quem”, substancial, raiz que tudo permeia.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *A tradição regionalista do romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad.: Maria Ermantina Galvão Gomes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

BOLLE, Willi. *Fórmula e fábula: teste de uma gramática narrativa*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, [s./d.]

BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Edusp, 1987.

FANTINI, Marli. *Fronteiras, margens, passagens*. São Paulo: SENAC, 2003.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão; CASTRO, Gilberto de. (Orgs). *Diálogos com Bakhtin*. 3. ed. Curitiba: UFPR, 2001.

LORENZ, Gunter. Diálogos com Guimarães Rosa. In: COUTINHO, Eduardo Faria. *Guimarães Rosa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 62-97.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *O léxico de Guimarães Rosa*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

NOVAES, Adauto. De olhos vendados. In: _____. (Org.). *O olhar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, p. 9-20.

_____. (Org.). *O olhar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

OLIVEIRA, Luiz Cláudio Vieira de. (Org.). *A astúcia das palavras: ensaios sobre Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

RONCARI, Luiz. *O Brasil de Rosa: mito e história no universo rosiano: o amor e o poder*. São Paulo: UNESP, 2004.

RODARI, Gianni. *Gramática da fantasia*. São Paulo: Summus, 1982.

ROSA, João Guimarães. *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1994.

**ESTUDO GEONÍMICO
DAS FEIÇÕES DA COSTA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO¹⁷**

Pamela Marcia Ferreira Dionisio (UFRJ)

pameladionisio1@gmail.com

Thiago Costa Virgilio (UFRJ)

virgilio_thiago@yahoo.com.br

Paulo Marcio Leal de Menezes (UFRJ)

pmenezes@acd.ufrj.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo principal realizar um levantamento da geonímia pertinente as feições da costa fluminense, tais como ilhas, pontas, praias, lagoas costeiras, dentre outras feições. Para isto, procurar-se-á investigar as etimologias destes nomes geográficos, bem como suas classificações e diacronia. Os mapas históricos e as cartas hodiernas do estado do Rio de Janeiro e, especificamente, de suas baías serão o substrato para a obtenção geonímica. Desta forma, a memória da costa fluminense, que foi a porta de entrada ao processo de ocupação do estado do Rio de Janeiro, será desvelada a partir das formas simbólicas identitárias dos geônimos.

Palavras-chave:

Língua portuguesa. Diacronia geonímica. Geonímia do Rio de Janeiro.

1. Introdução

A toponímia, vocábulo donde advém o termo geonímia, tem sido uma forma simbólica utilizada para estabelecer uma relação de identidade entre um núcleo urbano, ou feição natural, e um determinado grupo social, de forma a imbuir este objeto de significado. Significado este que reflete também relações de poder, uma vez que, identificar um lugar, é certificar que um grupo dele se apropriou. (CORREA, 2007; AZARYAHU & GOLAN, 2001)

Desta forma, investigar os geônimos das feições naturais da costa do estado do Rio de Janeiro (objetivo geral), a partir da etimologia, classificação e diacronia geonímica (objetivos específicos), reflete em múlti-

17. **Agradecimentos:** Este trabalho somente foi possível graças aos mapas históricos cedidos pelo Arquivo Histórico do Exército e pelo Arquivo Nacional, além das cartas do IBGE, que já haviam sido fornecidas ao acervo do Laboratório de Cartografia. Por isso, é importante agradecer, especialmente, as duas instituições citadas

plas relações de identidade e de poder que determinados grupos vão exercer sobre esta porção do território fluminense. Estes nomes podem, ainda, de forma pormenorizada, refletir motivações históricas, antropológicas, culturais, sociológicas, lexicográficas, geográficas, dentre outras, que não são excludentes entre si. (MENEZES & SANTOS, 2006)

No que tange aos objetos do artigo, estes são as feições naturais da costa fluminense. Isto inclui ilhas, cabos, baías, praias, pontas, sacos, enseadas e lagoas costeiras.

Optou-se por elencar estes objetos, primeiramente, porque não existem estudos que abarquem todos os geônimos da costa fluminense de uma única vez, analisados sob os aspectos supracitados. Outra justificativa importante é o próprio processo de ocupação do território fluminense, que começou pela entrada de baía de Guanabara, isto é, uma feição natural costeira.

No que concerne a temática geral, geonímia, o estudo também é importante, uma vez que, há pouco estudo de geonímia no país, se comparado aos Estados Unidos e a França, que apresentam banco de dados com geônimos protegidos e padronizados. A ciência geográfica e a cartografia histórica devem, ainda, se apropriar desta temática, que tem sido mais objeto de estudo dos linguistas no país.

2. Recorte espacial

O litoral do estado do Rio de Janeiro apresenta 365Km de extensão, e múltiplos acidentes geográficos, sendo suplantado somente pela costa da Bahia e do Maranhão, de acordo com o endereço eletrônico da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ)¹⁸

Municípios Costeiros do Estado do Rio de Janeiro
1. São Francisco de Itabapoana
2. São João da Barra
3. Campos dos Goytacazes
4. Quissamã
5. Carapebus
6. Macaé
7. Rio das Ostras
8. Casimiro de Abreu

¹⁸ Disponível em: <<http://www.fiperj.rj.gov.br>>. Acesso em: 15-06-2011.

9. Cabo Frio
10. Armação de Búzios
11. Arraial do Cabo
12. Araruama
13. Saquarema
14. Niterói
15. São Gonçalo
16. Itaboraí
17. Guapimirim
18. Magé
19. Duque de Caxias
20. Rio de Janeiro
21. Itaguaí
22. Mangaratiba
23. Angra dos Reis
24. Parati

Elaboração dos autores, baseada nos dados da FIPERJ (<http://www.fiperj.rj.gov.br/pesca.html>). Data de acesso: 15-06-2011)



MAPA 1. Fonte: Elaboração dos autores, com base na tabela 1 do acervo do Laboratório de Cartografia

3. *Discussão teórico-conceitual*

Antes de adentrar os aspectos metodológicos e os resultados obtidos, nesta seção serão levantados os principais conceitos e temas que

permeiam o artigo. O termo toponímia é proveniente de dois radicais do grego: *topos*, que significa lugar e *onoma*, nome. A antroponímia, isto é, o estudo dos nomes das pessoas, e a toponímia constituem dois ramos de pesquisa da ciência que estuda os nomes próprios: a denominada onomástica. (SANTOS, 2008)

Adotou-se o termo geonímia para se evidenciar o fato deste artigo pesquisar topônimos que apresentam representação gráfica e identificação das coordenadas geográficas. Destarte, estas duas últimas características fazem com que a toponímia se torne geonímia (HOUAISS, 1999). Vale salientar que a identificação da latitude e da longitude pode se dar pelo sistema hodierno ou pretérito e não somente através de documentos cartográficos, mas também históricos.

No que concerne à cartografia, geonímia e geografia, os pontos de tangência são evidentes, podendo ocorrer até interpenetração dos campos. Um mapa e/ou uma carta sem os geônimos, não podem ser considerados instrumentos cartográficos completos. Os nomes geográficos são uma espécie de registro civil de uma determinada parcela do espaço. (FURTADO, 1960)

Relacionando o binômio cartografia e geografia, a ciência cartográfica funciona como instrumento e até como produto para as pesquisas geográficas, uma vez que, propiciam criar modelos de representação dos objetos existentes na superfície terrestre. A cartografia histórica, especificamente, possibilita descortinar os tempos pretéritos, resgatando sua memória, história e representações gráficas.

A afinidade entre geonímia e geografia vai além do prefixo idêntico. Nomear feições da terra e lugares constitui forma simbólica, marca dos grupos sociais no espaço, podendo ser decorrência de questões políticas, culturais, sentimentais, históricas, geográficas, culturais, econômicas e de disputas pelo poder. Assim, a temática geonímica também dialoga com uma série de campos do conhecimento.

Segundo Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990), a toponímia pode ser dividida e classificada em dois grandes grupos: a de natureza física e a de natureza antropocultural. No interior destas duas bifurcações, obtém-se uma série de classificações (tabela 2 e tabela 3), que foram as utilizadas nos resultados do presente artigo. Os objetos deste trabalho, isto é, as feições físicas são formadas por uma parte genérica, que determina os nomes, o *gênero geográfico*: como ilha e baía, e por outra parte específica, que qualifica estes mesmos nomes, como: Grande

e Guanabara.

Taxionomia toponímica de Natureza Física	Referências dos topônimos
Astrotopônimo	Relacionados aos corpos celestes em geral. Ex.: Estrela (RJ)
Cardinotopônimo	Pertinente às posições geográficas em geral Ex.: do Leste, de Fora (RJ)
Cromotopônimos	Relativos à escala cromática. Ex.: Ilha Vermelha (RJ)
Dimensiotopônimo	Relativos aos aspectos dimensionais das feições naturais, como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura, profundidade. Ex.: Ilha Comprida (RJ)
Fitotopônimo	Pertinente ao vegetal, que surgiu espontaneamente, em sua individualidade, em grupos da mesma espécie, ou de espécies diferentes, além de formações que não são espontâneas, mas são individuais e em grupo. Ex.: Ponta do Bananal (RJ)
Geomorfotopônimo	Referente às formas topográficas. Ex.: Monte Alto (RS)
Hidrotopônimo	Resultantes de acidentes hidrográficos em geral. Ex.: Ponta da Maresia (RJ)
Litotopônimo	Pertinente aos topônimos de índole mineral, relativos também à constituições do solo. Ex.: Pedreiras (MG)
Meteorotopônimo	Relativo a fenômenos atmosféricos. Ex: vento: Serra do Vento (PB).
Morfotopônimo	Reflete o sentido de forma geométrica. Ex: Curva Grande (AM)
Zootopônimo	Relativo ao animal. Ex.: Vacaria (RS)

Tabela 2- Classificação dos topônimos de natureza física.
Fonte: Elaborada pelos autores baseada em DICK (1990)

Taxionomias de Natureza Antropocultural	Referências dos Topônimos
Animotopônimo ou neotopônimo	Referente à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano. Ex.: vitória: Vitória (CE)
Antropotopônimo	Pertinente aos nomes próprios individuais. Ex.: prenome: Abel (MG)
Axiotopônimo	Relacionado aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais. Ex.: Presidente Prudente (SP)
Corotopônimo	Reflete os nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex.: Brasil (AM)
Cronotopônimo	Relativo aos indicadores cronológicos representados. Ex.: Velha Boipeba (BA)
Ecotopônimo	Referente às habitações de um modo geral. Ex.: Casa da Telha (BA)
Ergotopônimo	Pertinente aos elementos da cultura material. Ex.: Córrego da Flecha (MT)
Etnotopônimo	Referente aos elementos étnicos, isolados ou não. Ex.: Guarani (PE)

Dirrematopônimo	Formado por frases ou enunciados linguísticos. Ex.: Há mais Tempo (MA); Valha-me Deus (MA)
Hierotopônimo	Pertinente aos nomes sagrados de diferentes crenças. Ex.: Cristo Rei (PR). Podem ocorrer duas subdivisões: hagiopônimos, isto é, referente aos santos e santas do hagiológico romano: São Paulo (SP); e mitotopônimos, ou seja, que diz respeito às entidades mitológicas. Ex.: Ribeirão do Saci (ES).
Historiotopônimo	Referente aos movimentos de cunho histórico-social. Ex.: Independência (AC)
Hodotopônimo (ou Odotopônimo)	Relativo às vias de comunicação rural ou urbana. Ex.: Estradas (AM)
Númerotopônimo	Pertinente aos adjetivos numerais. Ex.: Duas Barras (BA)
Poliotopônimo	Formado pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex.: Rio da Cidade (RJ)
Sociotopônimo	Relacionado às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade. Ex.: Sapateiro (serra de SP)
Somatotopônimo	Relação metafórica a partes do corpo humano ou do animal. Ex.: Cotovelo (MG); Pé de Boi (AH SE)

TABELA 3 – Classificação dos topônimos de natureza antropocultural
Fonte: Elaborada pelos autores baseada em DICK (1990).

Vale salientar, dentre os objetos, o de lagoa costeira, pois o litoral do estado do Rio de Janeiro é repleto de lagoas, umas mais próximas à linha de costa, e outras, mais longínquas. Desta forma, é importante que se levante o conceito desta feição natural, a fim de que possibilite o levantamento apenas dos gêônimos de lagoas costeiras.

Extensões rasas de água, muitas vezes, em orientação paralela ao litoral e, majoritariamente, ou completamente apartada do mar por restingas pequenas, recifes ou ilha barreira: esta é a definição de lagoa costeira proposta por Marcos César dos Santos (2008). Cynthia Moreira Damázio e Loreine Hermida Silva e Silva (2006) complementam a ideia, ao declarar que este tipo de feição oferece água salobra ou salgada.

Este ambiente costeiro costuma ocorrer com frequência em área que tem extensa plataforma continental, em conjunto com ampla planície costeira, marés de baixa estatura, ondas intensas e vasta quantidade de sedimentos de areia, de acordo com Carlos Augusto França Schettini (2008). É expressivo o número de lagoas costeiras no litoral do Brasil (ROLAND, 1998). O Rio de Janeiro é um dos grandes representantes de maior volume de lagoas costeiras. (ESTEVEZ, 1998)

4. Metodologia

Primeiramente realizou-se uma discussão teórico-conceitual dos principais conceitos e temas que fazem parte deste artigo, como toponímia, geonímia, relação entre cartografia, geonímia e geografia, classificação toponímica e o conceito de lagoa costeira, a partir de referências bibliográficas (capítulo 3).

Para a extração dos geônimos das feições costeiras do estado do Rio de Janeiro, foram utilizados mapas históricos cedidos pelo Arquivo Histórico do Exército e pelo Arquivo Nacional pertinentes aos séculos XIX e a meados do XX (1848, 1892 e 1943).

Para uma comparação com os geônimos atuais foram buscadas as cartas do estado do Rio de Janeiro levantadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), conforme mostra a tabela 4:

Carta	Ano	Índice de Nomenclatura
Angra dos Reis	1974	Folha: SF-23-Z-C-II-1
Araruama	1978	Folha: SF-23-Z-B-IV-3
Baía de Guanabara	1987	Folha: SF-23-Z-B-IV-4 e SF-23-Z-D-I-2
Cabo Frio	1987	Folha: SF-23-Z-B-VI-4
Campos	1968	Folha: SF-24-Z-G-IV-3
Ilha Grande	1974	Folha: SF-23-Z-C-II-2
Itaguaí	1970	Folha: SF-23-Z-A-VI-3
Lagoa Feia	1968	Folha: SF-24-Z-M-II-1
Macaé	1969	Folha: SF-24-Z-M-I-3
Mangaratiba	1981	Folha: SF-23-Z-A-V-4
Marambaia	1975	Folha: SF-23-Z-C-III-1
Maricá	1966	Folha: SF-23-Z-B-V-3
Paraty	1974	Folha: SF-23-Z-C-I-2
Petrópolis	1979	Folha: SF-23-Z-B-IV-2
Rio das Ostras	1983	Folha: SF-23-Y-A-IV-1
Saquarema	1974	Folha: SF-23-Z-B-V-4

Tabela 4 - Cartas do IBGE.

Fonte: Elaborado pelos autores. Baseada nas cartas do IBGE

Em conjunto com o levantamento dos geônimos nos mapas foram utilizados dicionários impressos e eletrônicos relativos à língua portuguesa, indígena e africana, de forma a abarcar o máximo de etimologias e classificações dos nomes geográficos.

Tanto na etapa de extração dos geônimos, quanto na fase de definição etimológica, classificatória e diacrônica, foram encontradas dificuldades. Com relação ao recorte espacial, os mapas históricos somente abrangiam, ou o estado do Rio de Janeiro em sua completude, ou, especi-

ficamente, a Baía de Guanabara, o que impediu uma análise mais pormenorizada das feições costeiras das outras baías do estado, como a de Sepetiba, da Ilha Grande, dentre outras.

Deste modo, enquanto que nas cartas mais atuais, como a de Angra de 1987 (na escala de 1:50.000 do IBGE) foram computadas 89 geônimos; no mapa histórico de 1943 do Arquivo Histórico do Exército (na escala de 1:200.000), somente foram levantados 6. Nota-se assim que as escalas não são compatíveis entre si.

Outra questão importante foi o descarte de mais de 10 mapas históricos, devido a sua ininteligibilidade. Em geral, os nomes de núcleos urbanos são inteligíveis, mas os topônimos referentes às ilhas, lagoas costeiras e pontas, por exemplo, mostraram-se muito pequenos (impossíveis de se ler até com o uso de lupa) e/ou apagados.

Desta forma, foram extraídos, mapa por mapa, todos os nomes geográficos das feições da costa e comparados uns com os outros observando-se se ocorreu variância temporal dos nomes (mudança brutal ou de grafia), supressão e/ ou surgimento de uma nova feição. Posteriormente, foram criados gráficos com percentagens de etimologia, classificação e diacronia dos geônimos levantados.

5. Resultados obtidos

Para o levantamento atual dos geônimos, foram utilizadas as cartas provenientes do IBGE, todas em escala 1:50.000 (tabela 4 do capítulo 4).

Ainda com relação as cartas do IBGE, no que tange a divisão proposta por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990) entre geônimos de natureza física e de natureza antropocultural, houve proporção semelhante dos percentuais. Do total de 694 geônimos levantados, 399, isto é, aproximadamente a metade do total, são nomes geográficos relacionados à natureza física, enquanto que 374 são concernentes à natureza antropocultural, ou seja 47%. Apesar das subdivisões dessa classificação ser bastante detalhada e abrangente (tabelas 2 e 3 do capítulo 3), ainda assim não se pôde categorizar todos os geônimos, uma vez que 3%, isto é, 21 nomes não foram passíveis de classificação (Gráfico 1).

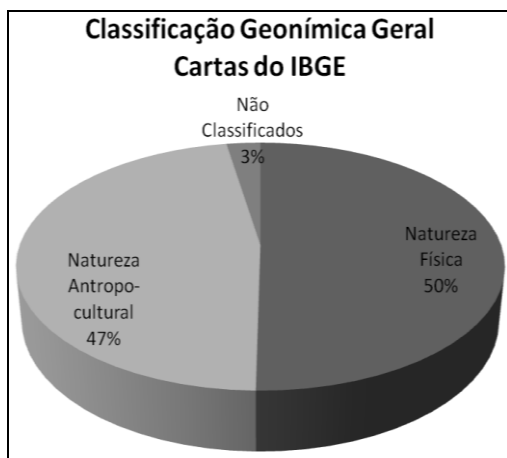


GRÁFICO 1- Percentuais da classificação geonímica. Fonte: Elaboração dos autores. Baseada em DICK (1990) e geônimos das cartas do IBGE (tabela 4)

A carta de Angra dos Reis de 1987 do IBGE apresenta exemplo de geônimo não classificável. O nome Ponta da Picirica, cujo significado é o ato sexual, não se enquadra em nenhuma das classificações. Desta forma, é importante também que se criem novas subdivisões a partir da classificação de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990), como as subdivisões referentes a verbos e ações em geral. O geônimo Arpoador (carta da Baía de Guanabara), também carece de uma classificação, pois refere-se ao verbo *arpoar*.

Vale salientar, ainda, que a etimologia não foi encontrada em 6% dos geônimos, isto é, 33 nomes (Gráfico 2). Logo, sem o conhecimento da origem da palavra e do seu significado, a classificação geonímica torna-se inviável. Como foi o caso da ilha Tanhaga, topônimo encontrado na carta de Parati.

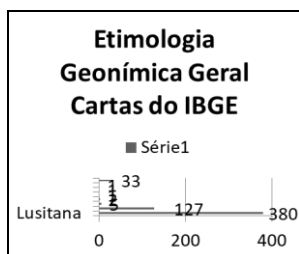


Gráfico 2 – Percentuais da etimologia geonímica. Fonte: Elaboração dos autores, baseados nos geônimos das cartas do IBGE e em dicionários impressos e eletrônicos.

A partir da observação do gráfico 2, conclui-se que a maior parte dos geônimos são de origem lusitana (69%), o que demonstra a apropriação portuguesa do território fluminense, que ocorreu a partir do litoral, mas especificamente, a partir da baía de Guanabara.

Apesar disso, a origem indígena é a segunda maior percentagem (23%). Os vocábulos do tupi são marcas dos povos autóctones que habitavam o território fluminense antes da chegada dos portugueses. O tupi, uma língua de origem indígena, não é específica de uma tribo. Em realidade, foi uma língua criada pelos jesuítas a partir da estrutura linguística de uma série de tribos, de forma a obter a catequização e a dominação dos nativos, conforme afirma Teodoro Sampaio (1955).

Como exemplo de nome advindo do indígena, encontrou-se na carta de Marambaia, o geônimo baía de Sepetiba, onde o termo que qualifica é formado por dois radicais *sapé* (sapê, a gramínea) e *tiba* (sítio, lugar; abundância), que aglutinados dizem respeito ao “sítio dos sapês”, ao “sapezal”. (SILVA, 1966, p. 295)

Os índices de nomes oriundos da língua inglesa, espanhola, italiana, francesa e africana mostram-se menos expressivos. São respectivamente, 2, 1, 1, 1 e 5 nomes geográficos. Os dois últimos refletem a história do estado do Rio de Janeiro, repleto de invasões, sobretudo francesas; e marcado pela escravidão africana.

A carta de Araruama do IBGE apresenta o topônimo Ponta das Bananeiras, que é um vocábulo de origem africana, assim como o nome Ponta do Gambelo¹⁹ da carta de Ilha Grande, que de acordo com Nei Lopes (2003), é de origem banta, significando festa ou carícia, carinho.

A carta da baía de Guanabara, “porta” inicial e principal da colonização lusitana é a carta que apresenta uma das cinco maiores quantidades de geônimos de origem lusitana (69%). Ademais é a que vai ter em seu conteúdo o único topônimo francês (francês) do estado do Rio de Janeiro, a Ilha de Villegaignon (Gráfico 3).

¹⁹ <<http://pt.wiktionary.org/wiki>>. Data de acesso: 10-06-2011.

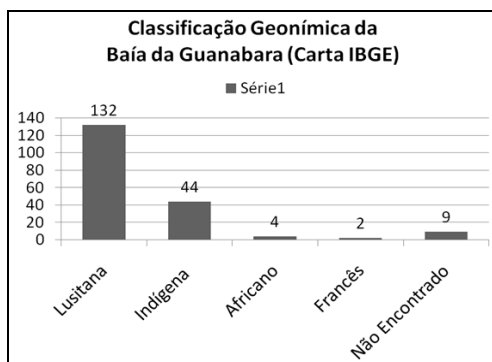


Gráfico 3- Percentuais da etimologia geonímica – baía de Guanabara.

Fonte: Elaboração dos autores, baseada nos geônimos da carta da Baía de Guanabara e em dicionários impressos e eletrônicos.

Por terem um modo de vida pautado numa relação com o meio natural de forma menos impactante e mais harmoniosa do que a sociedade dita “civilizada”, os nativos vão produzir geônimos em sua maioria de classificação zootopônica, fitotopônica e geomorfotopônica. As duas últimas primeiras classificações apresentam as percentagens mais elevadas na geonímica geral das feições costeiras do estado do Rio de Janeiro, sendo de, respectivamente, 25% e 22%. (Gráfico 4).

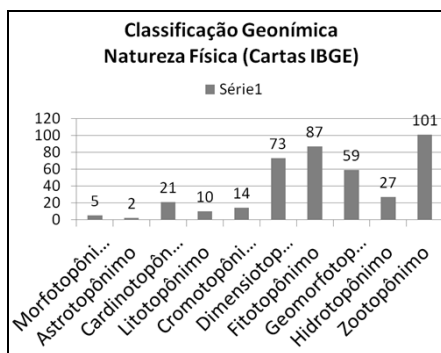


Gráfico 4- Geônimos de natureza física. **Fonte:** Elaboração dos autores, baseada nos geônimos das cartas do IBGE (tabela 4) e na classificação de Dick (1990).

Os dimensiotopônimos são os terceiros a serem os mais encontrados (18%), seguidos pelos geomorfotopônimos (15%). Vale salientar ainda que os topônimos de classificação em: meterotopônimo, não foram encontrados em nenhuma das feições costeiras pesquisadas.

No que concerne a geonímia de natureza antropocultural, os ergotopônimos e antropotopônimos dividem a liderança, com 23% (gráfico 5). A ilha dos Fernandes e a Ponta da Mochila, extraídas da carta da lagoa Feia do IBGE, evidenciam a grande presença de antropotopônimos e ergotopônimos.

Os hierotopônimos, isto é, os relacionados às questões sacras são o segundo tipo de geônimo mais encontrado (12%). Na carta de Angra, do IBGE, são encontrados dois exemplos, que também podem ser classificados como hagiotopônimos, ou seja, referentes aos nomes de santos da igreja católica apostólica romana. São eles: a ilha de São João e a ilha do Bonfim.

Com relação a ausência na classificação, duas subdivisões não foram encontradas: os corotopônimos e os hodotopônimos (gráfico 5).

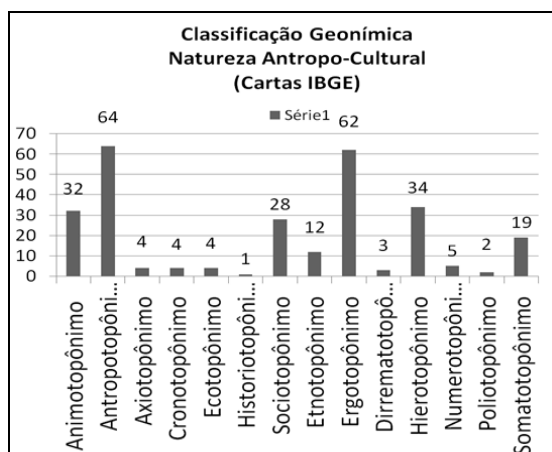


Gráfico 5- Geônimos de natureza antropocultural. Fonte: Elaboração dos autores, baseada nos geônimos das cartas do IBGE (tabela 4) e na classificação de DICK (1990)

Com relação à variação temporal, as cartas do IBGE foram comparadas com mapas históricos provenientes do Arquivo Nacional e do Arquivo Histórico do Exército (1848, 1857, 1892 e 1943), que abarcavam todo o estado do Rio de Janeiro.

A variação de grafia na diacronia dos nomes pode ser evidenciada no geônimo Ilha Rasa (tabela 5), que na carta do IBGE da Baía de Guanabara aparece com a grafia já mencionada, mas no mapa do Arquivo

Histórico do Exército de 1943 é mostrado como Ilha Raza. A Ilha da Andorinha (atual grafia da carta do IBGE) aparece como Ilha de Andorinha no mapa de 1943.

Ainda no mapa de 1943, a Ilha da Saúde, sendo pertencente a baía da Ilha Grande, não foi encontrada na carta da Ilha Grande do IBGE. Com relação aos outros geônimos encontrados neste mapa, permaneceram com a mesma nomenclatura das cartas do IBGE (tabela 5).

Geônimos em 1943	Geônimos nas cartas do IBGE
Baía de Jacuacanga	Idem a 1943
Ilha Comprida	Idem a 1943
Ilha Grande	Idem a 1943
Ilha do Jorge Grego	Idem a 1943
Ilha da Saúde	Não encontrada
Ilha do Algodão	Idem a 1943
Ilha de Andorinha	Ilha da Andorinha
Ilha Guafba	Idem a 1943
Ilha Furtado	Idem a 1943
Ilha Bonita	Idem a 1943
Restinga de Marambaia	Idem a 1943
Praia Vermelha	Idem a 1943
Ilha do Governador	Idem a 1943
Ilha de Paquetá	Idem a 1943
Ilha de Bom Jesus	Idem a 1943
Lagoa de Maricá	Idem a 1943
Ponta Negra	Idem a 1943
Lagoa de Saquarema	Idem a 1943
Ilhas de Maricá	Idem a 1943

Tabela 5- Comparação das cartas do IBGE com o mapa histórico de 1943. Fonte: Elaboração dos autores, baseada no mapa histórico do Arquivo Histórico do Exército de 1943, intitulado *Planta de um trecho do estado do Rio de Janeiro e Distrito Federal*.

O geônimo Ilha Rasa volta aparecer com a grafia atual no mapa de 1857, assim como outros 13 geônimos, que se apresentam com a mesma grafia das cartas do IBGE (tabela 6).

Geônimos idênticos
Ponta de Jacutinga
Ilha Grande
Pta da Guaratiba
Ilha Redonda
Ilha Rasa
Ponta do Arpoador
Lagoa de Maricá
Ponta Negra
Praia de Saquarema

Praia de Cabo Frio
Ilha dos Papagaios
Ponta dos Búzios
Ilha Vermelha
Cabo de São Tomé

Tabela 6- Geônimos iguais (cartas do IBGE e mapa de 1857).

Fonte: Elaboração dos autores. Baseada no mapa histórico do Arquivo Histórico do Exército de 1857, intitulado: **Carta Corográfica da Costa da Capitania do Rio de Janeiro desde Parati até o Cabo de São Tomé.**

Em contrapartida, a Baía de Marambaia da carta do IBGE, foi denominada de Boca da Marambaia, tendo assim variação no seu termo genérico. Já os geônimos: Ilha da Tromba, Ilha D'âncora e Bahia Formosa não foram encontrados nas cartas do IBGE.

O mapa do estado do Rio de Janeiro de 1892, obtido junto ao Arquivo Nacional, apresenta uma série de mudanças na diacronia dos geônimos, em comparação com as cartas do IBGE, principalmente na porção correspondente a Baía de Guanabara e adjacências, conforme mostra a tabela 8, que somente abarca este último recorte espacial.

Geônimo em 1892	Geônimo na carta do IBGE
I. do Pão Torto	Ilha do Veado
I. Imbuy	Idem a carta do IBGE
I. do Mocangue	Idem a carta do IBGE
I. da Conceição	Idem a carta do IBGE
I. do Vianna	Idem a carta do IBGE
I. da Velha	Ilha de Santa Cruz
I. do Caju	Idem a carta do IBGE
I. do Cachimabó	Não foi encontrada Provavelmente foi aterrada
I. do Ajudante	Ilha do Carvalho
I. do Ananaz	Idem a carta do IBGE
I. das Flores	Idem a carta do IBGE
I. do Engenho	Idem a carta do IBGE
I. dos Tavares	Idem a carta do IBGE
I. do Manguinho	Idem a carta do IBGE
I. Comprida	Idem a carta do IBGE
I. d'Agôa	Ilha d'Água
I. da Mãe Maria	Idem a carta do IBGE
I. Secca	Ilha Seca
I. do Governador	Idem a carta do IBGE
I. do Saravatá	Idem a carta do IBGE
I. Comprida	Idem a carta do IBGE
I. do Raimundo	Idem a carta do IBGE
I. do Fora Semanas	Idem a carta do IBGE
I. do Cambambé	Idem a carta do IBGE

I. do Fundão	Idem a carta do IBGE
I. das Cabras	atual Ilha do Fundão
I. do Baiacú	atual Ilha do Fundão
I. do Catalão	atual Ilha do Fundão
I. da Caquerada	atual Ilha do Fundão
I. da Sapucaia	atual Ilha do Fundão
I. do M. Luiz	foi aterrada
I. do Bom Jardim	foi aterrada
I. dos Ferreiros	Não aparece. Provavelmente foi aterrado
I. da Pombeba	Idem a carta do IBGE
I. das Moças	Não aparece. Provavelmente foi aterrada
I. dos Melões	Não aparece. Provavelmente foi aterrada
I. S. Barbara	Idem a carta do IBGE
I. das Enchadas	Ilha das Enxadas
I. dos Ratos	Ilha Fiscal
I. das Cobras	Idem a carta do IBGE
I. de Villegaignon	Idem a carta do IBGE
I. da Cotunduba	Idem a carta do IBGE

Tabela 8- Comparação da carta do IBGE com o mapa histórico de 1892 – Baía de Guanabara e adjacências. Fonte: Elaboração dos autores, baseada no mapa histórico do Arquivo Histórico do Exército de 1892, intitulado: *Estado do Rio de Janeiro*.

Ocorreram mudanças de uma série de nomes. A atual Ilha do Pão Torto tornou-se Ilha do Veado. A Ilha da Velha virou Ilha de Santa Cruz e a Ilha Fiscal era denominada de Ilha dos Ratos. A Ilha do Carvalho antes era Ilha do Ajudante. Outros geônimos foram suprimidos das cartas atuais, principalmente, devido a aterros, como é o caso da Ilha do M. Luiz e da Ilha do Bom Jesus. A Ilha do Cachimbão provavelmente pode também ter sido suprimida por ocasião de aterros. Já as Ilhas das Moças e dos Melões foram aterradas para a retificação do Porto.

A Ilha da Conceição, hoje tem ligação com o continente através de aterros, tendo uma morfologia de península. Três ilhas apresentaram mudanças quanto à grafia de seus nomes: as atuais Ilhas D'água, Seca e das Enxadas; foram em 1892: Ilha d'Agôa, Secca e das Enchadas. A atual Ilha do Fundão é resultado da aglutinação das seguintes ilhas: da Sapucaia, da Caquerada, do Baiacu e do Catalão.

Ainda com relação ao mapa de 1892, a tabela 9 abarca os geônimos das feições que estão fora da Baía de Guanabara. Com relação a mudanças na grafia, 6 foram os geônimos encontrados: a Ilha Rasa (nome atual), que foi Ilha Raza; a Ilha Cagarra, que se denominava I. Caga-

rão; a Ilha Itacurussá, que foi Itacurussú; a Ilha Jaguanum, que era I. Jaquanam; a Ilha Guaíba, que foi Ilha Guahyba; e, Ilha da Jipóia, que foi a Ilha da Jiboia.

Mudanças mais bruscas nos geônimos ocorreram com duas feições: a antiga Ilha do Funil hoje se chama Ilha Pontuda, enquanto que a Ilha do Mantimento ontem foi a Ilha Bapada. No que concerne a modificação não somente do nome que qualifica, mas também do termo genérico, isto é, o que é a feição em si, houve uma modificação: a atual Lage da Cagarra era a antiga Ilha da Laje (tabela 9).

Geônimo em 1892	Geônimo na carta do IBGE
I. dos Franceses	Não aparece
I. Egg	Não aparece
I. de S. Anna	<i>Idem</i> a carta do IBGE
I. Raza	Ilha Rasa
I. Feia	<i>Idem</i> a carta do IBGE
I. Branca	<i>Idem</i> a carta do IBGE
I. d'Ancora	<i>Idem</i> a carta do IBGE
I. Comprida	<i>Idem</i> a carta do IBGE
I. dos Papagaios	<i>Idem</i> a carta do IBGE
I. dos Porcos	<i>Idem</i> a carta do IBGE
I. do Cabo Frio	<i>Idem</i> a carta do IBGE
I. do Meio	Não aparece
I. Boqueirão	<i>Idem</i> a carta do IBGE
I. Rasa	<i>Idem</i> a carta do IBGE
I. Comprida	<i>Idem</i> a carta do IBGE
I. Redonda	<i>Idem</i> a carta do IBGE
I. das Palmas	<i>Idem</i> a carta do IBGE
I. Lage	Lage da Cagarra
I. Cagarão	Ilha Cagarra
I. Funil	Ilha Pontuda
I. do Alfaraca	<i>Idem</i> a carta do IBGE
I. da Tijuca	Não aparece
I. da Madeira	<i>Idem</i> a carta do IBGE
I. Itacurussú	Ilha de Itacurussá
I. Jaquanam	Ilha Jaguanun
I. Saracura	Não aparece
I. Guahyba	Ilha Guaíba
I. Grande	<i>Idem</i> a carta do IBGE
I. de Jorge Grego	<i>Idem</i> a carta do IBGE
I. da Giboia	Ilha da Jipóia
I. do Araujo	<i>Idem</i> a carta do IBGE
I. Comprida	<i>Idem</i> a carta do IBGE
I. dos Meros	<i>Idem</i> a carta do IBGE
I. Bapada	Ilha do Mantimento
I. dos Cocos	<i>Idem</i> a carta do IBGE

Tabela 9- Comparação da carta do IBGE com o mapa histórico de 1892 – Feições fora da baía de Guanabara. Fonte: Elaboração dos autores, baseada no mapa histórico do Arquivo Histórico do Exército de 1892, intitulado: *Estado do Rio de Janeiro*.

6. Considerações finais

A maior parte dos geônimos atuais são de origem lusitana, o que demonstra a marca da colonização portuguesa no território fluminense. No que tange aos geônimos de origem indígena, estes se classificam principalmente em: geomorfotopônimos, zootopônimos e fitotopônimos. Desta forma, em geral, os nomes indígenas descrevem as características físicas existentes na feição por eles nomeada.

A classificação geonímica entre a de natureza física e da antropocultural mostrou-se bem dividida, diferentemente do que ocorre em núcleos urbanos, que, em sua maioria apresentam geônimos de classificação antropocultural. Logo, provavelmente, isto está relacionado ao objeto deste estudo, que por serem feições naturais, culminam em serem identificadas por características igualmente naturais.

Com relação aos mapas históricos, somente foram encontrados os que abarcassem todo o estado do Rio de Janeiro ou somente a Baía de Guanabara. Desta forma, foi encontrada uma elevada variação geonímica na Baía de Guanabara, que se mostrou rica de exemplos com feições que foram suprimidas, transformadas em outros nomes e também modificadas em sua grafia.

Esta questão também está impregnada do poder que se precisava estabelecer nesta área estratégica do Rio de Janeiro, que é a entrada da cidade e ponto de partida para a sua fundação histórica. Desta forma, a maior variação geonímica temporal da Baía de Guanabara reflete o seu complexo processo histórico de ocupação.

A classificação de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990) não contemplou todas as possibilidades de geônimos encontradas. É mister que se criem novas classificações dentro das divisões já existentes, abrangendo também os nomes geográficos relacionados a verbos e ações em geral.

O estudo geonímico é imprescindível para o Brasil, a fim de que se crie o substrato alimentador de um banco de dados espaço-temporal

brasileiro, com todos os geônimos do país, abordando assim sua etimologia, seu significado, sua classificação e diacronia.

O presente artigo não pretende ser exaustivo. Como próximos passos podem-se citar: a busca de novos mapas bem como documentos históricos, além de referências bibliográficas em geral; a realização da deambulação para averiguação dos nomes e localização de feições, que não aparecem nos mapas ou estão inlegíveis; e, finalmente a busca do conhecimento local, por intermédio de entrevistas, para que assim se possam confrontar as referências com o saber *in loco*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZARYAHU, Maoz; GOLAN, Arnon. (Re)Naming the Ladscape: The Formation of the Hebrew Map of Israel, 1949-1960. *Journal of Historical Geography*, vol. 27, n. 2, p. 178-195, 2001

CORREA, Roberto Lobato. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. *Aurora Geography Journal*, ano IX, n. 17, p. 11-19, 2007. Disponível em:

<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/aurora/article/view/1680/1617>.

DAMÁZIO, Cynthia Moreira; SILVA, Loreine Hermida Silva e. Cianobactérias em esteiras microbianas coliformes da Lagoa Pitanguinha. *Revista Brasileira de Paleontologia*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 1, p. 165-170, 2006. Disponível em:

http://www.sbpbrasil.org/revista/edicoes/9_1/Damazio.pdf.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

ESTEVES, Francisco de Assis. Lagoas Costeiras: origem, funcionamento e possibilidades de manejo. In: _____. (Ed.). *Ecologia do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e do município de Macaé (RJ)*. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé – NUPEM/ UFRJ, 1998, p. 63-87.

FURTADO, Sebastião da Silva. *A toponímia e a cartografia*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra/Diretoria do Serviço Geográfico. 1960.

HOUAISS, Antonio. Notas do prefácio-estudo. In: CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: UnB, 1999.

LOPES, Nei. *Novo dicionário banto do Brasil*. Rio de Janeiro. Pallas, 2003.

MENEZES, Paulo Márcio Leal de; SANTOS, Cláudio João Barreto dos. Geonímia do Brasil: reflexões e aspectos relevantes. *Revista Brasileira de Cartografia*, Rio de Janeiro, vol. 58, n. 2, p. 193-200, ago. 2006.

ROLAND, Fábio. Produção fitoplanctônica em diferentes classes de tamanho nas lagoas Imboassica e Cabiúnas. In: ESTEVES, Francisco de Assis. (Ed.). *Ecologia do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e do município de Macaé (RJ)*. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé – NUPEM/ UFRJ, 1998, p. 159-175.

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. 4. ed. Salvador: Câmara Municipal do Salvador, 1955.

SANTOS, Marcos César dos. Contribuição à gestão das lagoas costeiras: conhecimento tradicional, técnico e científico associado ao manejo dos recursos naturais da Lagoa de Carapebus, Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba – RJ. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos, Campos dos Goytacazes. Disponível em:

<<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp073253.pdf>>.

SCHETTINI, Carlos Augusto França. Hidrologia do Saco da Fazenda. Itajaí, SC. *Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology*, 2008, vol. 12, n. 1, p. 49-58, 2008. Disponível em:

<<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/bjast/article/download/287/249>>.

SILVA, Júlio Romão da. *Denominações indígenas na toponímia carioca*. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1966.

HISTÓRIA CONCISA DA ORTOGRAFIA PORTUGUESA

Eliane da Rosa (UFRGS)
elianedr19@gmail.com

RESUMO

Desde os primórdios, a língua portuguesa nunca apresentou um sistema ortográfico uniforme. Assim como as línguas sofrem processos de variações e mudanças linguísticas ao longo do tempo, o sistema ortográfico de uma língua também pode sofrer adaptações e transformações para suprir as necessidades comunicativas de seus falantes. Todavia, é interessante destacar que, apesar de os estudiosos tentarem uniformizar a ortografia da língua portuguesa desde os tempos mais antigos, a variação ortográfica permanece predominante na grafia dos seus falantes devido à influência da produção da fala. Diante disso, este artigo tem por objetivo descrever e explicar a evolução da ortografia portuguesa desde a sua formação até os dias atuais.

Palavras-chave: Língua portuguesa. Ortografia. Mudanças na norma ortográfica

1. Introdução

A língua portuguesa teve sua origem no latim, língua esta que era falada na região do Lácio, situada no centro da Península Itálica. A língua latina pertence à família das línguas indo-europeias, as quais procedem do protoindo-europeu, considerado o ancestral de quase todas as línguas indo-europeias. O latim era formado por um conjunto de dialetos, cujas variedades principais eram o *latim clássico* ou *literário* e o *latim vulgar* ou *coloquial*.

O *latim vulgar*, na essência, não era diferente do *latim litterario*, ou latim propriamente dito: o que não quer dizer que os escritores escrevessem exatamente a língua do povo. Deve entender-se que em todas as nações onde se cultivam as letras, as pessoas cultas podem servir-se de expressões, distinguir sons, e usar vocabulos, diversos dos das pessoas incultas. (VASCONCELOS, 1911, p. 12)

Em meados do século III a.C., os romanos conquistaram toda a Península Itálica e, devido a esse domínio político e cultural, o latim acabou tornando-se a língua oficial daquela região. Em consequência disso, todas as línguas faladas neste território, como o etrusco, o sabélico, o volsco, o osco e o umbro (COELHO, 1868), foram desaparecendo gradativamente. Da maioria delas só restaram vagas e duvidosas informações, com exceção do celta e do grego que deixaram vestígios linguísticos (CÂMARA JR, 1975). Embora tenham aumentado seus domínios territoriais, os romanos partiram para novas expansões político-militares. A

próxima conquista viria a ser a Península Ibérica²⁰.

Antes da chegada dos romanos ao território ibérico, este já havia sido habitado por diferentes povos. “Muito pouco se sabe das antigas populações ibéricas. No início da romanização habitava a Península uma complexa mistura racial: celtas, iberos, púnicos-fenícios, lígures, gregos e outros grupos mal identificados”. (CUNHA & CINTRA, 2013, p. 13)

As terras férteis e as grandes riquezas minerais da Hispânia despertavam a cobiça de diversos povos a ponto de atraí-los para a região (CASTRO, 1991; COUTINHO, 1976; LEÃO, 1606; VASCONCELLOS, 1923). Na disputa entre gregos e cartagineses²¹ pela posse desse território, os últimos venceram os primeiros e, com isso, estabeleceram colônias ao longo da costa meridional da Península. Os gregos, porém, não desistiram e, mesmo com a presença dos fenícios, conseguiram fundar algumas colônias ao sul. Até os celtas, vindos da região da Alemanha, se estabeleceram na região da Gália e nas regiões altas do centro de Portugal. Os romanos, ao perceberem que os cartagineses estavam aumentando suas expansões territoriais, decidiram tomar posse destas terras.

Os romanos desembarcaram na Península no ano 218 a.C. A sua chegada constitui um dos episódios da Segunda Guerra Púnica. Dão cabo dos cartagineses no ano de 209 e empreendem, então, a conquista do país. Todos os povos da Península, com exceção dos bascos, adotam o latim como língua e, mais tarde, todos abraçarão o cristianismo. (TEYSSIER, 2014, p. 03)

A romanização da Península Ibérica começou nas cidades mais povoadas, depois, nas aldeias e, por fim, nos campos. Com o passar do tempo e com a convivência com os romanos, o povo da Península começou a admirar os conquistadores pela sua força e civilidade e, como resultado, os habitantes nativos acabaram adotando a língua e os costumes romanos.

O traço mais nítido e saliente do estrangeiro é a língua, ou o modo de exprimir-se num idioma que não é o seu. Por esse motivo, nas cidades, a cobiça da cidadania romana acarretava a necessidade de falar a língua latina com a perfeição requerida. O latim era meio de ascensão e distinção social. Por isso, o mais perfeito veículo de assimilação, o que, de certo modo, resumia e com-

²⁰ Também chamada de Hispânia ou Lusitânia.

²¹ Povo descendente dos fenícios que receberam esse nome por terem fundado a cidade de Cartago, na região da Tunísia (África) em 814 a.C. O nome *Guerras Púnicas* vem do termo que os romanos usavam para se referir aos cartagineses: “*púnicos*” provém do grego “*phoinicoi*” que quer dizer “*fenícios*”. (ILARI, 1999)

pletava os outros, era a escola [...]. Ao sair dela, o jovem estava inteiramente assimilado: adquirira a mentalidade de um Romano. (SILVA NETO, 1992, p. 80)

Uma vez que o latim se tornara a língua oficial dos habitantes da Lusitânia, o alfabeto latino passou a ser o sistema de escrita adotado pelos falantes daquela região. O alfabeto latino teve sua origem a partir do sistema ortográfico do etrusco, o qual era baseado no alfabeto grego. A língua latina sofreu inúmeras influências linguísticas tanto do grego quanto do etrusco, principalmente no âmbito lexical. Isto se deve, provavelmente, a dois fatos: primeiro, aos etruscos terem se instalado no centro da Península Itálica em torno de 1000 a.C., e segundo, à estreita relação política, social e cultural entre os gregos e romanos (CAGLIARI, [s.d.]). Conforme Ana Regina Berwanger e João Eurípedes Franklin Leal (2012), a adaptação da escrita etrusca ao sistema ortográfico latino deu-se em torno do século VII a. C. Em um primeiro momento, o alfabeto latino era composto por 16 letras. Posteriormente, passou a apresentar as letras *G*, *H*, *J*, *Q*, *V*, *X*, *Y* e *Z* (BERWANGER & LEAL, 2012, p. 55):

- *G* e *Q* (que equivaliam a letra *c*);
- *H* (para diferenciar as palavras latinas aspiradas);
- *J* (se originou do *i*);
- *U* e *V* (no início, eram uma única letra, mas a partir do século VII, surgiu o *U*);
- *X* (resultou da necessidade de representar a abreviação de grupos de letras que tivessem **S** final);
- *Y* e *Z* (adotaram-se estes símbolos gregos em virtude da introdução de vários vocábulos gregos ao latim).

Com o passar dos séculos, o alfabeto latino acabou sofrendo novas alterações e incorporações como forma de adaptação às línguas das regiões em que era difundido pelos romanos e pelo Cristianismo. Após a ocupação romana em solo ibérico, o alfabeto latino passou novamente por adaptações até culminar no sistema ortográfico que, atualmente, é conhecido como *alfabeto português*. Diante disso, este artigo visa a descrever e a explicar a evolução da ortografia portuguesa desde a sua formação até os dias atuais.

2. Percurso histórico da ortografia portuguesa

Desde os primórdios, a ortografia da língua portuguesa nunca

apresentou uniformidade em seu sistema. Isto se deve, provavelmente, ao fato de as línguas estarem em constantes transformações linguísticas para suprir as necessidades comunicativas de seus falantes. Em outras palavras, assim como as línguas sofrem processos de variações e mudanças em seu âmbito oral, os seus sistemas ortográficos também passam por processos de alteração e adaptação com o propósito de promover uma comunicação escrita inteligível e eficaz entre seus falantes.

No início da formação da língua portuguesa, devido à estreita relação entre som e grafema e à falta de uniformização de seu sistema ortográfico, era possível encontrar variações gráficas de uma região para outra, ou seja, uma mesma palavra poderia apresentar diferentes grafias. Além disso, através da escrita, havia a possibilidade de identificar a que região um falante/escritor pertencia, porque cada região apresentava suas peculiaridades ortográficas.

A história da ortografia portuguesa se divide em três períodos:

- a) *Período Fonético* (da formação da língua portuguesa até o século XVI);
- b) *Período Pseudoetimológico* (do século XVI até 1904);
- c) *Período Simplificado* (de 1904 até os dias atuais).

2.1. O Período Fonético

O *Período Fonético* iniciou-se com a formação da língua portuguesa, estendendo-se até meados de século XVI. Este período corresponde à fase arcaica da língua. Nesta época, a grafia das palavras era baseada na pronúncia, isto é, “escrevia-se não para a vista, mas para o ouvido”. (COUTINHO, 2011, p. 72)

Por ser um momento caracterizado pela variação gráfica, era possível descobrir, através da escrita, a que região um indivíduo pertencia. Além disso, era comum grafarem uma mesma palavra de formas diferentes dentro de um mesmo texto ou documento, conforme se verifica neste trecho retirado do livro *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* ([1525?])²²:

²² O *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* [1525?], outrora chamado de *Cancioneiro de Colocci-Brancuti*, é uma obra quinhentista composta por cantigas galego-portuguesas de diversos trovadores. Disponível em: <<http://www.cantigas.fcsh.unl.pt/cancioneirobn.asp>>. Acesso em: 06-02-2014.

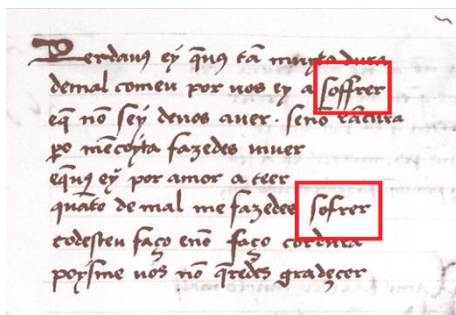


Fig. 1. Trecho da última estrofe da cantiga B41.

No trecho da última estrofe da cantiga galego-portuguesa B41, escrita por Osoiro Anes, percebe-se que a palavra *sofrer* foi grafada, primeiramente, com <ff> e, depois, com <f>. Outro exemplo de variação gráfica pode ser observado entre a 1ª e a 2ª estrofe da cantiga B512, de D. Dinis:

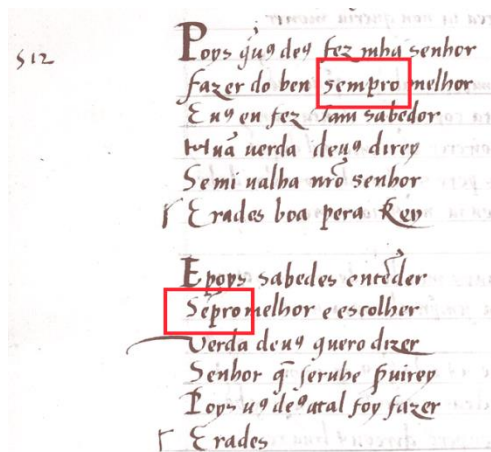


Fig. 2. Trecho entre a 1ª e 2ª estrofe da cantiga B512.

Neste exemplo, nota-se que o vocábulo *sempre* foi grafado, inicialmente, com a nasal <m> e, posteriormente, com til [-]. Com base nas exemplificações citadas anteriormente, pode-se dizer que as características gráficas mais comuns, durante o *Período Fonético*, eram as seguintes (PEREIRA, 1935; NUNES, 1975; WILLIAMS, 2001; COUTINHO, 2011):

- ♣ o uso confuso das letras **i**, **y** e **j**, como em *aya* por *aja*, *iulgar* por *julgar*, *oye* por *hoje*, *ljuvro* por *livro*, *mujto* por *muito* e *ydade* por *idade*;
- ♣ uso de **h** para representar o **i**, quando este tinha a função de glide, como em *cabha* por *cabia*, *dormho* por *dormio*;
- ♣ o uso da letra **h** para marcar hiato entre duas vogais diferentes ou entre duas vogais de qualidades diferentes, como em *poher* por *poer* (arcaico), *tehudo* por *teúdo* (arcaico), *mãho* por *mão*;
- ♣ o uso de **til** [~], **m** ou **n** para representar a nasalização das vogais, como em *ãno*, *año* e *anno* por *ano*, *grãde* por *grande*, *hõe* e *home* por *homem*, *menesmo* e *mêesmo* por *mesmo*, *põho* por *ponho*, *saom* por *são* (de *sanu-*);
- ♣ o uso da letra **b** no lugar de **v**, como em *aber* por *haver*;
- ♣ **ff** iniciais e **ff** depois de consoante, como em *ffe* por *fé*, *conffir-mar* por *confirmar*;
- ♣ uso de **qu** no lugar de **c**, como em *cinquo* por *cinco*, *nunqua* por *nunca*;
- ♣ o uso da letra **u** no lugar de **v**, como em *Lauorados* por *Lavorados*, *liurar* por *livrar*, *auer* por *haver*;
- ♣ o uso de **ll** no meio e no fim da palavra, como *ella* ou *ela*, *castello* ou *castello*, *mall*, *tall*. De acordo com Ismael de Lima Coutinho (2011), “a duplicação no fim visava provavelmente a distinguir o *l* velar do alveolar; no meio decorria da influência do latim”;
- ♣ o uso de **rr** no início e no meio da palavra para não confundir seu som com o do **r** brando como em *rrainha* por *rainha*, *omr-rado* por *honrado*. Mas também se usava **r** simples com o valor de **rr** como em *tera* por *terra*;
- ♣ uso de **x**, em final de palavra, para representar o valor de **is** do latim, como em *rex* por *reis*, *ex* por *eis*;
- ♣ o uso de **x** para representar **ss**, como em *dixe* por *disse*;
- ♣ o uso de **z** no lugar de **ç**, como em *zapateiro* por *çapateiro*, *lanzar* por *lançar*.

Nas cantigas galego-portuguesas do *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, pode-se encontrar várias evidências a respeito das variações gráficas que ocorriam no decorrer do *Período Fonético*. Por exemplo, na cantiga B80, de Vasco Praga de Sandim, observa-se o uso de:

- <h> para representar <i> em *mha*;
- til [-] para representar a nasalização de <u> em *nûca*;
- <y> para representar <i> em *sey*;
- <u> para representar <v> em *auerey*.

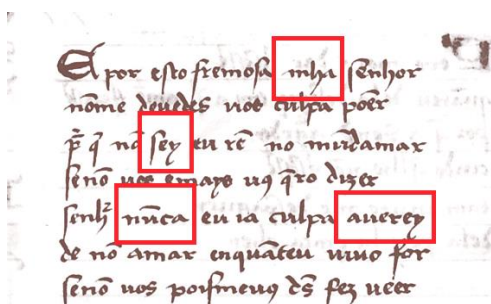


Fig. 3. Trecho da segunda estrofe da cantiga B80.

Já na cantiga B884, escrita por Airas Nunes, nota-se o vocábulo *disse* sendo grafado com <x> e o pronome *mim* grafado com <j> no lugar de <i> e sem o <m> final. (Veja Fig. 4)

Entre os séculos XV e XVI, surgiu, na Itália, um movimento cultural e intelectual inspirado nos antigos valores greco-latinos, cujo objetivo principal era romper com os valores e as tradições medievais, ou seja, o centro de tudo se deslocava do *Divino* para o *Humano*. Como era de se esperar, este movimento, chamado *Renascimento*, encontrou adeptos por toda a Europa, inclusive em Portugal.

Assim, sob a influência do movimento renascentista, escritores e estudiosos da língua portuguesa passaram a se preocupar em grafar os vocábulos da língua com base na etimologia das palavras. A partir de então, uma nova fase na história da ortografia portuguesa começava a dar seus primeiros passos. Era o início do *Período Pseudoetimológico*.

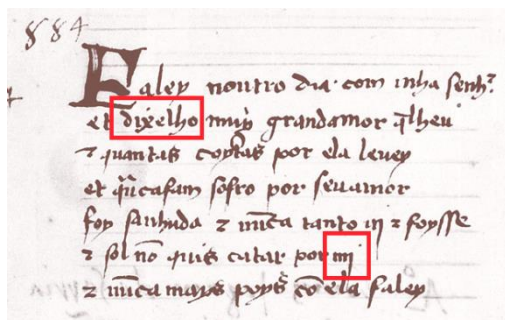


Fig. 4. Trecho da primeira estrofe da cantiga B884.

2.2. O Período Pseudoetimológico

O *Período Pseudoetimológico* teve seu início no século XVI e se estendeu até princípios do século XX. A maioria dos estudiosos da língua portuguesa considera a data da publicação do livro *Ortografia Nacional* (1904), de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, como o marco final deste período em decorrência de esta obra ter sido a base para a elaboração do primeiro tratado de ortografia entre Portugal e seus domínios no começo do século XX.

Este novo período, influenciado pelas ideias renascentistas da época, caracterizou-se pela supervalorização da cultura greco-latina e pela busca etimológica da grafia das palavras, isto é, pelo uso de consoantes geminadas, de grupos consonantais de origem grega (*rh, th, ph, ch*) e de letras como *k, w* e *y*.

O objetivo dos pseudoetimologistas era buscar as letras originárias das palavras, mesmo que elas não representassem nenhum valor fonético. O problema dessa busca etimológica era que muitos destes estudiosos não conheciam a etimologia das palavras e nem a história da formação da língua portuguesa. Tratava-se, portanto, do início da desordem ortográfica, pois todas as palavras, inclusive aquelas que não eram de origem latina, eram latinizadas. Segundo José Joaquim Nunes (1975, p. 196):

[...] o pedantismo, por um lado, e a ignorância, por outro, contribuíam ainda mais para a desordem ortográfica [...] Em geral, cada escritor tinha o seu modo de ortografar, cingindo-se quase sempre ao latim, por vezes com um fanatismo tal, que até se atrevia a alterar grafias que ainda haviam resistido à corrente dominante (*intender, intrar, infermidade* etc., por *entender, entrar, en-*

fermidade etc.) e o público imitava-o inconscientemente.

A partir deste momento, as variações e as mudanças linguísticas da língua deixaram de ser relevantes para os estudiosos, os quais não demonstravam interesse em investigar essas evoluções, pelas quais o português estava passando. Para Ismael de Lima Coutinho (2011, p. 76), isto se tratava de “um divórcio total entre a língua falada e a escrita”. Ao longo do *Período Pseudoetimológico*, era possível encontrar características gráficas, como (PEREIRA, 1935; NUNES, 1975; WILLIAMS, 2001; COUTINHO, 2011):

- ♣ emprego de *ch, ph, rh, th* e *y* em palavras de origem grega ou supostamente grega como em *chrystallino, eschola, phrase, rhetorico, theatro, estylo, nympa*;
- ♣ emprego de *ct, gm, gn, mn, mpt* e consoantes geminadas em palavras de origem latina como em *aucthor, fructo, augmento, digno, magno, damno, somno, prompto, bocca, peccar, cabello, setta*;
- ♣ falsas regressões ortográficas como: *th* em *thesoura* e *ethymologia*, *y* em *phylosophia*, *c* geminado em *occeano*; e a troca de *s* final por *z* (ex: *mez, portuguez, poz*), que surgiu da imitação de palavras como *simplez, vez, fez* etc.

A obra *Os Lusíadas* (1572), de Luís Vaz de Camões, é considerada uma importante fonte de evidências a respeito das grafias utilizadas no *Período Pseudoetimológico*. Por exemplo, no trecho da terceira estrofe do 1º Canto, é possível verificar:

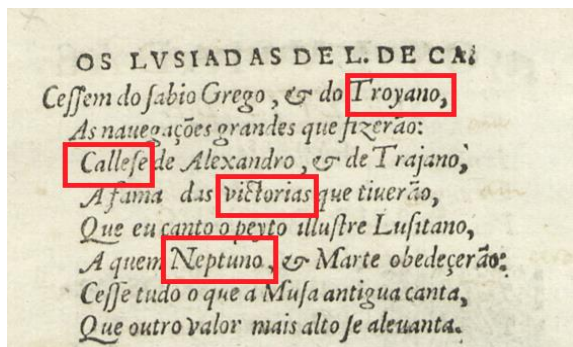


Fig. 5. Trecho da terceira estrofe do 1º Canto de *Os Lusíadas* (1572).

- a presença de <y> no lugar de <i> em *Troyano*;

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- uso de consoantes geminadas como <ll> em *callese*;
- uso dos grupos consonantais como <ct> em *victoras* e <pt> em *Neptuno*.

Dessa forma, em virtude da desordem ortográfica (NUNES, 1975) vigente na época, inúmeras obras começaram a surgir com o objetivo de prescrever normas e recomendações de como grafar de forma “correta” a língua portuguesa. Dentre as obras mais relevantes, destacam-se:

- *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (1536)²³ de Fernão de Oliveira;
- *Grammatica da Lingua Portuguesa com os Mandamentos da Santa Mãdre Igreja* (1539)²⁴ de João de Barros;
- *Grammatica da Lingua Portuguesa* (1540) de João de Barros;
- *Regras qve Ensinam a Maneira de Escrever a Orthographia da Lingua Portuguesa* (1574) de Pero de Magalhães de Gandavo;
- *Orthographia da Lingoa Portugvesa* (1576) de Duarte Nunes de Leão;
- *Orthographia, ov Modo para Escrever Certo na Lingua Portuguesa* (1631) de Álvaro Ferreira de Vera;
- *Cvriosas Advertencias da Boa Grammatica no Compendio, & Exposição da Arte do Padre Manoel Alvarez, em Lingua Portuguesa* (1643) de Bartholomeu Rodriguez Chorro;
- *Orthographia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com acerto a Lingua Portueza* (1734) de João de Moraes Madureira Feijó;
- *Orthographia da Lingua Portueza* (1736) de D. Luis de Caetano Lima;
- *Compendio de Orthografia* (1767) de Fr. Luis do Monte Carmello;
- *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura* (1876) de João de Deus;

²³ Primeira gramática da língua portuguesa.

²⁴ Primeira cartilha de alfabetização da língua portuguesa.

- *Ortografia Nacional* (1904) de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana.

Contudo, é interessante mencionar que os próprios gramáticos e ortógrafos não chegavam a um consenso sobre a grafia de determinadas palavras da língua portuguesa. Em outras palavras, pode-se dizer que a variação ortográfica continuava atuando de forma expressiva na língua, assim como as discussões, entre os estudiosos, a respeito da ortografia “correta” das palavras. De acordo com Ismael de Lima Coutinho (2011, p. 76), “tão grande foi esse influxo que não só os vocábulos novos entram para o nosso léxico com aspecto gráfico alatinado, mas também os que já tinham formas vulgares sofrem o travestimento etimológico”. E para piorar a situação, um novo surto etimológico surgiu no período do *Romantismo*²⁵, no qual buscavam não mais no latim a origem das palavras, mas no francês que era a “língua da moda”. (COUTINHO, 2011)

É importante destacar que foi somente a partir da publicação da obra *Ortografia Nacional* (1904), de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, que a uniformização ortográfica da língua portuguesa se efetivou, embora não definitivamente, e a busca pela etimologização das palavras deixou de ser o foco principal dos estudiosos. Conforme as palavras de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1904, p. 8-9):

Estou de há muito convencido, e várias vezes o tenha dito pela imprensa, de que a denominada ortografia etimológica é uma superstição herdada, um erro científico, filho do pedantismo que na época da ressurreição dos estudos clássicos, a que se chamou Renascimento, assoberbou os deslumbrados adoradores da antiguidade clássica e das letras romanas e gregas, e pôde vingar, porque a leitura e a conseqüente instrução das classes pensadoras e dirigentes só eram possíveis a pequeno círculo de pessoas, cujos ditames se aceitavam quasi sem protesto.

A partir das contribuições de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, uma nova fase começou a surgir na história da ortografia portuguesa, a qual foi chamada de *Período Simplificado*. Em outras palavras, era o início da simplificação e uniformização do sistema ortográfico português.

²⁵ O *Romantismo* foi um movimento artístico, político e intelectual que surgiu na Inglaterra e na Alemanha do século XVIII, cujo objetivo principal era a busca pelo nacionalismo, ou seja, era o abandono total das ideias renascentistas. A grande propagadora destas ideias pela Europa foi a França. Com este movimento, a visão de mundo voltou-se para o indivíduo. Em outras palavras, tratava-se de um período marcado pela busca das origens, pelo lirismo, pela subjetividade, pela emoção, pelo “eu”.

2.3. O Período Simplificado

O *Período Simplificado* teve seu início em princípios do século XX, ou melhor, após a publicação da obra *Ortografia Nacional* (1904), do famoso foneticista e lexicólogo português Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, estendendo-se até a atualidade.

Para formular as regras da ortografia portuguesa, o foneticista Aniceto dos Reis Gonçalves Viana relacionou a análise da história interna da língua com o estudo de suas tendências fonéticas. Com base nestes preceitos, Aniceto dos Reis Gonçalves Viana conseguiu propor os fundamentos necessários para a simplificação do sistema ortográfico da língua portuguesa. Os principais fundamentos da proposta do foneticista português eram, segundo Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1904, p. 17):

- ♣ eliminação de todos os símbolos de etimologia grega (*th, ph, ch = /k/, rh e y*);
- ♣ redução das consoantes geminadas a simples (*tt > t, ll > l*), com exceção de *rr* e *ss* mediais que possuem valores peculiares;
- ♣ eliminação das consoantes não pronunciadas, quando não influíssem na pronúncia da vogal que as precedesse (*sancto > santo, septe > sete*);
- ♣ regularização da acentuação gráfica.

Este sistema simplificado baseou-se mais na pronúncia, contudo não deixou de levar em consideração a etimologia e o elemento histórico da palavra. Segundo Edwin Bucher Williams (2001, p. 41), o *Período Simplificado* “representa um retorno às grafias fonéticas, mas difere da Idade Média no fato de que foi uniformizada por convenção”.

Após a publicação de *Ortografia Nacional* (1904), o governo português decidiu, então, nomear uma comissão formada por ilustres linguistas, como Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, José Leite de Vasconcelos, José Joaquim Nunes, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, entre outros, para formular a primeira reforma ortográfica da língua portuguesa, a qual deveria ter como base os preceitos da obra de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana. Assim, através da Portaria de 01 de setembro de 1911, oficializou-se o primeiro tratado de ortografia oficial Portugal e seus domínios.

Porém, os linguistas brasileiros não haviam sido consultados e, conseqüentemente, a reforma não atendia às necessidades do português

falado no Brasil. Em virtude disso, o governo brasileiro não adotou a reforma no país. Mas antes mesmo de Portugal ter decidido formular um tratado ortográfico, a Academia Brasileira de Letras já havia demonstrado preocupação em elaborar um sistema ortográfico uniforme para a confecção de documentos oficiais. Esta sistematização brasileira se concretizou em 1907. Todavia, cabe ressaltar que, após a sua adoção surgiram falhas e lacunas, as quais foram reformuladas no decorrer do tempo. Devido a essa reformulação, foi possível publicar sua versão definitiva em 1912, tornando, assim, o sistema mais racional e harmônico.

No entanto, em 1915, Silva Ramos decidiu fazer uma proposta à Academia Brasileira de Letras com o intuito de buscar uma harmonização entre a reforma brasileira de 1907 e a reforma portuguesa de 1911. Tal proposta foi aprovada, mas inexplicavelmente, em 1919, a proposta acabou sendo revogada até que o caso fosse estudado com mais rigor científico.

Dessa forma, após tantas divergências entre Brasil e Portugal com relação às regras estabelecidas pela reforma ortográfica, finalmente, em 1931, o governo brasileiro tornou oficial, em todo o território brasileiro, o *Acordo* firmado entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa. Como surgiram dúvidas quanto à aplicação das regras de acentuação do *Acordo*, novas reformulações foram feitas e a nova versão foi oficializada pelo Decreto-lei nº 292 de 23 de fevereiro de 1938.

Apesar dessas reformulações, as divergências permaneceram entre os dois países, culminando, assim, em dois outros acordos posteriores: o de 1943 e o de 1945. Porém, é necessário destacar que o governo brasileiro adotou o acordo de 1943 e o de Portugal, o acordo de 1945. Conforme era de se esperar, as divergências ortográficas continuaram a existir entre os dois países.

Mais tarde, em 1971, Portugal e Brasil reuniram-se, novamente, para estabelecer um novo acordo com o objetivo de “aproximar” seus sistemas ortográficos. Neste acordo, as alterações estabelecidas foram as seguintes:

- eliminação do trema dos hiatos átonos: *saüdade* → *saudade*;
- eliminação do acento grave da sílaba subtônica: *cafézinho* → *cafezinho*;

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- eliminação do acento que diferenciava a vogal aberta da fechada: *almôço* → *almoço*, com exceção de *pode/pôde*;
- permanência de alguns acentos diferenciais: *por* (preposição) / *pôr* (verbo), *para* (preposição) / *pára* (verbo).

Além disso, houve a eliminação de 70% da acentuação que divergia entre a ortografia europeia e a brasileira. Mas somente em 1975 é que a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras chegaram a um consenso. Embora houvesse um consenso entre as Academias, o acordo não foi transformado em lei devido a problemas políticos em Portugal.

Em 1986, o presidente José Sarney organizou um encontro para redigir um novo acordo ortográfico entre os países de língua portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe) no Rio de Janeiro. O acordo, chamado de *Projeto de Ortografia Unificada*, previa a eliminação da acentuação gráfica nas palavras esdrúxulas (ou proparoxítonas), ou seja, não deveria haver mais a distinção gráfica entre palavras como *música/musica*, *fábrica/fabrica*, *análise/analise*, *cágado/cagado*, por exemplo. No entanto, esse acordo não seguiu adiante devido às divergências entre Brasil e Portugal quanto às propostas estabelecidas.

Em meados de 1990, Portugal lançou uma nova proposta de unificação entre as ortografias portuguesa, africana e brasileira. Dessa forma, em 01 de janeiro de 1994, o novo *Acordo Ortográfico de 1990* foi firmado entre os países de língua portuguesa. O tratado estabelecia as seguintes alterações:

- eliminação da consoantes “surdas” quando estas não são pronunciadas: *acção* → *ação*, *exacto* → *exato*, *baptismo* → *batismo*, *óptimo* → *ótimo*;
- mas se as consoantes “surdas” forem pronunciadas, devem permanecer na grafia: *compacto*, *impacto*, *egípcio*, *rapto*;
- permissão da dupla grafia para palavras pronunciadas de formas diferentes em Portugal e no Brasil: *facto* / *fato*, *amnistia/anistia*, *corrufo/corrupto*, *character/caráter*;
- eliminação do acento agudo em ditongo aberto -ei: *ideia*, *alcaiteia*, *estrelia*;

- eliminação do acento diferencial em palavras homófonas: *pára* (verbo) → *para, pelo* (substantivo) → *pelo, pôr* (verbo) → *por*;
- eliminação do acento circunflexo nas paroxítonas terminadas em **-oo**: *enjôo* → *enjoo, vôo* → *voo*;
- permissão para dupla acentuação quando a palavra tiver acento circunflexo no Brasil e agudo em Portugal: *bebê* / *bebé, bidê/bidé, crochê/croché, Antônio/António*;
- o hífen permanece antes de palavras que iniciam com *h-*: *anti-herói, pré-histórico*;
- o hífen permanece antes de palavras que iniciam com a última letra do prefixo: *super-resistente, pré-escolar*;
- eliminação do trema: *lingüiça* → *linguiça*;
- incorporação das letras *k, w* e *y* ao alfabeto.

Desse modo, ficou estabelecido, no documento, que somente quando todos os países de língua portuguesa assinassem o acordo é que o mesmo poderia entrar em vigor. Porém, em 2004, houve uma mudança, com base num protocolo modificativo, definindo que para entrar em vigor, bastaria a assinatura de apenas três países e não mais de todos. Em 2006, Brasil, Portugal e Cabo Verde ratificaram esse novo documento, possibilitando a entrada em vigor do *Novo Acordo Ortográfico de 1990*. Como consequência disso, a partir de 2009, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste tiveram que passar por um período de adaptação, ou melhor, transição até a adoção definitiva das regras do novo acordo, o qual passaria a vigorar a partir de 2015. Conforme o previsto, as regras do *Novo Acordo Ortográfico de 1990* entraram em vigor em 31 de dezembro de 2015.

3. *Considerações finais*

Apesar de *Ortografia Nacional* (1904) ter sido o marco inicial da simplificação e uniformização da ortografia portuguesa, essa busca pela sistematização da ortografia ainda permanece vívida entre os estudiosos. No entanto, é interessante destacar que, mesmo com todo o empenho dos especialistas em tentar uniformizá-la, pode-se verificar que a variação ortográfica esteve, está e sempre estará presente na língua portuguesa, porque a língua é “construída” por seus falantes. Isto quer dizer que assim

como a língua sofre processos de variação e mudanças linguísticas para suprir as necessidades comunicativas de seus falantes, o seu sistema ortográfico também pode sofrer transformações para proporcionar uma comunicação escrita mais eficaz e inteligível.

Partido do pressuposto de que desde os primórdios da existência humana a fala precede à escrita, conjectura-se que o sistema gráfico de uma língua sofre influências da fala. Além disso, cabe mencionar que pesquisas de cunho linguístico-histórico, realizadas com amostras de língua escrita, comprovam que é possível observar traços da pronúncia de um indivíduo através de sua grafia. Portanto, pode-se concluir que a ortografia de uma língua não passa de uma mera tentativa de transcrever, de forma padronizada, os seus sons, por intermédio de símbolos gráficos, pois a relação entre grafema-fonema nem sempre é biunívoca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, Manuel Said. *Grammatica historica da lingua portugueza*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1921.

AZEREDO, José Carlos. (Org.). *Escrevendo pela nova ortografia: como usar as regras do novo acordo ortográfico da língua portuguesa*. Instituto Antônio Houaiss. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2009.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de paleografia e de diplomática*. 4. ed. Santa Maria: UFSM, 2012.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *A origem do alfabeto*. Disponível em: <<http://www.dalete.com.br/saber/origem.pdf>>. Acesso em: 29/04/2015.

CÂMARA JR, Joaquim Matoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

CAMÕES, Luis de. *Os Lvsiadas*. Lisboa: casa de Antonio Gõçalvez, 1572.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, Ivo. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

_____. *Introdução à história do português*. 2. ed. Lisboa: Colibri, 2011[2004].

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- COELHO, Francisco Adolpho. *A língua portuguesa: fonologia, etimologia, morfologia e sintaxe*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. 1. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011[1938].
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Gramática do português contemporâneo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- LEÃO, Duarte Nunes de. *Origem da língua portuguesa*. Lisboa: Impreso por Pedro Crasbeeck, 1606.
- MENDES, Ubirajara Dolácio. *Noções de paleografia*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1953.
- NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa: fonética e morfologia*. 8. ed. Lisboa: Clássica, 1975.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *Grammatica historica*. 9. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1935.
- SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1992 [1957].
- TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Trad.: Celso Cunha. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- VASCONCELLOS, José Leite de. História da língua portuguesa: origem e vida externa. *Revista Lusitana*, vol. XXV, n. 1-4, p. 5-28, 1923-1925.
- _____. *Lições de philologia portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de E. M. A. TEIXEIRA & C.^{ta}, 1911.
- VIANA, Aniceto dos Reis Gonçalves. *Ortografia nacional: simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*. Lisboa: Livraria Editora Viuva Tavares Cardoso, 1904.
- WILLIAMS, Edwin Bucher. *Do latim ao português: fonologia e morfologia histórica da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 2001[1891].

**LEITURA POÉTICA DE “SUPREMO VERBO”,
DE ÚLTIMOS SONETOS, DE CRUZ E SOUSA**

Juan Marcello Capobianco (UFRJ)
juanmarcello@id.uff.br

RESUMO

Por meio deste artigo empreendemos a leitura poética do soneto “Supremo Verbo”, da obra *Últimos Sonetos*, do poeta catarinense João da Cruz e Sousa (1861-1898), introdutor do Simbolismo no Brasil. Devido à escassez notória de estudos que aprofundem a interpretação direta dos textos deste autor, objetivamos um percurso hermenêutico que busque trazer sua obra para o contemporâneo, desenvolvendo uma leitura livre e com elementos de nossa própria individualidade, com base no fato de o Simbolismo ser um estilo em que a *equivocidade* das expressões e jogos vocálicos (aliterações, assonâncias) impedem à formação de um “sentido fechado”, obrigando ao leitor a eger, na gama de interpretações possíveis, aquela que irá formar-se em sua imaginação – conforme o realizamos, exemplificadamente, neste artigo.

Palavras-chave: Leitura poética. Supremo Verbo. Soneto. Cruz e Sousa.

SUPREMO VERBO

–Vai, Peregrino do caminho santo,
Faz da tu’alma lâmpada do cego,
Iluminando, pego sobre pego,
As invisíveis amplidões do Pranto.

Ei-lo, do Amor o cálix sacrossanto!
Bebe-o, feliz, nas tuas mãos o entrego...
És o filho leal, que eu não renego,
Que defendo nas dobras do meu manto.

Assim ao Poeta a Natureza fala!
Enquanto ele estremece ao escutá-la,
Transfigurado de emoção, sorrindo...

Sorrindo a céus que vão se desvendando,
A mundos que se vão multiplicando,
A portas de ouro que se vão abrindo!

(SOUSA, 2000, p. 189)

Alguns já ouviram ecoar no título o *Verbo da Criação Divina*²⁶, consagrado na liturgia cristã como força geratriz do mundo, ou o próprio

²⁶ “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus”. (João 1:1)

Deus. Há uma respiração, uma pausa invisível entre o título e a entrada do soneto. Uma força suave nos impulsiona a imaginação no caminho da reverência, e esse espaço ergue a postura mental. O verso de início – antes da ideação – por si mesmo tem a sonoridade cadenciada da aclamação nas lendas barrocas, com acentuação na 1ª, 4ª, 8ª e 10ª sílabas, (que foi usada por Gregório de Matos)²⁷, soando como os rituais de sagração em que os juramentos eram proferidos debaixo de simbólicas espadas.

Abrindo com uma fala, pelo travessão, a primeira palavra (“vai”), depois do título, toma um matiz imperativo que, longe de ser senhoril ou mandatário, tem tintas de idealismo, mas sentimos nas duas estrofes iniciais alguém maior que o “Peregrino do caminho santo”, que lhe fala. O deslizar da sintaxe do verso, que corre suave, parece trazer um eco de *Te Deum*²⁸ soando ao longe. A expressão arcaizante recorda-nos a figura dos eremitas nos percursos desérticos, os caminheiros sonhadores do Ideal, misto de *insights* imagéticos que nos passam às catadupas pela mente, no acúmulo de nossas cinegrafias que relatam mártires, viajores sacrificiais da Idade Média. A liberdade expressiva do verso, porém, não o anacroniza. O “Peregrino”, em maiúscula, mundializa a expressão do desbravador das nobres causas, do destemido, que não vai *pele* ou *no* caminho santo, mas Cruz e Sousa nos diz que ele é “do caminho santo”, em que se interfluem os pertencimentos, um ao outro. De imediato não vemos “alguém”, e sim uma entidade metaforizada em figura universal, que perpassa em fração de instante os mártires da liturgia, os corajosos luteranos, os santos viajores com cajados e mantos antigos. É o portador da Verdade, que com ela se confunde, no verso. Como Gandhi. Como Einstein.

Um “caminho santo” são muitos, são caminhos que nos sugerem abnegação, suplício, até a vanguarda dos que espedaçam as estacas pétreas em que a poesia se estanca, às vezes. É um caminho de existência, saturado de elementos canônicos, como o altruísmo, a bondade, o perdão, o esclarecimento, a beleza. Ou o caminho da *Estrada de Damasco*, de Paulo de Tarso.

²⁷ Incomum na métrica tradicional, o decassílabo com acentuação nas 1ª, 4ª, 8ª e 10ª sílabas foi usado pelo poeta barroco baiano Gregório de Matos Guerra (1636-1696), como vemos na explicação de Rogério Chociay (1993, p. 33).

²⁸ *Te Deum* é um hino litúrgico católico – de ação de graças – atribuído a Santo Ambrósio e a Santo Agostinho, iniciado com as palavras “Te Deum Laudamus”. (SANTOS, 2015, p. 53)

O segundo verso tem uma curiosa magia: é a *alma*²⁹ do Peregrino que dá luz ao cego, e não algo que ofereça de material e específico; talvez de divino. É-nos paradoxal que a “lâmpada” do verso seja útil para iluminar “qualquer pessoa”, exceto o que padece de *deficiência visual*, para quem é inservível; em outras palavras, o cego do verso são obrigatoriamente todos os que *não padecem* da cegueira patológica. Assim, vemos o poeta converter o signo verbal em “tudo”, *exceto* o que designa sua acepção lexical mais direta. Interpretamos o “cego”, então, como símbolo dos ignorantes, incultos, perdidos, desviados, desiludidos, deprimidos, torpes, drogados, sexólatras, delinquentes, em que algo de mágico-mítico poderia lhes iluminar os sentidos ou a vida. Há uma associação inarredável com o Mito da Caverna, de Platão³⁰, de onde emerge uma transfiguração no contexto do quarteto que estamos lendo. Há uma peregrinação rumo à verdade, um heroísmo santificado que permeia as lacunas no momento da recriação do fruir poético, se esparzindo entre os símbolos textuais sem, no entanto, mudá-los.

Mas esse Peregrino vai iluminando “pego sobre pego”, vocábulo raro que estiliza em laivos litúrgicos a estrofe e vai sobrepondo na imaginação a postura de um Salvador irradiando clarões, abismo sobre abismo, sorvedouro sobre sorvedouro, facho de luz brotando do fundo dos rios, em acúmulo, no campo semântico de “pego”³¹, como uma escada de

²⁹ Assumimos aqui a ideação da alma como irradiação, na união platônica do ser com o transcendente. Delmar Cardoso, examinando a noção platônica da alma, explica que o filósofo grego “conserva na sua visão sobre a alma ou sobre o ser humano algo característico da visão antropológica grega: o ser humano é considerado antes de tudo pelo seu parentesco com o divino”. (CARDOSO, 2006, p. 182)

³⁰ O mito da caverna, descrito por Platão em *A república*, remete à ascensão da ignorância (sombras) ao esclarecimento (luz), ou do mundo sensível ao mundo das ideias. Explicam Eduardo Moraes e Newton Bignotto: “O mito da caverna relata o percurso do personagem, em quatro etapas, em direção dupla — ascendente e descendente. A direção ascendente do percurso conduz o personagem do interior da caverna até a contemplação do Sol, situado no ponto mais alto fora da caverna. A direção descendente refere-se ao retorno do personagem ao interior da caverna, quando ele pretende conchamar seus habitantes a tomar o caminho da libertação. Dá-se, neste ponto, uma situação de conflito. Ele é agredido e ameaçado de morte pelos que recusam à libertação”. Os autores destacam que, na interpretação de Heidegger sobre o mito platônico, ocorre a transferência da ideia de verdade como triunfo da luz sobre as sombras — *aletheia* — para a noção de um olhar correto rumo à ideia — *ortótes* — em que o Bem assume o referencial da direção certa do agir prático. (MORAES & BIGNOTTO, 2001, p. 36-39)

³¹ “Pego. s.m.: O ponto mais fundo de um lago, rio etc.; pélagos. Abismo, sorvedouro, voragem”. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br>>. Acesso em: 15-06-2017.

luz, escada arcangélica de Jacob³², em que todas essas imagens figuradas radicalizam-se na claridade sobre as tragédias sombrias da vida. É luz sobre luz, ascensão sobre ascensão, ascese sobre ascese: purificação e cintilação da Verdade, rompendo a voragem da queda. Assim nos é. Agora. (A leitura, inarredavelmente individual, é mutável).

Não nos vemos afastados do texto, pois o brilho alquímico que se dá na mistura de símbolos paradoxais, canônicos, históricos, mostra-nos o que o verso deseja algo de nós além das palavras, e não que nos encerremos nelas³³.

O quarto verso consubstancia um dos processos que o esteta catarinense mais aperfeiçoou: a imagem infinita que nos impulsiona e arre-messa para, em fração de instante, apreender-lhe a força e agarrarmo-nos às suas dimensões, conquanto nos escapem pelos dedos e continuemos a trazê-las, amiudadamente. No coração do verso “as invisíveis amplidões do Pranto”, há alguém que chora ocultamente, em segredo, intensamente, mas a imagem se dilui e revela o “Pranto” maiusculizado, que se desindividualiza para se universalizar. É o pranto da legião de famílias que recebem guerrilheiros feridos; é o pranto dos africanos que nascem já condenados pelo degredo miserável da fome e da doença; é o pranto das mães sobre os túmulos dos filhos, que partiram há anos; é o pranto dos que vivem em conflitos e sofrimentos que não lhes é possível evitar. É, todavia, também, o Pranto dos extasiados nas abissalidades da Arte, da Beleza ou do contato com sua luz interior, inspirada de fora ou florescendo de si mesmo. Por isso o poeta diz que sua amplidão é “invisível”. Vai de lado a lado da Terra e atravessa as culturas, mas se radica também dentro do nosso *eu*, em um sentido metafísico de dor ou emoção humanas, também invisíveis. Em um esforço, apanhamos no verso as lágrimas do mundo inteiro, que são também nossas. Fernando Pessoa, diante da

³² Em Gênesis 28:11-19, Jacob relata o sonho que teve quando fugiu do confronto com seu irmão Esaú. Na visão onírica, uma escada ascensional se estendia do chão da terra até o extremo céu, conduzindo anjos que vinham predizer-lhe bênçãos.

³³ Cruz e Sousa remete a muitas tessituras do inconsciente, e, se “realmente” o formos ler, capturamos no ar uma “sussurrante autodescoberta”, que nos sugere uma conexão com o libanês Gibran Khalil Gibran – poeta representante de sua literatura natal – que escreve, em *O profeta*, quando o protagonista se dirige à multidão, no final de seu discurso: “Eu somente expresso em palavras o que já sabeis em pensamento./ E o que é o saber expresso em palavras senão a sombra do saber sem palavras?/ Vossos pensamentos e minhas palavras são ondas que rolam de uma memória selada que guarda o registro de vosso passado./ E dos dias em que a terra nos ignorava e ignorava-se a si mesma./ E das noites em que a terra era criada na confusão”. (GIBRAN, 1980, p. 57)

incomensurabilidade, já escreveu:

Não sou nada.
Nunca serei nada.
Não posso querer ser nada.
À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.

(PESSOA, 1997, p. 184)

Mas é também o pranto de Cruz e Sousa quando, já enfermo e escrevendo de madrugada nos últimos meses de vida, manchava os manuscritos de seus poemas com lágrimas³⁴, o que nos recorda a conexão que realizamos outrora entre o poeta brasileiro e Johann Sebastian Bach (CAPOBIANCO, 2014, p. 151), compositor alemão do setecentos. Traduzimos a referência de Adalberto de Mendoza a Bach, em um episódio de emocionante similaridade:

Entretanto, também havia outro traço profundo na criação musical de Bach. Sentia tão profundamente sua arte, que muitas vezes chegava a derramar lágrimas de dor no instante da criação. [Diz sua esposa:] ‘Certa vez entrei inesperadamente quando [Bach] estava compondo o solo de contralto ‘Oh, Gólgota!’ da Paixão Segundo São Mateus. Como me comovi ao ver seu rosto, comumente tranquilo, fresco e rosado, então de uma palidez cinzenta e coberto de lágrimas! Ele não me viu – continua Ana Magdalena. Voltei-me e saí silenciosamente, sentei-me na escada diante da porta de seu quarto, e chorei também. Aqueles que ouvem esta música, quão pouco sabem as lágrimas que custou!’³⁵

Quando saímos do quarteto, pontuado pelas assonâncias “santo”, “lâmpada”, “iluminando”, “amplidões”, “Pranto”, que timbram a vocali-

³⁴ Já escrevemos sobre isso: “O poeta brasileiro, em seu mergulho infinito nos transcendentalismos da Arte, deixou uma passagem vivida nos dois últimos meses em que *Últimos sonetos* lhe brotavam da pena, sob as torturas da miséria e da tuberculose minando-lhe as forças, que foi relatada por Nestor Vitor, diretamente do testemunho que ouviu de Gavita, esposa do poeta: ‘Nesse derradeiro período, às vezes, a desoras, despertando ao acaso, sua idolatrada esposa [Gavita] ouvia-lhe soluços, vendo-o, na sala próxima, inclinado sobre o papel. Foi ela, assim, a única testemunha daquelas agonias de Horto’” (CAPOBIANCO, 2014, p. 151). As palavras de Nestor Vitor estão em: VITOR, 1979, p. 140; *apud*. RABELLO, 2006, p. 232; *apud*. PAULI, 1973, p. 98.

³⁵ “Pero había también otro rasgo profundo en la creación musical de Bach. Sentía tan hondo su arte que muchas veces llegaba a derramar lágrimas de dolor en el instante de su creación. “Una vez entré inesperadamente cuando estaba componiendo el solo de contralto ‘¡Oh Gólgota!’ de la Pasión según San Mateo. Cómo me conmoví al ver su rostro, comúnmente tranquilo, fresco e sonrosado, y entonces de una palidez cenicienta y cubierta de lágrimas! No me vió – continua Ana Magdalena. Volví a salir silenciosamente, me senté en la escalera ante la puerta de su cuarto y lloré también. Los que oyen esta música, qué poco saben de las lágrimas que costó!”. (MENDOZA, 2012, p. 12. Tradução nossa)

dade como uma oração eclesiástica, permanece uma aura inefável que, se formos atentos, veremos alargar nossas distâncias interiores.

O segundo quarteto, que prefere a forma rara³⁶ *cálix*³⁷ (ao usual cálice) barroquiza o verso, como no sermão de antigos padres³⁸, em uma canora fluidez, terminando na assonância exultante de “sacrossanto” – com os versos da quadra anterior. Esse cálix – que, ademais, nos traz a sonoridade exata de um suspiro de desafogo, como um eflúvio – é “do Amor”, cuja maiúscula cria uma ponte imaginária entre o Pranto universal do quarto verso, e o lenitivo supremo do quinto. Não é o amor santo, o sacrificial, o sensual, o abnegado ou o materno: são todos. A atmosfera circundante aos cinco primeiros versos torna esse “Amor” um símbolo cosmogônico, múltiplo, que está entre o brotar de nossas próprias células, e a força ordenadora da Via Láctea. É a força misteriosa que une todas as coisas. E a voz, que iniciara o verso com a *solenidade* grave do timbre de violoncelos, na forma “*Ei-lo do*”, buscamos agora ouvir seu som nas abundantes assonâncias do “a” que se repete, transmutando o verso como quem se expressa do grave litúrgico a um tênue sorriso: “*Ei-lo, do Amor o Cálix sacrossanto*”!

O verso seguinte traz uma primeira vírgula inquietante, que torna ambígua a expressão, não sabemos se o Peregrino bebe com felicidade, ou se feliz é o modo como a voz se refere ao Missionário que abre o soneto: “*Bebe-o, feliz, nas tuas mãos o entrego...*”. Entretanto, o ato da entrega resume o momento ritualístico, litúrgico, em que a consagração assinala nas reticências tudo o que o Peregrino poderá realizar ao beber o elixir que lhe é entregue. É o momento de pausa entre os versos, em que se pode nitidamente ouvir, ecoando de dentro de Templos, cantos gregorianos, medievos, na precisa sensação de quem os ouve de fora, sobre a relva fresca contemplando as linhas arquiteturais de onde emergem os sons.

Tudo, tudo aflora dos versos, se seguimos a ideia de Valéry do

³⁶ Constando como variante de “cálice”, a forma “cálix” é atualmente empregada em 0,5% das ocorrências. (NEVES, 2012, p. 153)

³⁷ No *Diccionario critico e etymologico* de Francisco Solano, de 1836, a palavra “cálix” apresenta a ideia de “taça, vaso de metal ou vidro, de forma cônica, com pé, para vinho ou água; vaso em que o sacerdote consagra o vinho e a água, no sacrifício da missa”. (CONSTANCIO, 1836, p. 208)

³⁸ A forma “cálix” foi a mais usada no “Sermão do Mandato em Roma, na Igreja de Santo Antonio dos Portugueses”, pelo Padre António Vieira, em 1670. (VIEIRA, 2008, p. 237)

percurso vagaroso sobre as palavras, encontrando, como diz o poeta mexicano Paz (2012), o arremesso que nos desloca em um movimento *para fora* – que nos é ambigüamente perceptível e paradoxal – dirigido ao mesmo tempo *para dentro*, do consciente para o inconsciente, submergindo na própria *intuição*, que, para o filósofo francês oitocentista Henri Bergson, antes mesmo de Freud, era um acesso filosófico ao conhecimento direto, “cujo condutor estava na manifestação do conteúdo da intuição, que deveria se dar pela linguagem, e mais ainda, pela articulação entre a tensão estabelecida no interior da linguagem e o simbolismo que lhe é característico e intrínseco”. (CAPOBIANCO, 2014, p. 112)³⁹

Os dois últimos versos do quarteto encerram a aura mística de toda a passagem:

És o filho leal, que eu não renego,
Que defendo nas dobras do meu manto.

A voz, que personifica sua individualidade em “*eu não renego*”, tem neste verso tantas vogais abertas, que a ouvimos em branda harmonia. “Não renegar” e “defender” são atos ligados, contínuos, como um movimento de reconhecimento e proteção, em que o poder é tão supremo, que o anteparo contra as borrascas de fora não está “no manto”, mas “nas dobras” dele, o que nos lança um refletor de cinema sobre uma tela em que brilha alguém abençoado, protegendo-se nas “curvas da vestimenta” de um ser imenso, de dimensão imponderável – ou uma metáfora para as “dobras do manto” como acolhimento paternal. Se a imagem nos resgata o burburinho de espadas entre cavaleiros medievais, ou o broquel de defesa dos antigos romanos, pequeno escudo que os amparava nas batalhas sangrentas, deve-se à leitura que nos extrai substratos pessoais, e não a fórmulas acabadas.

A leitura amanhã poderá ser diversa, mas essa descontinuidade é própria da profunda tensão na linguagem de Cruz e Sousa, que é *lido* quando sentidos, corpo, individualidade e conhecimento são conglomerados na consciência, que para nós perpassa o suporte na historiografia crítica.

³⁹ Dissemos, na mesma passagem, que “Henri Bergson já havia publicado, em 1889, os *Dados imediatos da consciência*, onde a intuição surgia como método filosófico, desvinculada da *práxis clínica* que seria desenvolvida mais tarde pelo precursor da Psicanálise [Sigmund Freud]”. Para um aprofundamento no tema, consultar Bergson (1989). O filósofo também defendia o misticismo como uma oposição ao excessivo racionalismo, cientificismo e positivismo da época em que viveu. (BERGSON, 1978)

A visão além, aparentemente quimérica – mas fixa às projeções que emergem dos versos – nos concretiza nossa própria desfragmentação e reunificação, na antinomia de que *mudamos sempre sendo os mesmos*. O sentido filosófico pós-contemporâneo, que mostra o “fim” do sujeito no sentido de seu constante recomeço e releitura, é também a marca interpretativa com que nos passamos os versos de Cruz e Sousa. O pesquisador Rogério de Almeida, ao discorrer sobre a história do pensamento filosófico, “dos pré-socráticos a Heidegger”, de “Platão a Lacan”, questiona o que se fez senão “ensaiar infundavelmente” uma estrutura para a “realidade humana” como uma “realidade significante”. O “fim do sujeito” é a “sempre recomeçada tentativa de se tramar, encadear, *entre-laçar*, *tecer*, *entre-tecer* e apreender um significante que, todavia, continua heterogêneo, heteróclito, *ex-cêntrico* e recalitrante à significação [...]” Rogério Miranda de Almeida nos aponta para o futuro quando considera, na última página de sua obra, que

uma significação está sempre a reenviar a outra significação, e isso a partir de uma sensação de borda em que o sujeito não cessa de se inscrever, de plasmar e remodelar o seu desejo através do simbólico do real. É esta a ambiguidade da tensão fundamental do desejo e, portanto, do sujeito, que, na sua iterativa dinâmica de satisfação e insatisfação, aponta para uma tendência mais elementar e originária ainda, qual seja, a das forças de dispersão e da reunificação, da fragmentação e da agregação, da destruição e da construção, da aniquilação e da recriação, do ódio e do amor. *Thanatos e Eros*. (ALMEIDA, 2012, p. 332)

O soneto prossegue no primeiro terceto; nono verso: “Assim ao Poeta a Natureza fala!”⁴⁰. A voz que sentimos emergir da Natureza se reflete desde a perfeição e equilíbrio do Ecossistema, até o ninho de barro em forma de forno, que, por um curioso instinto, o joão-de-barro já nasce sabendo fazê-lo. Tudo canta na voz da Natureza, mas ela é reflexo imediato da Criação Divina, ou Deus, que é, enfim, o portador do “Supremo Verbo”.

Podemos ver no “Poeta”, em maiúscula, a figura universal do *ser que cria*, o gênio das formas, das belezas, de Rafael, da Vinci e Bach, a Monet, Dalí, Cortázar ou Niemeyer. A poesia grafada em vocábulos, co-

⁴⁰ Tasso da Silveira, ao notar traços da poética de Antero de Quental em Cruz e Sousa, alardeia que este verso está repetido em um do bardo português (SILVEIRA, 1957, p. 73), e o reafirma em outra obra, citando como exemplos, em Antero, o “Voz do Outono” (Ouve tu, meu cansado coração, / O que te diz a voz da Natureza”) e “Diálogos (“Oh, lodo escuro e vil! – Porém a terra/ Respondeu: Cruz, eu sou a Natureza!”). Neste verso de Quental, Tasso da Silveira substitui “Cruz” por “Céus” (SILVEIRA, 1964, p. 121 e 124). Confrontamos, em Quental (1942). Não há, com efeito, portanto, nenhum verso de Cruz e Sousa idêntico a qualquer de Antero de Quental.

mo em um papel, é algo que não é sugerido em fragmento nenhum deste soneto de Cruz e Sousa, em cujos versos se salmodia uma cantilena em forma de oração. Poeta, então, são todos os que tocam o mundo e deixam rastros imorredouros, inefáveis. Mas a Natureza “fala”. Podemos ouvi-la como Heidegger, para redescobrir a essência de seu próprio ser:

Antes de falar, o homem deve novamente escutar, primeiro, o apelo do ser, sob o risco de, dócil a este apelo, pouco ou raramente algo lhe resta a dizer. Somente assim será devolvido à palavra o valor de sua essência e o homem será gratificado com a devolução da habitação para o residir na verdade do ser. (HEIDEGGER, 1973, p. 351)

Ou ouvir, ainda, através dos ensinamentos do filósofo indiano Jiddu Krishnamurti, que afirmava: “só em um estado de total silêncio mental ouvimos. É muito mais importante o silêncio da mente que o silêncio exterior”, e exemplificava: “o ruído da rua, das pessoas que falam lá fora, de alguém que se levanta ou entra não são importantes”. Em seu entendimento, nada disso conta quando “*a mente está* silenciosa, atenta, em ato apaixonado de ouvir. Porque, quando escutamos há um efeito de integração, de totalidade. Escutamos as palavras, o som circundante e o silêncio de nossa mente” (KRISHNAMURTI, 1969, p. 27). Até diante do medo, Jiddu Krishnamurti recomendou a audição no silêncio:

Em outras palavras, pode o pensamento cessar quando eu estou observando? Quando a mente observa, pode o pensamento ficar em silêncio? Você então me perguntará como proceder para que o pensamento fique em silêncio. Certo? Essa pergunta é equivocada. Minha intenção agora é observar e essa observação fica impedida quando existe um movimento ou tremular do pensamento, alguma ondulação do pensamento. Assim, minha atenção – ouçam isto – dedicarei a minha atenção total ao mapa [do medo] e, portanto, o pensamento não pode entrar. Quando olho para você de modo completo, nada existe do lado de fora. Compreende? Posso então olhar o mapa do medo sem uma onda de pensamento? (KRISHNAMURTI 2000, p. 141).⁴¹

⁴¹ Ainda para “ouvir”, o filósofo nos recomenda atenção, mas plena, pura, sem ruído: “Você consegue ouvir não só o que o outro está dizendo, mas também sua própria reação ao que está sendo dito, sem modificar essa reação para adaptar-se ao que está ouvindo? Então começa a ocorrer outro processo: aquele que fala está dizendo algo que você está ouvindo, enquanto você ouve também suas próprias reações àquilo que está sendo dito, e você cria um espaço tanto para o som de suas reações como para o que está sendo dito. Isto requer enorme atenção, não só porque entramos e saímos de uma espécie de transe. Quando você ouve, neste ato de ouvir operou-se um milagre. O milagre é que você está inteiramente atento ao que está sendo dito, ouvindo de fato, e ouvindo também suas próprias respostas. É um processo simultâneo. Você ouve o que está sendo dito, sua resposta ao que ouviu e todo o som produzido, significando que há espaço” (KRISHNAMURTI, 2000a, p. 84). Cruz e Sousa, mesmo sem ter lido o filósofo indiano, abre um de seus sonetos com o verso:

Assim ouvimos a Natureza, e o Poeta, enfim, deveras a ouve. O *eu lírico* do soneto pode ser Cruz e Sousa, como um deus que prediz através da voz da Natureza; pode ser – como muitos julgaram – a inspiração do Divino falando ao próprio esteta do Desterro. Em cada uma dessas feições a leitura será diferente. Na primeira, adentraremos pelo misticismo mágico que o autor de *Broquéis* impregnou em seus seguidores, tendo em Nestor Vítor um amigo em que não encontramos paralelo na história da literatura brasileira. Na segunda interpretação, o catarinense reconhece a *proteção das dobras do manto divino* sobre sua Inspiração, e os versos seguintes serão o deslumbramento *dele*, naquilo que pudermos imaginar da imensidão *dele*, não nossa.

Mas, agora, o leitor somos nós. Então, qual a imagem dos versos finais do primeiro terceto, depois que o Ignoto consagra o Poeta? Vejamos:

Enquanto ele estremece ao escutá-la,
Transfigurado de emoção, sorrindo...

Há uma acumulação que nos parece exponencial, não é uma “soma”: o ato de *estremece*, misto de susto e ventura; o *ouvido* que não perde a linguagem escondida nas pedras, nos riachos, nas árvores – na Natureza; a *emoção* que explode em demasia. Como é “sorrir transfigurado de emoção”? Como é o sorriso que, além da felicidade, transmite o excesso, a *transfiguração*? Não é a risada, a gargalhada exultante ou bem-aventurosa, mas o sorrir que o *silêncio dos símbolos*⁴² traduz em metamorfose, em júbilo não-contido, em um sol que parte do peito e ilumina as trevas dos “cegos”. A alegria, nos disse Vinícius de Moraes, é “a única indizível emoção” (MORAES, 1983, p. 127), e aqui é o momento em que podemos, na *leitura*, observar que todo o trajeto pauperrimamente descrito por nós até aqui, bem aquém da lírica do catarinense; não se dá no “depois”, se dá no *agora* da leitura. É a explosão, todavia coincidente com a cognição dos versos e o reflexo psíquico, fisiológico e espi-

“Abre os olhos à Vida e fica mudol!” (SOUSA, 2000, p. 187). Soneto “Imortal atitude”, de *Últimos sonetos*.

⁴² Entendemos por “silêncio dos símbolos” a imagem da significância que se dilui em um “mais além”, que por dizer tanto, vislumbramos como “silêncio”. Octavio Paz alude a esse distanciamento: “O poeta lançado para a frente, tenso e atento, está literalmente fora de si. E, como ele mesmo, as palavras estão além, sempre mais além, desfeitas assim que as toca. Lançado para fora de si, ele nunca poderá ser um com as palavras, um com o mundo, um consigo mesmo. *Sempre é além*”. (PAZ, 2012, p. 184)

ritual⁴³. Assim entendemos o que escreve Roland Barthes: “sobre o prazer do texto, nenhuma ‘tese’ é possível; apenas uma inspeção (uma *introspecção*) que acaba depressa [...] E, no entanto, *eu fruo o texto*” (BARTHES, 1996, p. 42. Grifos nossos). O fato de redigirmos nossa leitura aqui, em essência, é uma entre tantas direções – todas profundamente imbricadas com a competência receptiva do leitor. Ele, para Octavio Paz (2012), não é o que “lê”. É o que *recria*.

No primeiro terceto, a emoção que transborda é simultânea à voz da Natureza, pois ele estremece “ao escutá-la”. Detalhes que parecem hábitos de retórica, ou mesmo um encaminhamento para o soneto que encerra com “chave de ouro”, aqui mudam de figura. O Poeta, depois de todo o cerimonial em que a Natureza o torna *Mensageiro*, não sorri para sua benfeitora. Sorri em direção a tudo o que, a rigor, não estaria na *própria* Natureza terrestre:

Sorrindo a céus que vão se desvendando,
A mundos que se vão multiplicando,
A portas de ouro que se vão abrindo!

Que céus são esses? Serão os *céus dos céus dos céus*, em que repousa Deus na magnificência teológica bíblica?⁴⁴ Ou os sete céus em que o *Alcorão* se aproxima de uma “tardia tradição judaica, que talvez remonte às sete divindades planetárias dos babilônios”? (GNILKA, 2006, p. 101). São céus históricos, místicos, medievais, primevos; ou os céus das tardes catarinenses de “longes emocionantes”?⁴⁵ São questões dos *céus* de Cruz e Sousa, submersos na história. Encontramo-nos em uma época de descrédito da reconstrução do passado, que parece assumida como utopia. Gadamer (2008) afirma que a perfeita reconstrução é fada-

⁴³ O que evita que cometamos o paradoxo de afirmar a impossibilidade de uma leitura unívoca ou sem “fechamento de sentido no indizível” e encerrar o artigo “definindo uma visão” é, precisamente, o caráter movente, contingencial, de ocasião e pessoal, que buscamos conferir à nossa leitura. Ela não se encerra em si e tampouco é idêntica a que fariamos em outro momento. Se houver um único axioma válido para o poeta, será este: “A grandeza da poética de Cruz e Sousa é diretamente proporcional ao aperfeiçoamento de seu leitor-receptor”. E isto é mutável. Embora também caiba a muitos outros artistas, escritores e poetas, sobretudo no século XX, Cruz e Sousa foi – no Brasil – precursor deste modelo de escrita *moderna*, e sua sintaxe relativamente simples, sem o abuso dos *enjambements* que às vezes prejudicam a inteligibilidade em alguns autores, dá-lhe supremacia na base de um alicerce poético brasileiro que é imprescindível estudar.

⁴⁴ Em Deuteronômio 10:14: “Eis que os céus e os céus dos céus são do Senhor teu Deus, a terra e tudo o que nela há”. (Bíblia Sagrada, 1993, p. 136)

⁴⁵ A expressão é de um verso de Cruz e Sousa, em “Vesperal”, de *Broquéis*. (SOUSA, 2000, p. 81)

da ao fracasso, pois jamais voltaremos a “ver” como se via outrora; Benjamin mostra os entraves de ver o passado porque sempre os “monumentos de cultura” também o são de *barbárie*, pois quem *conta* a história são sempre os vencedores (BENJAMIN, 1987, p. 225. Grifos nossos), embora Nietzsche, quando se refira à história como “obra de arte”, diga: “crer que para mim um desses momentos altos do passado continua vivo e luminoso, é o fundamento na crença da humanidade [...]”. (NIETZSCHE, 1980, p. 118)

Os céus que vão se desvendando diante do sorriso do Poeta – em sua acepção mais dilatada – nos aparecem como o regalo exultante de quem vê, como na escadaria do “pego sobre pego”, ou na ascensão de Jacob, o acesso aos tesouros que movem o Universo, sob os segredos da Criação. Esses céus não se mostram, *vão se desvendando*. É o segredo que inunda o ser, e o verso nos pode marcar com esse sinete soberano, basta olharmos no silêncio para nosso céu interior – reflexo único do Todo, ou do Uno.

Mas não somente, o sorriso do Poeta se estende ao plano onírico dos “mundos que se vão multiplicando”, no penúltimo verso. Ouvindo o último terceto de acordes sinfônicos brahmsianos, que não cessam, que se abrem como uma caixa japonesa infinita – dentro da qual sempre há outra –, esses “mundos” são contínuos, sua pulsão proliferativa não termina. Cruz e Sousa não terá sugerido que nossa leitura, agora, – que poderia jamais se extinguir – são “mundos que se vão multiplicando” diante de nós? Sabedoria, retidão, virtude, bom ânimo, moral elevada; os mundos da nossa leitura são nossos, mas o que há neles cada leitor retirará de si o quanto puder. Lembremos que é a Natureza que assume a voz de Deus e abençoa o Peregrino, protegendo sua inspiração e dando-lhe o elixir do Amor. Esses céus, então, são os *nossos* maiores. Para nós, passa pelo céu de Van Gogh em *Noite Estrelada* (1889), pelos céus do “Alumbramento” de Manuel Bandeira

Eu vi os céus! Eu vi os céus!
Oh, essa angélica brancura
Sem tristes pejos e sem véus!
Nem uma nuvem de amargura
Vem a alma desassossegar.
E sinto-a bela... e sinto-a pura... [...].

(BANDEIRA, 1984, p. 55)

mas passa pelos céus que dormitam em nosso interior, e se revelam no momento certo. Octavio Paz (2012) vê o *leitor* como um mergulhador do

“inominável”, que, para nós, é onde estão *os céus desse receptor*.

E o soneto encerra, depois de céus que não vemos o que há neles, e mundos que nos guardam joias lapidares que não tocamos. Fecha Cruz e Sousa, que continua sorrindo – ou somos nós – “a portas de ouro que se vão abrindo!” No momento em que todo o terceto representa uma comoção de frescor *a céus*, mundos e portas, em vez de *para*, a impressão que permanece é a de rejubilar-se diante de maravilhas, *a elas*, e não *para* que elas deem seus louros ou epifanias. O artista está completo, une-se ao Universal por convite, não forceja suas portas (cristãs?)⁴⁶. E são de ouro. O que há se revelando através de duas, três, tantas portas de ouro? A emoção autêntica do Poeta deixa-nos claro que ele sabe o que o comove nesse movimento. Nós, se deixarmos a mente no silêncio que Jiddu Krishnamurti nos recomenda, nossos alforjes, túnicas e mãos peregrinas ficarão cheios do ouro metafórico que há atrás dessas portas, como os Mensageiros, que se inundam de vida. E “vida em abundância”⁴⁷.

E, ainda, o ritmo triunfal do último terceto, que tem a discursividade sonora dos mártires, na verdade, apresenta uma alternância rítmica: o antepenúltimo e último versos são sáficos – com apoio da 4^a e 8^a e 10^a sílabas, e *somente o penúltimo é heroico*, com acento na 6^a e 10^a sílabas. A dicção grandiloquente não está na “frequência” em que os versos heroicos aparecem. Está nos elementos que permeiam a leitura, mas deixamos uma questão final em aberto: será “por acaso” que os dois tercetos finais têm a mesma sequência de acentuação poética? Os versos do *penúltimo* terceto: sáfico/heroico/sáfico. O *último* terceto: sáfico/heroico/sáfico. O Poeta – com a maiúscula que traz para si todo o Artista que extrai “poesia” no contato com a alteridade: seja no palatável ou no aromal,

⁴⁶ Um dos argumentos nossos para que a leitura de Cruz e Sousa deva ser individualizada ao máximo, no limite do potencial receptivo e das balizas textuais, está no dissenso entre os maiores especialistas, que leem o Cruz e Sousa *deles*. Andrade Muricy, vendo um “fundo cristão” no simbolista catarinense, afirma que, no poeta, a “tendência progressiva para o cristianismo é assinalada por Nestor Vitor” (MURICY, 1987, p. 43), como Afrânio Coutinho, para quem o catarinense “marchava sensivelmente para o cristianismo, por ação própria de consciência, como atestou Nestor Vitor [...]” (COUTINHO, 1959, p. 137). De fato, Nestor Vitor via em *Últimos sonetos* uma “feição nitidamente cristã” (VÍTOR, 1979, p. 143). Em contrapartida, Alfredo Bosi dirá que “do Cristianismo Cruz e Sousa incorpora o Amor como alfa e ômega da conduta humana. Mas não é à união com a Pessoa divina que conduz o seu roteiro espiritual. O termo da viagem ele o entrevê na liberação dos sentidos, ‘cárcere das almas’, e, portanto, de toda dor: *algo semelhante ao Nirvana búdico* [...]” (BOSI, 2013, p. 294. Grifos nossos).

⁴⁷ João 10:10 (Bíblia Sagrada, 1993, p. 87).

no ouvinte, leitor, espectador ou observador – ascende às portas de ouro, como escreveu Cruz e Sousa, mas seu voo final é uma cadência simétrica e ritmicamente perfeita.

É nossa leitura, hoje⁴⁸.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Bíblia Sagrada. Antigo e Novo Testamento. Trad. de João Ferreira de Almeida. 2. ed. ver. atual. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

ALMEIDA, Rogério Miranda de. *A fragmentação da cultura e o fim do sujeito*. São Paulo: Loyola, 2012.

BANDEIRA, Manuel. *Os melhores poemas de Manuel Bandeira*. São Paulo: Global, 1984.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas. Trad.: Sérgio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERGSON, Henri. *As duas fontes da moral e da religião*. Trad.: Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *As duas fontes da moral e da religião*. Seleção de textos e tradução de Franklin Leopoldo e Silva. São Paulo: Nova Cultural. Coleção "Os Pensadores", 1989.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix. 49. ed., 2013.

CAPOBIANCO, Juan Marcello. *As múltiplas dimensões de Cruz e Sousa: uma leitura crítico-biográfica interdisciplinar e fragmentada*. 2014. 187 p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Literatura) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

⁴⁸ Gilberto Mendonça Teles nos abona, pois, ao exaltar a modernidade de Cruz e Sousa, explica que no poeta desterrense se manifesta a "literatura de vanguarda, onde o leitor passa *da condição de receptor passivo à de coautor da obra*, com um leque de recursos para sua leitura e fruição" (TELES, 1994, p. 27. Grifos nossos).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CARDOSO, Delmar. *A alma como centro do filosofar de Platão: uma leitura concêntrica do Fedro à luz da interpretação de Franco Trabattoni*. São Paulo: Loyola, 2006.

CHOCIAY, Rogério. *Os metros do Boca: teoria do verso em Gregório de Matos*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1993.

CONSTANCIO, Francisco Solano. *Novo diccionario critico e etymologico da lingua portugueza*. Precedido de huma introdução grammatical. Editora da officina typographica de Casimir, editor Angelo Francisco Carneiro, 1836.

COUTINHO, Afrânio. *Simbolismo, Impressionismo, Modernismo*. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1959.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GIBRAN, Gibran, Khalil. *O profeta*. Trad.: Mansour Challita. Rio de Janeiro: Associação Cultural Internacional Gibran, 1980.

GNILKA, Joachim. *Bíblia e Alcorão: o que os une, o que os separa*. São Paulo: Loyola, 2006.

HEIDEGGER, Martin. *Sobre o humanismo*. Tradução e notas de Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

KRISHNAMURTI, Jiddu. *Aproximación a Krishnamurti: conferencias pronunciadas en la ciudad de Buenos Aires, junio, julio, agosto de 1968*. Buenos Aires: Kier, 1969.

_____. *Sobre o medo*. São Paulo: Cultrix, 2000.

_____. *Nossa luz interior: o verdadeiro significado da meditação*. São Paulo: Ágora, 2000a.

MENDOZA, Adalberto García de Mendoza. *Juan Sebastian Bach*. Buenos Aires: Palibrio, 2012.

MORAES, Eduardo Jardim de; BIGNOTTO, Newton. *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

MORAES, Vinícius. *Poesia*. Rio de Janeiro: Agir, 1983.

MURICY, José Cândido de Andrade. *Panorama do movimento simbolista brasileiro*. 3. ed. Brasília: INL, vols. I e II, 1987.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

NEVES, Maria Helena de Moura. *Guia de uso do português: confrontando regras e usos*. 2. ed. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2012.

NIETZSCHE, Friedrich. Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida. In: _____. *Considerações extemporâneas*, Lisboa: Presença, São Paulo: Martins Fontes, 1980.

PAULI, Evaldo. *Cruz e Sousa, poeta e pensador*. São Paulo: Editora do Escritor, 1973.

PAZ, Octavio. *O arco e a lira*. 1. reimp. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

PESSOA, Fernando. *O guardador de rebanhos e outros poemas*. Seleção de Massaud Moisés. São Paulo: Cultrix, 1997.

QUENTAL, Antero de. *Sonetos completos e poemas escolhidos*. Organização de Manuel Bandeira. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1942.

RABELLO, Ivone Daré. *Um canto à margem: uma leitura da poética de Cruz e Sousa*. São Paulo: Nankin/Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Paulo Roberto Candido dos. *Pe. José Mauricio Nunes Garcia e um panorama de seu tempo*. Editora Clube de Autores, 2015.

SOUSA, João da Cruz e. *Obra completa*. Organização, Introdução, notas, cronologia e bibliografia por Andrade Muricy). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

SILVEIRA, Tasso da. *Cruz e Sousa*. Rio de Janeiro: Agir, 1957. (Nossos clássicos, vol. 4).

_____. *Literatura comparada*. Rio de Janeiro: GRD, 1964.

TELES, Gilberto Mendonça. Do polichinelo ao arlequim ou de Cruz e Sousa a Mário de Andrade. In: SOARES, Iaponan. (Org.) *Cruz e Sousa: no centenário de Broquéis e Missal*, 1994, p. 19-64. Santa Catarina: FCC, 1994.

VIEIRA, Antonio. *Sermões*, vol. 1. São Paulo: Loyola, 2008.

VÍTOR, Nestor. A infantilidade de um príncipe (*O Globo*, 11 de abril de 1927). In: COUTINHO, Afrânio. *Cruz e Sousa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1979. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br>>. Acesso em: 15-06-2017.

MARCAS SÊMIO-LEXICAIS EM TOPÔNIMOS AMAZÔNICOS

Rozangela de Melo Martins (UFAC)

melo.rozangela@yahoo.com.br

Alexandre Melo de Sousa (UFAC)

alexlinguista@gmail.com

RESUMO

Quando os primeiros europeus adentraram os rios, na região que hoje chamamos Amazônia, em busca de especiarias, metais preciosos e conquistas territoriais, uma das primeiras medidas tomadas por esses viajantes foi a nomeação dos lugares como demonstração de posse das terras pelas quais se achavam donos, ignorando os povos que aqui já estavam. O batismo de um lugar está longe de ser um ato inocente e sem intenções. Nele são expressos vestígios culturais e ideológicos do seu denominador. Portanto, o presente artigo se propõe a tentar discutir o início da “invenção” da Amazônia por meio do nome de seus lugares, chamados de topônimos, estes foram resultados de nomeações realizadas pelos primeiros viajantes colonizadores. Neste caso, consideramos o ato de nomear, como sendo os primeiros passos para essa “invenção”. No primeiro momento buscaremos discutir alguns pressupostos teóricos da toponímia, em seguida, trataremos a relação da toponímia com o ato de poder e posse territorial, para assim apresentarmos uma breve discussão sobre as primeiras superposições toponímicas de alguns rios, resultado do imaginário de espanhóis e portugueses. Para realizar essas discussões, utilizaremos como base teórica os trabalhos de Maria Vicentina Paula do Amaral Dick (1986, 1990, 1992 e 2012), Armando Levy Cardoso (1961), Karylleila dos Santos Andrade (2012, 2010), Patrícia de Jesus Carvalhinhos (2002-2003) no campo da toponímia, Paul Claval (2007), Renato Emerson dos Santos (2010), Durval Muniz Albuquerque Jr. (2012) na relação da toponímia e poder e Auxiliomar Silva Ugarte (2009), Leandro Tocantins (1973), Neide Gondim (1994) nas narrativas sobre a Amazônia, dentre outros autores.

Palavras-chave: Topônimos. Léxico. Motivação. Cultura.

1. Introdução

A toponímia, uma divisão da onomástica (ciência dos nomes próprios), tem como objetivo central estudar a origem e o significado dos nomes de lugares. Seu objeto de estudo é o topônimo, nome próprio do lugar.

Ao estudar o topônimo, o pesquisador perpassa as fronteiras linguísticas. Assim, levando em conta fatores sociais e históricos, é possível adentrar na memória cultural de um povo para tentar descobrir a motivação do denominador ao nomear um lugar. À medida que os espaços recebem seus nomes, materializam simbolicamente características culturais e

ideológicas.

A região que hoje chamamos de Amazônia passou a ser “inventada” a partir do século XVI, quando os primeiros europeus adentraram seus rios em busca de especiarias, metais preciosos e conquistas territoriais. Uma das primeiras medidas tomadas por esses viajantes foi a nomeação dos lugares como demonstração de posse das terras pelas quais se achavam donos, ignorando os povos que lá já estavam.

Os rios da Amazônia foram os primeiros alvos de nomeações, pois os mesmos, tornaram-se o “caminho-cenário, o fio condutor das tramas narrativas elaboradas pelos cronistas” (UGARTE, 2009, p. 69), e mais tarde, pelas expedições científicas oficiais que procuravam a todo custo descrever, catalogar e nomear, as plantas, os animais, os elementos geomorfológicos, e até os povos que ali viviam.

Desde então, a Amazônia foi sendo construída a partir de discursos que alimentaram o imaginário das pessoas, “resultados de um conjunto de eventos históricos” (ALBUQUERQUE JR., 2012, p. 25). Podemos considerar os topônimos que surgiram dessa nomeação, como sendo uma marca da colonização, que com o passar do tempo se cristalizaram e passaram a fazer parte de nossa vida.

Ao fazer uma pesquisa sobre os nomes de alguns lugares existentes na região amazônica, fica evidente a presença de topônimos atribuídos pelos colonizadores. Uma das principais características dessa nomeação é o transplante de nomes, ou seja, o denominador se referencia em atributos pertencentes ao seu lugar de origem para denominar os espaços colonizados. Isso implica na perda dos nomes de origem indígena, que representavam suas particularidades.

Desse modo, o denominador vai se referenciar naquilo que existe ao seu entorno, buscando itens pertencentes à sua cultura e visão de mundo, sempre com uma intenção carregada de valores no ato da nomeação.

Como lembra Alexandre de Melo Sousa (2007), “o estudo dos topônimos evidencia a inter-relação homem-ambiente-língua-cultura, como defendeu Edward Sapir (1969, p. 44). Para ele, a língua de um povo reflete o ambiente, já que dele recebe influência”. (SOUSA, 2007, p. 117)

Portanto, o presente artigo se propõe a tentar discutir o início da “invenção da Amazônia” por meio do nome de seus lugares, chamados de topônimos, estes foram resultados de nomeações realizadas pelos pri-

meiros viajantes colonizadores.

No primeiro momento buscaremos discutir alguns pressupostos teóricos da toponímia, em seguida, trataremos a relação da toponímia com o ato de poder e posse territorial, para assim apresentarmos uma breve discussão sobre as primeiras superposições toponímicas de alguns rios, resultado do imaginário de espanhóis e portugueses.

Maria Vicentina Paula do Amaral Dick (1987) informa que nomear um lugar, seja ele um espaço geográfico físico ou humano, sempre foi uma atividade prática do homem desde os primeiros tempos da história.

Apesar da nomeação de lugares ser uma prática rotineira do homem, segundo Maria Vicentina Paula do Amaral Dick (1987) a toponímia apareceu de forma sistematizada pela primeira vez somente em 1878, na França, quando o filólogo Auguste Longnon introduziu os seus estudos, em caráter regular, na *École Pratique des Hautes-Études e no Colège de France*. Porém seus estudos só foram divulgados após sua morte, em 1912. Sua obra serviu como referência para outros estudiosos no século XX. Um deles foi Albert Dauzat, quem enfatizou os estudos da toponímia na França, utilizando como base na sua investigação o método das áreas e da geografia linguística. Da pesquisa de Albert Dauzat originou-se a obra *Les Noms de Lieux Origine et Evolution*, a qual impulsionou o conhecimento de um sistema de normas ainda hoje seguido pelos pesquisadores dessa área.

O estudo da toponímia no Brasil, teve como precursor no início do século XIX, Theodoro Sampaio, com *O Tupi na Geografia Nacional* (1901). Seis décadas após esse primeiro estudo, surge Armando Levy Cardoso, autor do estudo da obra *Toponímia Brasileira* (1961), que se dedicou a estudar a etimologia de alguns topônimos brasileiros da Amazônia principalmente, os de origem caribe e aruaque. (DICK, 1987)

Desse momento em diante, surgiram diversos trabalhos da toponímia brasileira, Carlos Drummond, com a *Contribuição do Bororo à Toponímia Brasileira* (1965) e mais recentemente, quem vem se destacando, devido ao grande número de estudos, de orientações e de vários trabalhos sobre a toponímia no Brasil, é a professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, da Universidade de São Paulo.

A toponímia é considerada multidisciplinar por ter o seu saber vinculado a outras áreas de conhecimento como a história, geografia, psicologia, sociologia, antropologia, cartografia e a linguística. Conforme

Karylleila dos Santos Andrade (2010), a toponímia “deve ser pensada como um complexo linguístico-cultural: fato do sistema de línguas humanas”. (ANDRADE, 2010, p. 105)

Nesse sentido, a toponímia ultrapassa o campo linguístico e articula a linguagem com a história, a cultura e a identidade, através de sua análise é possível verificar o simbolismo de uma determinada região.

No Brasil os topônimos receberam influências de nomes de origem portuguesa, indígena e africana, além dos nomes que foram trazidos por outros europeus. Maria Vicentina Paula do Amaral Dick (1990) afirma que, as origens históricas da toponímia brasileira se configuram na formação etno-histórica do país. Assim sendo, fica evidente as marcas diferenciadas na língua, nos usos, costumes e na toponímia do Brasil.

Estudar o léxico de uma língua pode contribuir para a reconstituição da maneira de viver de um povo, evidenciando sua cultura e sua história, pois ao nomear as coisas que o cercam, o homem expressa sua visão de mundo, seja pelas características físicas do local ou por aspectos antropológicos.

Dessa forma, fica evidente que o signo toponímico é motivado, o que o difere do signo linguístico considerado arbitrário, pelo fato de existir relação natural entre significante e significado. “O que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo”. (DICK, 1990, p. 38)

Os topônimos representam a relação entre o homem e o espaço geográfico, expressando um vínculo cultural, que se estabelece através da motivação de uma denominação.

Nesse sentido, investigar o nome de uma determinada região é reconstituir parte da sua história social, pois ao buscar os significados na etimologia da palavra e na motivação, é possível fazer um resgate dos aspectos ideológicos do nomeador. Alguns estudos da toponímia referem-se ao topônimo como um verdadeiro “fóssil linguístico”.

Maria Vicentina Paula do Amaral Dick (1987), afirma que o topônimo toma a função cristalizadora por possuir o “papel de uma verdadeira crônica, em que os fatos atuais se projetam no futuro através da inscrição onomástica, possibilitando sua análise posterior”. (DICK, 1987, p. 28)

É exatamente o que conclui Alexandre de Melo Sousa (2007) ao afirmar:

Os topônimos, conseqüentemente, constituem uma fonte de grande importância para o acervo científico e patrimonial de qualquer país, pois por meio deles, como explicar Salazar-Quijadas (1985, p. 29): “a nação obtém uma personalidade geográfica própria e se particulariza com relação aos demais territórios do mundo”. Assim como a Arqueologia, os topônimos tornam-se, muitas vezes, a única evidência, em determinada área geográfica, da permanência de grupos que são parecidos como fonte de identificação e diferenciação das coisas e dos fenômenos. (SALAZAR-QUIJADA, 1985, p. 30, *apud* SOUSA)

Para melhor facilitar os estudos toponímicos, Maria Vicentina Paula do Amaral Dick (1987) utilizou como base os fatores que motivam uma denominação e desenvolveu um modelo de classificação taxionômica, distribuídas em duas áreas: taxonomia de natureza-física e taxonomia de natureza antropológica-cultural. Ao todo são vinte e sete taxes, onze de natureza física e dezesseis de natureza antropológica-cultural.

2. Toponímia e poder

Ao visualizarmos os mapas cartográficos, tomamos os recortes geográficos e suas denominações de forma naturalizada, como se estes não tivessem passado por um longo processo histórico, assim, esquecemos de questionarmos as questões geopolíticas que configuraram tais regionalizações. Como diz Walter D. Mignolo (2007), a Terra não foi dividida por um ser divino. “Os recortes geográficos, as regiões, são fatos humanos, são pedaços de história, magma de enfrentamentos que se cristalizaram, são ilusórios ancoradouros da lava da luta social”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 79)

O ato de nomear um lugar é uma forma de apropriar-se do espaço, não só para fins de orientação e localização, mas também como forma de tomada de posse dos novos territórios:

Todos os lugares habitados e em grande número característicos na superfície da Terra têm nomes – frequentemente há muito tempo. A toponímia é uma herança preciosa das culturas passadas. Batizar as costas à as baías das regiões litorâneas foi a primeira tarefa dos descobridores. Um verdadeiro tapete de nomes recobre a terra que se torna assim objeto de discurso. O Batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns aos outros se referenciar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço. (CLAVAL, 2007, p. 191)

Paul Claval (2007), ressalta que o colonizador necessita por meio

da memória reafirmar seu poder sobre um território, para isso utiliza o batismo do lugar, assim deixa sua marca estampada para as gerações seguintes. Ao refletir sobre esse pensamento de Paul Claval, é possível afirmar que a terra é apropriada pelo poder no momento de sua nomeação.

Renato Emerson dos Santos (2010) também relaciona a nomeação com o ato de poder, refere-se ao ato de nomear como sendo o primeiro ato de poder sobre o mundo, portanto a toponímia retrata a “apropriação dos lugares reconhecida por quem legitima e reproduz os nomes que são expressão desta apropriação”. O autor nos provoca levantando que

Aprender a toponímia é aprender sobre a história do território, é algo que informa sobre a construção do território e, portanto, é elemento constitutivo das narrativas que elaboram nossos sentimentos de pertencimento em relação a ele. É neste sentido que atentamos aqui para toponímias indígenas e negras como marcas históricas apagadas da construção e formação do nosso território, fruto de narrativas de território “branqueadas”. (SANTOS, 2010, p. 156)

O europeu, ao chegar no território brasileiro, já encontrou uma nomenclatura indígena incorporada nos nomes dos lugares. Embora esses lugares já apresentassem nome na língua dos povos colonizados, o fato não impediu que os colonizadores os renomeassem, imprimindo suas experiências de vida, seus valores, suas emoções e suas crenças.

Nesse sentido, “nomear lugares é impregná-los de cultura e poder” (CLAVAL, 2007, p. 202), verificamos assim, que é inaugurado uma nova “realidade” através desse ato simbólico, resultando no silenciamento da cultura dos grupos étnicos, aqui presentes nos primórdios da colonização. Carlos Walter Porto-Gonçalves e Pedro de Araújo Quental, complementa se referenciando em Rogério Haesbaert (2010) e Pierre Bourdieu (1989):

Atribuir nome a uma região geográfica é também um ato de poder, uma maneira de efetivar controle e domínio sobre um espaço (Haesbaert, 2010). O ato de enunciar e nomear uma região favorece seu reconhecimento e seu vir a existir, dito a partir de uma posição de autoridade, impõe uma nova visão e divisão do mundo social, consagra um novo limite. Todo limite e recorte geográfico de uma região é marcado por disputas pelo monopólio de sua legítima definição, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer uma nova visão e representação do mundo (Bourdieu, 1989). (PORTO-GONÇALVES & QUENTAL, 2012, p. 2)

Segundo Durval Muniz Albuquerque Jr. (2012), o apossamento marca a relação do homem com a terra, dessa forma ao se apossar ou dominar um território, o homem outorga a ele um sentido, um significado

cultural através de símbolos e da linguagem. O autor comenta:

[...] como diz Michel de Certeau, intelectual francês do século passado, nomear é uma das primeiras formas que o homem desenvolveu de demarcar e tomar posse de um território, de dominá-lo, de colonizá-lo. Nomear é dar sentido, é também demarcar diferenças em relação aos territórios vizinhos, é estabelecer fronteiras. Ao chegar às costas brasileiras, uma das primeiras preocupações dos portugueses foi dar um nome para a terra recém-encontrada. Embora o nome cristão e católico que escolheram, Terra de Santa Cruz, não tenha conseguido se sobrepor ao nome vulgar, o de terra do Brasil, do pau-brasil, madeira que foi a base da primeira atividade econômica de exploração colonial deste território, a colonização, a dominação, a posse portuguesa se inicia por este ato de nomeação. (ALBUQUERQUE JR., 2012, p. 8-9)

O autor defende ainda que, tratar da história da relação do homem com a terra, seus territórios, é fazer a história de apropriação do homem sobre a natureza, assim, é tratar da história de relações como as de posse e propriedade, é tratar das relações de poder, domínio, de mando, de soberania.

3. Os primeiros denominadores estrangeiros

Antes de discutir algumas narrativas que fizeram com que a Amazônia servisse de alimento para a imaginação coletiva, desde os primeiros viajantes que percorreram seus rios, se faz necessário entendermos que o termo *Amazônia* não aparece nas primeiras narrativas dos viajantes. Esse termo vai surgir somente no século XIX. Segundo Magali Franco Bueno (2002), o termo apareceu pela primeira vez em 1899, no livro *O País das Amazonas*, do autor Barão de Santa Anna Neri.

Foi partir do século XVI que os europeus iniciaram uma fase de exploração e conquistas de novas terras além dos mares. A busca por riquezas e pelo paraíso, atraíram inúmeros aventureiros ao “Novo Mundo”, nesse período a região que hoje conhecemos como Amazônia, começou a preencher o imaginário europeu, pois nela procuravam a fonte da juventude, o País da Canela, o El Dorado e o reino das guerreiras amazonas. Leandro Tocantins (1973) relata que existia uma forte tendência nos escritores do século XVI de recriar nas terras do “Novo Mundo” as histórias difundidas pela literatura Grega.

Os primeiros olhares estrangeiros lançados sobre a Amazônia, partiram de dois europeus, Vicente Yáñez Pinzón e Diego de Lepe, acompanhados de suas pequenas frotas.

Assim, as duas primeiras expedições inauguraram “a percepção europeia sobre o mundo amazônico, em duas vertentes: “a) O encanto pelo imediatamente visível e positivo – as águas doces e a fertilidade da terra; b) A expectativa, igualmente positiva, da existência de diversas riquezas”. (UGARTE, 2009, p. 70)

Auxiliomar Silva Ugarte (2009), informa que Vicente Yáñez Pinzón, agiu como se fosse um “Adão geográfico”, nomeando a foz do grande rio de: Santa Maria de la Mar Dulce. Ao nomear o rio, que depois virá a se chamar Amazonas, Vicente Yáñez Pinzón fez uma comparação entre as águas doces do rio e a doçura da Virgem Maria.

Segundo Leandro Tocantins (1973) na volta para a Europa, seguindo a costa em 5 de abril de 1500, a frota avistou um cabo que Vicente Yáñez Pinzón batizou de São Vicente. Poucos meses depois da partida de Vicente Yáñez Pinzón, Diego de Lepe desembarcou na região, seguindo quase o mesmo percurso de seu antecessor. Ao observar o fenômeno da água doce que avança no mar, os tripulantes da expedição de Diego de Lepe, denominaram o rio (atual Amazonas) de Marañón.

4. O rio das amazonas e outros

Auxiliomar Silva Ugarte (2009) nos mostra que o feito de percorrer quase toda extensão do rio Santa Maria de la Mar Dulce ou Marañón, foi realizado pela expedição comandada por Francisco Orellana. Saíram do Peru por ordem do governador espanhol Francisco Pizarro Gonçalves, em busca do El Dorado e de canela. Nesta viagem, o frei Gaspar de Carvajal registrava por escrito os principais acontecimentos, perigos e frequentes incômodos sofridos no percurso.

Ao longo de toda a viagem, os aventureiros viajantes comparavam a fauna e flora encontrada com nomes do imaginário europeu, “denominaram certas aves como sendo perdizes, pavões; os felinos foram chamados de leões; o arroz aquático foi nomeado aveia” (UGARTE, 2009, p. 42). Dessa maneira, os viajantes que percorreram essas terras, interpretando-as por meio de seus valores culturais e juízos, tentavam assim, construir uma representação de um mundo exterior ao seu.

Durante sua viagem ao rio Marañón, Francisco Orellana e seus expedicionários entraram em contato com várias sociedades indígenas, nem todos os contatos foram amigáveis, pois os membros da expedição recorriam a saques nas aldeias em busca de alimentos. Na primeira aldeia

que pararam, Francisco Orellana foi advertido por um índio para tomar cuidado com as grandes senhoras, pois as mesmas os matariam se invadissem suas terras. Segundo Auxiliomar Silva Ugarte:

Foi num dos contatos belicosos que os expedicionários tiveram a impressão de lutarem com as lendárias *amazonas*. A presença de algumas mulheres na batalha impressionou-os tanto que batizaram, pela segunda vez, o rio Marañón, que já havia sido nomeado rio Orellana, mudando dessa vez, para *rio das Amazonas*. (UGARTE, 2009, p. 41)

A lenda das Amazonas, segundo Leandro Tocantins, migrou do imaginário europeu para as terras da América, “[...] as mulheres guerreiras, cuja presença Colombo teve notícias na Antilha [...]”. (TOCANTINS, 1973, p. 31)

O autor prossegue dizendo que Francisco Orellana já trazia em seu espírito a sensibilidade para o maravilhoso, por isso, os relatos de Colombo devem ter influenciado no desenvolvimento deste mito.

As narrativas de Pierre Grimal (1989) contam que as amazonas eram um povo de mulheres descendentes do Deus da Guerra, Ares e da ninfa Harmoniosa. Elas eram as governadoras de si mesmo e comandadas por uma rainha, as mesmas, não aceitavam a presença de homens no seu dia adia, a não ser quando sentiam a necessidade de procriar, para garantir a perpetuação da raça.

Dessa forma, Francisco Orellana já possuía um conhecimento sobre as amazonas, transplantando a lenda grega para a planície, onde hoje conhecemos como Amazônia, dessa forma o que se faz é transferir imagens do imaginário europeu para o “Novo Mundo”. Francisco Orellana descreve as mulheres guerreiras:

Estas mulheres são mui alvas e altas, com o cabelo muito comprido, entrançado e enrolado na cabeça. São muito membrudas e andam nuas em pelo, tapadas as suas vergonhas, com seus arcos e flechas nas mãos, fazendo tanta guerra como dez índios. E em verdade houve uma destas mulheres que meteu um palmo de flecha por um dos bergantins, e as outras um pouco menos de modo que os nossos bergantins pareciam porco-espinho. (CARVAJAL, 1941, p. 60-61)

Leandro Tocantins (1973), referindo-se aos relatos de Francisco Orellana, afirma que não se admira que o aventureiro e seus companheiros se aproveitaram de fatos corriqueiros para ilustrar a sua fantasia, já que a mente desses homens estava cheia de histórias das guerreiras combatentes. Assim, a lenda das amazonas foi sendo repetida por vários autores.

No século XVIII, Charles-Marie de La Condamine inaugurou as primeiras expedições científicas ao vale amazônico. Apesar de sua viagem possuir fins estritamente científicos, o viajante cientista faz menções aos relatos das mulheres amazonas, mesmo não acreditando, procurou investigar perguntando sobre o assunto para as pessoas por onde passava, “um índio de São Joaquim d’Omáguas nos dissera que acharíamos talvez ainda em Coari um velho cujos pais avistaram as Amazonas” [...]. (LA CONDAMINE, 1944, p. 78)

Para Auxiliomar Silva Ugarte, “Orellana talvez não imaginasse quanto a história de sua expedição iria repercutir em diversos meios sociais, quer na Europa quer na América, quer no século XVI quer nos seguintes”. (UGARTE, 2009, p. 43)

Nos relatos de viagem de Gaspar Carvajal consta que o grande rio, que antes se chamava rio Francisco Orellana, depois do fantasioso encontro com as mulheres guerreiras, foi novamente batizado, e passou a ser chamado de Rio das Amazonas.

Notamos então, que o rio que hoje chamamos de Amazonas, foi resultado de várias superposições toponímicas. Auxiliomar Silva Ugarte nos relembra as várias denominações que esse rio recebeu, “[...] o *Paraná Guaçu* (Rio Grande) dos indígenas de fala tupi, que os espanhóis batizaram em diferentes momentos, com as denominações de *Santa Maria de la Mar Dulce*, *Marañón*, *rio de Orellana* e, finalmente, *rio das Amazonas*” (UGARTE, 2009, p. 169). Armando Levy Cardoso (1961) afirma também que, em uma época anterior, foi o Gueni dos aruacos.

Devemos frisar que Francisco Orellana, também foi o responsável pela nomeação do Rio Negro, afluente da margem direita do rio Amazonas. A nomeação do Rio Negro nas palavras de Gaspar Carvajal:

Nesse mesmo dia, saindo d’ali, prosseguindo a nossa viagem, vimos uma boca de outro grande rio, à mão esquerda, que entrava no que navegávamos, e de água negra como tinta, e por isso lhe pusemos o nome de *Rio Negro*. Corria ele tanto e com tal ferocidade que em mais de vinte léguas fazia uma faixa na outra água, sem misturar-se com a mesma. (CARVAJAL, 1941, p. 50)

Armando Levy Cardoso esclarece que, “a atual denominação, imposta por Francisco Orellana, encerra o mesmo motivo fundamental (coloração das águas) que teria impressionado o indígena ao dar-lhe os topônimos primitivos de Curiguacuru, Curumã e Tuna”. (CARDOSO, 1961, p. 143)

Em seus relatos Gaspar Carvajal, identifica mais um rio, os via-

jantes comparam a existência de três de ilhas na foz do rio com um elemento simbólico do cristianismo: “não tínhamos andado obra de duas léguas, quando vimos entrar à mão direita outro rio mui poderoso e maior. Tão vasta era a entrada, que fazia três ilhas, razão pela qual chamamos a esse, *Rio da Trindade*”. (CARVAJAL, 1941, p. 46)

O Rio da Trindade, a que se refere Gaspar Carvajal, é chamado hoje de Purus. Segundo Antônio Rodrigues Pereira Labre (1872) nome Purus é uma simplificação do termo purupuru (pintado) ou mira puru puru (gente pintada, em língua geral), nome dado, em razão do povo da tribo Pamari serem afetados por uma doença dermatológica que manchava a pele. Porém, conforme o autor, a tribo Pamari o chamavam de uaini.

5. A toponímia portuguesa no vale amazônico

Marcando a presença dos portugueses no rio Amazonas, Pedro Teixeira realizou a primeira expedição de caráter oficial. Nessa expedição, encontrava-se o padre Alonso de Rojas, que escreveu um texto intitulado de *Descobrimto do Rio das Amazonas*. Em meio aos cronistas, “[...] o padre Alonso Rojas foi o primeiro a utilizar, explicitamente, metáforas do Paraíso em relação ao vale do Amazonas”. (UGARTE, 2009, p. 190)

A metáfora do paraíso terrestre, ao lado da busca pelo *el dorado* e as mulheres guerreiras amazonas seduziam e atraíam espanhóis e portugueses marcados ainda por um imaginário medieval.

Na opinião de Neide Gondim (1994), em meio aos relatos de Rojas é possível identificar que, além da visão religiosa, existe também uma preocupação política, ao escrever sobre a necessidade de aproveitar as margens do rio para o cultivo de plantações diversas e para a construção de benfeitorias, assim como o estabelecimento de fortificações em pontos estratégicos ao longo do vale.

A presença portuguesa na região Amazônica no período colonial, também deixou marcas no imaginário toponímico. Nesse sentido, Armando Levy Cardoso (1961), aponta que Caiari, palavra de origem Aruaque, que significa “o rio do Cedro”, teve seu nome substituído pelos portugueses recebendo a denominação de rio da Madeira ou rio Madeira, assim chamado devido à grande quantidade de cedros corpulentos que a correnteza arrasta de suas margens, fenômeno ocasionado pelo aumento do volume das suas águas provocando inundações de campos e florestas,

a força da vazão arranca as árvores do solo e as carrega rio a fora.

Maria Vicentina Paula do Amaral Dick (1987) aponta que uma das principais características da toponímia lusitana na região amazônica brasileira é a substituição da denominação indígena já estabelecida.

Em um primeiro momento, segundo a autora, não havia interesse por parte dos missionários portugueses em apagar a nomeação indígena e sim acrescentar um “dado novo referente a catequese”. Como mostra Armando Levy Cardoso,

[...] os primitivos topônimos brasílicos, [...] foram substituídos, a princípio, pelos colonizadores e catequistas, por uma denominação composta, em que o topônimo brasílico era anteposto, na generalidade, por um nome do hagiológico português, como por exemplo – Santo Antônio de Surubiú, S. Francisco de Gurupatuba, Santo Elias do Jaú, Santo Ângelo do Cumarú, Nossa Senhora da Conceição de Mariuá, Santa Rosa de Bararóá, São Paulo de Cambebas, Nossa Senhora do Loreto de Maçabari, S. José de Macapá, Santa Rita de Cássia de Itarandéua, Santana de Saracá, Vila Viçosa de Santa Cruz do Camutá, além de uma série de outros [...]. (CARDOSO, 1961, p. 281-282)

Assim, em etapa posterior, ocorreu a substituição dos nomes indígenas pelos nomes portugueses. Maria Vicentina Paula do Amaral Dick (1987) evidencia que a persistência dos dialetos indígenas, entre as populações mamelucas, colocava em risco os planos da metrópole, que queria transformar a língua portuguesa em língua padrão da colônia. Uma das providências imediatas foi a viagem em 1758, do representante do Marquês de Pombal, subindo o rio Amazonas. Conforme Armando Levy Cardoso (1961) a substituição dos nomes indígenas pelos nomes portugueses era para representa uma espécie de saudade das terras lusitanas.

Nesse sentido, Patrícia de Jesus Antunes e Alessandra Martins Carvalhinhos (2007) nos confirmam que no século XVII, a superposição deu lugar à eliminação do termo indígena ou à substituição do mesmo por um nome de origem portuguesa, porém não concordam com a motivação da saudade portuguesa para essa mudança de nomes, acreditando então, no motivo político, que seria a reforma educacional pombalina.

Para Maria Vicentina Paula do Amaral Dick (1987), “muito embora Armando Levy Cardoso pretenda ver na colocação dos topônimos portugueses um evocativo desse sentimento, acredita-se que na hipótese, ele está um pouco desnaturado, desde que houve imposição oficial para a mudança”. (DICK, 1987, p. 110)

Assim, não se pode o usar o termo “saudade portuguesa”, como

algo romântico e inocente, pois a violência sofrida por indígenas de diversos troncos linguísticos, dessa forma, não foi levado em consideração os nomes de lugares já existentes e nem que aqueles nomes remetiam valores ligados a terra e a gente que aqui já estava. O que restou para muitos povos, foram nomes ligados a cultura alheia ao seu mundo, dessa forma, foi forjada uma nova identidade para esses povos.

Maria Vicentina Paula do Amaral Dick (1987) nos fornece alguns exemplos de designativos artificiais baseados na visão portuguesa, que foram implantados no norte do país: Tapajós recebeu o nome de Santarém; Pauxis mudou para Óbidos (PA); Surubim foi substituído por Alenquer (PA); Manao passou a ser Lugar da Barra e mais tarde Manaus (AM); Omáguá passou a se chamar São Paulo de Olivença (AM), dentre outros.

6. Considerações finais

A construção do imaginário amazônico ligada a imagem do “Novo Mundo”, teve início a partir do século XVI quando foi lançado a essa porção de terras os olhares dos primeiros estrangeiros. Através dos rios, os viajantes aventureiros teciam narrativas ainda baseadas no universo europeu medieval.

Dessa forma, esses exploradores reutilizavam temas que nasceram em meio as grandes navegações, dentre esses temas, estavam a busca por riquezas e território, o desejo de encontrar o paraíso perdido, o exotismo da gente e das novas terras e a expansão religiosa. Apesar dos relatos dos primeiros cronistas serem considerados fantasiosos, continuaram a entusiasmar viajantes nos séculos seguintes.

Uma das primeiras iniciativas dos viajantes ao percorrer os rios do vale amazônico, foi nomeá-los. A nomeação é considerada por vários autores a expressão do poder e uma forma de apossar-se do território, pois ao dar nome a um lugar, o denominador busca referência no seu universo mental, transplantando do seu mundo nomes referentes a seus costumes, crenças, lendas, personalidades etc. É uma tentativa de recriar no espaço apropriado o seu lugar de origem, resultando na substituição de nomes já existentes e apagamento do modo de viver dos verdadeiros donos das terras.

Nesse sentido, quem batiza um lugar, imprime sua marca, sua ideologia, seu modo de ver o mundo, assim, contribui significativamente

para alimentar o imaginário dos habitantes do lugar, tempos depois.

Carmen Maria Faggion, Bruno Misturini e Elis Viviana Dal Pizzol (2013) acreditam que o nome de lugar se torna um texto, onde estão registradas as relações, as ideologias e o momento histórico que o configuraram.

A Amazônia é uma construção discursiva, arquitetada por imagens ligadas ao Novo Mundo, é uma “invenção”. Foi inventada, desde quando os primeiros colonizadores colocaram seus “tentáculos” sobre essas terras, nomeando, classificando, comparando, subjugando, destruindo quem atrapalhasse seus planos. A marca da invenção permanece cristalizada, impressa, tatuada em seus topônimos, está ali, como se sempre estivesse. Assim, como destaca Alexandre de Melo Sousa (2007, p. 127), no sintagma toponímico pode-se evidenciar a simbiose entre língua e cultura, marcada no ato da nomeação dos espaços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Atlas toponímico de origem indígena do estado de Tocantins*. Goiânia: PUC Goiás, 2010.

_____; DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A interdisciplinaridade no contexto escolar: reflexões iniciais de uma proposta aplicada ao ensino. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. vol. VI. Campo Grande: UFMS, 2012.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BUENO, Magali Franco. *O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de geografia e da mídia impressa*. 2003. Dissertação (de mestrado). – Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11052004-103058/pt-br.php>>.

CARDOSO, Armando Levy. *Toponímia brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus; ANTUNES, Alessandra Martins. Toponímia brasileira. Origens históricas. *Cadernos do CNLF*, Cifefil, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 2, p. 141-158, 2007. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/xicnlf/2/12.htm>>.

CARVAJAL, Gaspar. *Descobrimento do rio de Orellana*. Trad.: C. de Mello-Leitão. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1941.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. 2. ed. Florianópolis: Edufsc, 2001.

DICK, Maria Vicentina Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1987.

DRUMOND, Carlos. *Contribuição do bororo à toponímia brasílica*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1965.

FAGGION, Carmen Maria; MISTURINI, Bruno; DAL PIZZOL, Elis Viviana. Ideologias no ato de nomear: a toponímia revelando mudanças nas relações de poder de uma comunidade. *Entreletras*, Araguaína, vol. 4, n. 2, p. 10-30, ago./dez. 2013. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/download/987/526>>.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GRIMAL, Pierre. *A mitologia grega*. 2. ed. Apartado: Europa-América, 1989.

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. *Antares: Letras e Humanidades*, n. 3, p. 1-24, jan./jun.2010. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Gloria/2016/1s/HAESBAERT-Regiao_regionalizacao_e_regionalidade.pdf>.

LABRE, Antônio Rodrigues Pereira. *Rio Purus*. São Luis: Typ. do Paiz, Imp. M. F. V. Pires, 1872.

MIGNOLO, Walter D. *Laidea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa, 2007.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed.

Campo Grande: UFMS, 2001.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. *Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina*. Disponível em: <<http://polis.revues.org/3749>>. Acesso em: 10-01-2016.

SANTOS, Renato Emerson dos. Ensino de geografia e currículo: questões a partir da Lei 10.639. *Terra Livre*, São Paulo, ano 26, vol. 1, n. 34, p. 141-160, jan.-jun./2010. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/315/298>>.

SOUSA, Alexandre de Melo. Geografia e linguística: intersecções no estudo toponímico. *Perspectiva Geográfica*, Rio Branco, n. 3, p. 115-128, 2007.

SOUZA, Márcio. *História da Amazônia*. Manaus: Valer, 2009.

TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1973.

UGARTE, Auxiliomar Silva. *Sertões de bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas na Amazônia na visão dos cronistas ibéricos – séculos XVI/XVII*. Manaus: Valer, 2009.

**OS MÚLTIPLOS SABERES NO ENSINO DE LITERATURA:
UMA PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DOS CONHECIMENTOS**

Maria Cilene Gonçalves Gaspar (UFAC)
cilenegg@gmail.com

Michele Assunção Lima (UFAC)
michelle.limaprofessora@gmail.com

Gisela Maria de Lima Braga Penha (UFAC)
gidilima7@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem a finalidade de discorrer sobre a importância do ensino de literatura na formação dos alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental II. A fragmentação dos saberes constitui um dos mais graves problemas da educação contemporânea; a literatura se apresenta na escola através do livro didático, numa proposta também fragmentada, servindo, apenas, como pretexto, por exemplo, para o estudo das categorias gramaticais ou como meio de ensinar princípios moralizantes. Propomos uma metodologia diferenciada e significativa para o ensino da literatura, levando o aluno a ler, refletir, e ressignificar sobre o mundo que o cerca através dos contos literários. Como resultado dessa proposta pretende-se apresentar aos professores de língua portuguesa um ensino de literatura contextualizado, através de um plano de aula, na perspectiva da integração das várias disciplinas. Como aporte teórico utilizamos Roland Barthes (2013); Edgar Morin (2010, 2003) e Tzvetan Todorov (2009).

Palavras-chave: Didática da literatura. Ensino fundamental.
Literatura como instrumento. Ensino de língua portuguesa.

1. Introdução

Há algum tempo, a proposta de trabalho interdisciplinar ganhou maior notabilidade entre os professores de linguagem; esse trabalho foi introduzido pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais* que, na década de 90, constituiu-se como uma inovação no ensino com a inserção dos temas transversais. Tal proposta, mesmo com grande divulgação entre os docentes, não alcançou o resultado esperado, caindo logo no esquecimento.

Quanto ao ensino de língua portuguesa, apesar das novas orientações contidas nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* e nas políticas públicas de formação de professores e fomentação de material para leitura na escola, continuou fragmentado e, em alguns casos, dividido em literatura, redação e gramática. No entanto, muito se tem discutido sobre um

trabalho integrado entre as diversas áreas do conhecimento, uma vez que esse discurso não alcançou a devida sistematização na escola.

Há necessidade urgente de repensar antigas práticas, de promover a apropriação e o entendimento acerca da complexidade do saber, em suas infinitas relações, e que todos nós, professores, alunos, fazemos parte dessa teia. Lamentavelmente, quando se refere ao ensino da linguagem, o que se verifica são práticas pautadas em antigos hábitos dos usos dos textos, inclusive os literários, de maneira fragmentada e como mero pretexto para o estudo de questões gramaticais.

Diante do desafio de se construir um conhecimento integrado, que proporcione uma apreensão global das várias ciências, vê-se na literatura a oportunidade de um trabalho que contemple as expectativas de formação de um indivíduo capaz de lidar com as exigências do mundo contemporâneo. De acordo com Edgar Morin (2000),

A literatura é um mundo aberto ao mesmo tempo às múltiplas reflexões sobre a história do mundo, sobre as ciências naturais, sobre as ciências sociológicas, sobre a antropologia cultural, sobre os princípios éticos, sobre política, economia, ecologia[...] tudo depende de uma seleção inteligente das obras[...] O objetivo maior das discussões sobre os novos caminhos da educação não é a preparação dos programas de ensino, mas a separação daquilo que é considerado como *saberes essenciais* e evitar *empilhamento dos conhecimentos*. (MORIN, *apud* COELHO, 2000, p. 24-25)

Pode-se perceber, portanto, a importância da literatura como agregadora de saberes importantes para a formação do cidadão como ser crítico pertencente a um mundo complexo.

O objetivo desse trabalho, pautado numa compreensão do saber integrado, é apresentar uma proposta de ensino que contemple as disciplinas de maneira unificada, através de um plano de aula que traga em seu bojo os diversos saberes, tendo como eixo organizador o ensino da literatura, sob a ótica de Edgar Morin e Roland Barthes, que veem a literatura nessa perspectiva.

A maior motivação para esse estudo foi a compreensão de que há um prejuízo enorme na formação do aluno em virtude da fragmentação do conhecimento e da ausência de práticas significativas de ensino da literatura nas turmas de 6º ao 9º ano, uma vez que o texto literário ainda é tido, principalmente, como suporte para o ensino apartado de gramática, ou ainda, como suporte para ensino da moral e dos “bons costumes”, desprezando, dessa forma, todo seu potencial para o desenvolvimento humano dos discentes.

2. A fragmentação dos saberes na escola moderna

A discussão em torno de um ensino que contemple os anseios do homem na modernidade tem ocupado uma parte considerável dos estudos teóricos atualmente. É fato que a escola brasileira tem alcançado patamares cada vez mais universalizados, encontrando-se, nesse início de século, extremamente heterogênea e desafiadora. Todavia, a qualidade do ensino parece não caminhar no mesmo ritmo com que cresce o público que adentra os portões escolares.

Os motivos pelos quais os resultados da educação parecem sempre contradizer as expectativas daqueles que anseiam por um ensino de qualidade são muitos, porém, um deles se destaca na organização da escola moderna, suscitando discussões e políticas que procuram minimizar o problema: a fragmentação do ensino.

Estamos cada vez mais diluídos em nossas próprias certezas, no nosso “mundo” do tempo de aula, encolhidos na transmissão de uma disciplina desconexa do emaranhado de saberes e culturas que se desenrolam a nossa volta. Enquanto o mundo caminha cada vez mais globalizado, a escola caminha, contraditoriamente, isolando seus saberes, como se pudéssemos separar em partes pequenas o conhecimento, sem perder a essência da ação de ensinar e refletir.

O ser humano é a um só tempo físico, biológico, psíquico, cultural, social, histórico. Esta unidade complexa da natureza humana é totalmente desintegrada na educação por meio das disciplinas, tendo-se tornado impossível aprender o que significa ser humano. É preciso restaurá-la, de modo que cada um, onde quer que se encontre, tome conhecimento e consciência, ao mesmo tempo, de sua identidade complexa e de sua identidade comum a todos os outros humanos. (MORIN, 2003, p. 15)

É preciso que a educação contemple o ser global que é o homem, o autor destaca a necessidade de se integrar os saberes para que se possa refletir sobre a condição humana, como bem destaca este “deveria ser o objeto essencial de todo o ensino”. É discurso corrente, nos projetos político-pedagógicos, que precisamos formar um cidadão pleno, capaz de exercer a cidadania; resolver seus problemas, considerando a presença do outro na comunidade em vive e no planeta.

No entanto, o que se percebe como prática corriqueira, nas escolas, é uma campanha do silêncio entre os docentes, que se perdem em suas disciplinas, trancando-se em uma prática solitária de metodologias que desprezam a relação entre os saberes.

Edgar Morin (2010) chama a atenção para a necessidade de se repensar o paradigma de fragmentação do saber, do qual se encontram impregnadas as concepções de currículo e organização do ensino atual.

Na escola primária nos ensinam a isolar os objetos (de seu meio ambiente), a separar as disciplinas (em vez de reconhecer suas correlações), a dissociar os problemas, em vez de reunir e integrar. Obrigam-nos a reduzir o complexo ao simples, isto é, a separar o que está ligado; a decompor, e não recompor; e a eliminar tudo que causa desordens ou contradições em nosso entendimento.

Em tais condições, as mentes dos jovens perdem suas aptidões naturais para contextualizar os saberes e integrá-los em seus conjuntos. (MORIN, 2010, p. 15)

Morin destaca a capacidade de contextualizar como natural dos jovens, proporcionando um possível aproveitamento dessas aptidões para um ensino global, que veja as disciplinas de forma interligada, de outra forma reduzimos o complexo (entendendo a palavra complexo em seu sentido original de “o que é tecido junto”), ao simples, ou seja, ao fragmentado, ao limitado. Essa oportunidade de propiciar um ensino que ligue os saberes e forme um cidadão capaz de propor soluções para problemas (que não estão desconectados no contexto planetário), e também de termos uma formação mais humana e reflexiva, está sendo desperdiçada pela escola.

Efetivamente, a inteligência que só sabe separar fragmenta o complexo do mundo em pedaços separados, fraciona os problemas, unidimensionaliza o multidimensional. Atrofia as possibilidades de compreensão e de reflexão, eliminando assim as oportunidades de um julgamento correto ou de uma visão a longo prazo. Sua insuficiência para tratar nossos problemas mais graves constitui um dos mais graves problemas que enfrentamos. De modo que, quanto mais os problemas se tornam multidimensionais, maior a incapacidade de pensar sua multidimensionalidade; quanto mais a crise progride, mais progride a incapacidade de pensar a crise; quanto mais planetários tonam-se os problemas, mais impensáveis eles se tornam. Uma inteligência incapaz de perceber o contexto e o complexo planetário fica cega, inconsciente e irresponsável. (MORIN, 2010, p. 14-15)

Irrefletidamente, temos trabalhado consciências incapazes de perceber o reflexo de suas ações no contexto menor de sua comunidade, ou maior, do seu planeta. As ações irresponsáveis de um homem forjado pela racionalidade absoluta têm criado problemas que a inteligência humana, adaptada a limitação da fragmentação, não sabe resolver. Um bom exemplo disso é a degradação do meio ambiente, que segue, em nome do avanço industrial, destruindo com as possibilidades de sobrevivência futura para o próprio homem.

O modelo de escola seguido contribui para a formação de um pensamento fragmentado, uma vez que a própria estrutura dessa escola se efetiva com separação em séries, faixa etária, salas, disciplinas. A consequência de tamanha divisão cartesiana é falta de capacidade por parte dos alunos de relacionar os conhecimentos apreendidos com as diversas disciplinas e o mundo que os rodeia.

Edgar Morin (2003) destaca a urgência para uma reformulação do pensamento, em prol de um ensino global e capaz de formar o cidadão da modernidade, apto a um pensamento articulado, que não se mistura em uma babel, mas se relaciona em um eixo, formando um todo complexo.

A escola, e o homem, de hoje são frutos da nossa fuga de tudo que era considerado subjetivo. Durante muito tempo entendemos que só o racional, o matemático, a ciência comprovada, poderia fazer parte da nossa formação. Fugimos de períodos em que todo saber científico era reprimido, condenado, para esbarrar em extremos do pensamento de um homem apartado de sua cultura, de sua fé, de sua humanidade. Temos o resultado de uma educação que dividiu, delimitou, apartou para estudar com profundidade e ter cada vez mais certezas.

Dáí decorre o paradoxo: o século XX produziu avanços gigantescos em todas as áreas do conhecimento científico, assim como em todos os campos da técnica. Ao mesmo tempo, produziu novas cegueiras para os problemas globais, fundamentais e complexos, e essa cegueira gerou inúmeros erros e ilusões, a começar por parte dos cientistas, técnicos e especialistas. (MORIN, 2003, p. 45)

Essa valorização demasiada pelo que é científico em detrimentos do que é humano, cultural, afetivo, produziu um novo cidadão para o século XX, envolto de informações sem saber refletir e fazer uso delas. Produzindo uma “nova cegueira” a ponto desse homem não saber quem é ou qual seu papel na sua sociedade e no mundo em que vive.

Vale ressaltar que, a partir dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, na década de 90, houve uma tentativa de inclusão no currículo de uma proposta de ensino interdisciplinar que contemplasse temas transversais como: ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo. Contudo, os resultados de tal empreitada não foram satisfatórios, uma vez que a proposta não foi bem compreendida pelos sistemas de ensino o que ocasionou em um trabalho superficial como por exemplo, projetos de leitura, feiras culturais ou mesmo aulas isoladas acrescidas de um tema e apresentadas pela escola como experiência interdisciplinar.

Edgar Morin aborda a questão da transdisciplinaridade como proposta a ser trabalhada na escola da atualidade para que possamos efetivar um ensino que contemple todas as facetas do conhecimento humano, de modo a considerar o indivíduo como ser global e consciente. Para Nelly Novaes Coelho (2000) a transdisciplinaridade é uma proposta que constitui um desafio de nosso tempo

Como dissemos, não basta um currículo de várias disciplinas combinadas entre si – é necessária que todas elas sejam atravessadas por um “esquema cognitivo”, isto é, por um tema, um problema que atravesse e mostre a relação oculta que existe entre as diferentes áreas da vida, da cultura e do conhecimento. (COELHO, 2000, p. 19)

Na tentativa de se efetivar um ensino que integre os saberes na escola, por meio das orientações das instituições ligadas ao ensino, houve uma frustração pela falta de correspondência entre a teoria sugerida e a prática metodológica de sala de aula. De acordo com o conceito exposto pela autora, é necessário mais que uma simples relação entre as várias disciplinas, é preciso que se compartilhem saberes relacionados em um eixo comum. Nessa perspectiva, encontramos na literatura uma possibilidade de aproximar esses saberes para uma proposta que esteja próxima do ideal de um ensino voltado para formação completa e complexa do cidadão da modernidade.

2.1. A literatura como possibilidade para um ensino que integre os saberes

Quando se considera o espaço escolar constatamos que nossa principal ação se pauta no pensamento pronto contido nos livros didáticos. Descartamos a curiosidade dos nossos planos, abandonamos o destino dos alunos a enxurrada de informações despejada por mídias que, na maioria das vezes, não são muito honestas. A escola abriu mão de formar um indivíduo crítico, para formar o indivíduo que aceita as verdades absolutas. Desta forma, nos encolhemos protegidos sob a aceitação passiva da massa que acolhe o único modelo de educação que lhes é delegado.

Currículos que consideram os saberes como formas dissociadas se consolidam nas práticas cotidianas dos docentes. Nossas escolas habituaram-se a enxergar as disciplinas em uma redoma que não ultrapassa o tempo de aula. Da mesma forma, trabalhamos para “inculcar” nos futuros cidadãos dessa escola, que pretende formar para a vida, os saberes organizados de forma independente, como se a vida não os relacionasse e, fo-

ra dos muros da escola, os saberes fossem comportados e hierarquizados da mesma maneira como o ensino atual os idealiza.

Annie Rouxel (2013) alerta para o papel do professor diante dos apelos de ensino que pré-fabricado: "O papel do professor não é mais transmitir uma interpretação produzida fora de si, institucionalizada. As obras críticas, os livros do professor, os paradidáticos propõem um pensamento pronto, um ensino pré-fabricado". (ROUXEL, 2013, p. 28)

Na maior parte do tempo, o trabalho do professor em sala de aula, se resume ao livro didático, pela concepção de ensino da língua e especificamente do trabalho com o texto. Dessa forma, nos acomodamos com a ideia pronta e a exigência de respostas imediatas e mecânicas por parte do aluno, uma vez que os livros trazem respostas que são imaginadas como corretas.

No entanto, nem sempre a história do pensamento humano foi concebida dessa forma, pelo contrário, os primeiros a tentarem organizar os saberes da humanidade os enxergavam de forma interligada, una, como se o todo formasse uma imensa teia da qual se chegaria a um completo aprendizado da condição humana. Durante muito tempo a filosofia integrou os saberes e propôs uma ideia complexa acerca do conhecimento. Contudo, o ensino de filosofia perdeu a singularidade e a importância na hierarquia das disciplinas vigentes, comportando-se como mera especialidade dentro do processo de escolarização.

A filosofia, ao contribuir para a consciência da condição humana e o aprendizado da vida, reencontraria, assim, sua grande e profunda missão. Como já acusam as salas e os bares de filosofia, a filosofia diz respeito à existência de cada um e à vida cotidiana. A filosofia não é uma disciplina, mas uma força de interrogação e de reflexão dirigida não apenas aos conhecimentos e à condição humana, mas também aos grandes problemas da vida. Nesse sentido, o filósofo deveria estimular, em tudo, a aptidão crítica e autocrítica, insubstituíveis fermentos da lucidez, e exortar à compreensão humana, tarefa fundamental da cultura. (MORIN, 2010, p. 54)

No contexto atual, pode-se dizer que a literatura, se bem explorada pela escola, poderá cumprir o papel de questões que englobam a filosofia, como por exemplo, o conhecimento da condição humana e a existência de cada um na sociedade e no mundo. Tzvetan Todorov (2009) entende o ensino da literatura como possibilidade de entendimento da "existência humana".

Como filosofia e as ciências humanas, a literatura é pensamento e conhecimento do mundo psíquico e social em que vivemos. A realidade que a litera-

tura aspira compreender é, simplesmente (mas, ao mesmo tempo, nada é assim tão complexo), a existência humana. (TODOROV, 2009, p. 77)

A literatura traça um retrato da vida cotidiana, com suas perdas, conflitos, traições, mortes, valores éticos e morais, colaborando para o entendimento e o reconhecimento de si, dessa forma, contribuindo para formação completa do ser humano.

Esse importante viés de formação humana, tão bem conduzido pela literatura, não tem sido devidamente aproveitado pela escola como importante ferramenta na construção do ser humano como um todo, principalmente por se tratar de um público com personalidade em pleno desenvolvimento, como é o caso dos alunos que integram o ensino fundamental II.

A literatura pode muito. Ela pode nos estender a mão quando estamos profundamente deprimidos, nos tornar ainda mais próximos dos outros seres humanos que nos cercam, nos fazer compreender melhor o mundo e nos ajudar a viver. Não que ela seja, antes de tudo, uma técnica de cuidados para com a alma; porém, revelação do mundo, ela pode também, em seu percurso, nos transformar a cada um de nós a partir de dentro. A literatura tem um papel vital a cumprir; mas por isso é preciso tomá-la no sentido amplo e intenso que prevaleceu na Europa até os fins do século XIX e que hoje é marginalizado, quando triunfa uma concepção absurdamente reduzida do literário. (TODOROV, 2009, p. 76-77)

Essa força humanizadora da literatura que nos ajuda na compreensão de nossa própria essência, na compreensão do outro e do mundo é capaz de promover transformações através da reflexão acerca das ações humanas retiradas nos textos literários. A escola marginaliza essa oportunidade, usando o texto literário como motivo para trabalhos diversos que estão longe de possibilitar algum ganho realmente expressivo para formação do aluno. Edgar Morin (2003) confirma a necessidade do ensino da condição humana, para que possamos nos situar em relação ao universo.

A educação do futuro deverá ser o ensino primeiro e universal, centrado na condição humana. Estamos na era planetária; uma aventura comum conduz os seres humanos, onde quer que se encontrem. Estes devem reconhecer-se em sua humanidade comum e ao mesmo tempo reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano. (MORIN, 2003, p. 47)

Além da questão humana, a literatura oportuniza um estudo mais consistente sobre a linguagem, no que se refere à ampliação do vocabulário, a plurissignificação, as inferências, comparações, associações que só um texto que tem a linguagem como matéria prima pode suscitar.

Mas a nós, que não somos nem cavaleiros da fé nem super-homens, só resta, por assim dizer, trapacear com a língua, trapacear a língua. Essa trapaça salutar, essa esquivia, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: literatura. (BARTHES, 2013, p. 17)

A linguagem do texto literário proporciona a construção de sentido de forma plurissignificativa, como uma forma de trapacear a língua, dando a ela outras possibilidades de interpretação, fugindo do que Roland Barthes (2013) classificou de fascismo da palavra, ou seja, uma única forma de interpretação do que é dito, matéria muito encontrada nos textos utilitários tão valorizados pela escola.

Um ensino significativo de literatura tem se constituído em um grande desafio para o ensino da atualidade. Em se tratando de ensino fundamental II (6º ao 9º ano), o desafio se torna mais perceptível, posto que há uma ruptura da inserção da literatura na sala de aula, haja visto que de primeiro ao quinto ano há uma tentativa de inserção, mesmo que muitas vezes com objetivos apenas moralizantes, dos contos de fadas, poemas, canções.

Em relação ao ensino médio, o que ocorre é a valorização da literatura, pela exigência das provas de vestibulares, embora o tratamento dado à disciplina seja bastante divergente dos reais objetivos de um ensino significativo para a vida do estudante; tratando-se apenas de exposições historicizadas de movimentos literários, seus autores e obras mais famosas, para uma tarefa de memorização.

No ensino fundamental II, o tratamento dado à literatura é quase inexistente, ocorrendo sempre em atividades esporádicas, como em eventos de feiras culturais, projeto de leitura ou mesmo através da música. Um fator que pode ter contribuído para essa quase inexistência da literatura em sala de aula é a consciência fragmentada pela ordenação do ensino em disciplinas. Uma vez que não há nenhuma orientação explícita de como inserir o ensino de literatura nos currículos escolares, ficando a decisão de trabalhar o texto literário em sala de aula, unicamente ao encargo do professor.

Diante desse quadro, é imprescindível que o ensino da literatura se torne conteúdo obrigatório na formação do aluno leitor/escritor e do cidadão capaz de pensar criticamente, de forma autônoma, sobre os problemas que o cercam. Esse ser crítico, idealizado pelos discursos tantas vezes proferidos pelas instituições educacionais, só será possível quando os saberes forem trabalhados de forma global.

Se o característico de um texto literário é condensar saberes diversos e variados, essa riqueza cognitiva é consequência direta de seu estatuto de obra de arte, isto é, das condições nas quais ele foi criado. Diante da pergunta “O que é que se deve reter de um texto?”, responderíamos facilmente que tudo é importante. O interesse de um texto está justamente na multiplicidade de conteúdos que ele veicula, aqueles que ele transmite intencionalmente e aquele que ele exprime “por acidente”. (JOUVRE, 2012, p. 86)

Não podemos abrir mão do leque de possibilidades de apreensão dos conhecimentos que advém do ensino da literatura, sob pena de reduzirmos as possibilidades do aprendizado como forma de associação entre os saberes, que na vida, não se fragmentam como é pretensão da escola. Roland Barthes (2013) faz uma defesa veemente do ensino da literatura numa perspectiva que pode ser entendida como transdisciplinar

A literatura assume muitos saberes. Num romance como Robson Crusoe, há um saber histórico, geográfico, social (colonial), técnico, botânico, antropológico (Robson passa da natureza à cultura). Se, por não sei que excesso de socialismo ou de barbárie, todas as nossas disciplinas devessem ser expulsas do ensino, exceto numa, é a disciplina literária que deveria ser salva, pois todas as ciências estão presentes no monumento literário. (BARTHES, 2013, p. 18-19)

Em sua ótica, Roland Barthes ressalta as forças da literatura e a importância dessa disciplina para um entendimento da proximidade entre as diversas ciências, uma vez que os gêneros literários permitem o diálogo entre os vários conhecimentos, possibilitando um trabalho integrado, que retire da escola o estigma de instituição apartada da vida.

Desse modo, o ensino da literatura deve ser inserido no cotidiano da sala de aula, de forma pensada e sistematizada, a fim de que se possa extrair dessa disciplina os elementos necessários a uma prática que contemple a integralidade dos saberes e do aluno. Isso só se efetivará através da mediação de professores leitores e conhecedores do potencial existente nos gêneros literários.

2.2. Proposta prática/metodológica de ensino com o texto literário

Articular teoria e prática em uma proposta de ensino integradora de saberes é premissa para um trabalho que envolva aluno, texto, compreensão do mundo e do próprio homem. Concentrando-se nesse objetivo, propomos uma sequência de atividades que contemple os saberes de forma integrada, a partir da leitura do conto literário de Machado de As-

sis, “*Noite de Almirante*”, destinado ao público do ensino fundamental, especificamente as turmas de 9º ano.

Tomaremos como base a sequência de atividades proposta por Rildo Cosson (2006), inserindo as possibilidades de trabalho que contemple a integração de disciplinas em um eixo, ética, e possibilite a adequação e adesão de conteúdos que forem suscitados pelos alunos no correr das aulas.

Rildo Cosson destaca que a sequência proposta abre um leque de possibilidades, cabendo ao professor a adequação ou ajustes necessários para atender as necessidades de aprendizagem de cada turma e assim cumprir o objetivo proposto.

O objetivo desse trabalho é relacionar os saberes de forma sistematizada por meio do ensino da literatura, de maneira viável ao dia a dia da escola. Ao mesmo tempo, a escolha do texto, considerado um desafio de leitura devido à subjetividade da linguagem literária, mas se constitui em possibilidade de demonstrar ao discente a atualidade do literário, uma vez que o assunto se constitui atemporal, não se esgotando as possibilidades de leitura a um momento delimitado do tempo e da cultura.

[...] o ensino de literatura, passa a ser o processo de formação de um leitor capaz de dialogar no tempo e no espaço com sua cultura, identificando, adaptando ou construindo um lugar para si mesmo. Um leitor que se reconhece como membro ativo de uma comunidade de leitores.

É a busca desse leitor consciente de sua cidadania que deveria mover o ensino, de forma a possibilitar a construção da identidade integral desse cidadão ciente do diálogo constante entre os saberes. Assim, o leitor se sentirá parte de sua cultura, compreendendo as outras, numa relação contínua de aprendizagem possibilitada pela literatura e interação com o outro.

Sequência de atividades

Eixo temático: Ética e valores humanos.

Disciplinas possíveis: história, filosofia, língua portuguesa.

Disciplina-base: Literatura

Gênero textual: Conto de Machado de Assis “*Noite de almirante*”.

Público-alvo: 9º ano do ensino fundamental II.

1º momento:

- Como motivação, no dia anterior à leitura do texto, será disposto na entrada da sala, um cartaz com o seguinte enunciado:

**NÃO PERCA, AMANHÃ, NO HORÁRIO
DA AULA DE LÍNGUA PORTUGUESA:**

**“UMA NOITE DE ALMIRANTE”
E SAIBA O PREÇO DE UMA JURA DE AMOR.**

Com a frase deseja-se despertar a curiosidade da turma para a leitura do texto. Como o 9º ano acolhe adolescentes na faixa dos 13-14 anos, pretende-se usar um tema comum, a fidelidade masculina, para envolvê-los na dinâmica do texto.

2º momento:

- Passaremos a uma breve apresentação do autor e do livro de contos, leitura da “orelha” da obra em que se insere o conto. Após a apresentação do livro, passaremos à leitura individual do conto escolhido, seguida de debate em grupo sobre o entendimento do texto e a checagem das antecipações feitas pela turma a partir da frase contida no cartaz.
- Em seguida, faremos perguntas para se chegar a uma visão global do texto: “Como o Deolindo enxergou a questão da promessa feita à Geneveva?”; “As personagens viram a promessa feita da mesma forma?”; “O que vocês acharam da atitude de Geneveva diante do compromisso firmado?”. Com essas questões, pretende-se que a turma desenvolva uma discussão em torno do valor da palavra, o significado da fidelidade (em épocas e culturas diferentes), a honestidade, o amor. Pedir-se-á que a turma analise as ações da personagem Geneveva, a fim de que percebam traços negativos e positivos de sua personalidade (como por exemplo, o interesse material no par de brincos, recebidos a “troco da infidelidade”).
- Aproveitar o momento para suscitar o debate sobre as concepções que fazemos em torno das ações de homens e mulheres, quanto ao interesse financeiro, fidelidade, amor, comportamentos humanos retratados nas personagens. Suscitando questões e fazendo vínculo com a atualidade de quesitos relacionados a imposições sociais de acordo com a diversidade de gênero.
- Trabalhar o jogo de palavras para a compreensão do texto em construções como: “Geneveva andava com a cabeça virada”; “Geneveva não se defendia de um erro ou de um perjúrio; não se defendia de nada; faltava-lhe o *padrão moral das ações*” (destacando a ótica masculina do narrador); “Pois, sim, Deolindo, era verdade. Quando jurei, era verdade. Tanto era verdade que eu queria fugir com você para o sertão. Só Deus sabe se era verdade! Mas vieram outras coisas... veio este moço e eu comecei a gostar dele...” (refletir sobre o comportamento humano de Geneveva, na inconstância dos sentimentos, fato comum na juventude); “Qual o quê! não se mata, não. Deolindo é assim mesmo; diz as coisas, mas não faz” (a dissimulação da personagem em atribuir, talvez, uma característica sua ao Deolindo).
- Levar a discussão para as questões éticas do texto, pedir que observem a geografia do lugar, de que forma o ambiente colabora para as ações das personagens (o distanciamento como fato primordial do de-

sencadeamento das ações; refletir sobre o espaço como determinante de comportamento).

- Em grupos, pedir análise de palavras ou expressões que compõe o texto e que caíram em desuso ou sofrem modificação dependendo do contexto de uso ou geográfico (rapariga, mascate, coser, os brincos são engraçados, as maneiras da rapariga serem francas).

3º momento:

A avaliação da atividade: Para avaliação a turma será dividida em três grupos que farão uma exposição chamada de “museu do texto”.

- A primeira equipe ficará encarregada de organizar um painel com palavras do texto que caíram em desuso.
- A segunda equipe organizará maquetes que retratem o ambiente figurado no texto.
- A terceira equipe fará uma pesquisa sobre a concepção dos valores e cultura no decorrer da história e espaço geográfico (podendo mostrar o valor do acordo verbal sem necessidade de documento para comprovar; questões ligadas à fidelidade em diferentes culturas e época).

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. *Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do colégio de França*. Tradução e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2013.

COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2006.

3. Considerações finais

Destarte, torna-se patente a necessidade de ressignificar o ensino de literatura oferecido pelas escolas hodiernamente, uma vez que a metodologia com que está sendo tratado este ensino encontra-se equivocada, o que faz com que os alunos se distanciem cada vez mais de proposições relevantes trazidas pelas obras literárias, retirando a oportunidade de crescimento e reflexão acerca dos temas relacionados à vida e ao mundo que os cerca.

A literatura é um campo fértil para o trabalho que concilie os saberes das diversas áreas do conhecimento que tendem a ser dissociados pela concepção adotada pela escola. A fragmentação dificulta a compreensão do mundo como todo, a forma como as ciências são tratadas na escola impossibilita que essa relação seja significativa para o aluno responder as questões urgentes do mundo e da vida.

Diante do desafio de se construir um conhecimento integrado,

propostas como a de Edgar Morin e Roland Barthes podem ajudar a construir uma concepção diferenciada do ensino de língua portuguesa e matérias afins, criando uma teia que possibilitará, cada vez mais, um pensamento ligado aos saberes como um todo complexo e altamente conectados à vida do sujeito em construção.

Como professoras, percebemos a fragilidade do ensino da literatura em sala de aula no ensino fundamental II, advinda das deficiências das orientações curriculares nacionais e locais, da formação inicial e continuada do profissional da educação, bem como dos materiais pedagógicos oferecidos.

A proposta desse trabalho é, antes de tudo, uma mudança de comportamento leitor do aluno e mediador por parte do professor. Dessa forma o resultado alcançado será uma prática voltada para o texto literário, de forma fundamentada que considere o texto como unidade de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 2013.

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura: arte, conhecimento e vida*. São Paulo: Peirópolis, 2000.

JOUVRE, Vicent. *Por que estudar literatura?* Trad.: Marcos Bagno e Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2012.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Trad.: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica Edgar de Assis Carvalho. 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2003.

_____. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Trad.: Eloá Jacobina. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

ROUXEL, Annie. Aspectos metodológicos do ensino da literatura. In: DALVI, Maria Amélia; REZENDE, Luzia Neide de; JOVER-FALEIROS, Rita. (Orgs.). *Leitura de literatura na escola*. São Paulo: Parábola, 2013.

TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Trad.: Caio Meira. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

**SOBRE UMA AMBIGUIDADE EM “O LOBO E O CORDEIRO”:
DATIVO ÉTICO OU “LOCAL”?**

Roberto da Silva Ribeiro (UFPE)

pb1318113@hotmail.com

Roberta Tiburcio Barbosa (UEPB)

robertatiburcio02@hotmail.com

RESUMO

As fábulas de Fedro estão entre os textos mais lidos e comentados ao longo da história. “O lobo e o cordeiro”, que aqui será estudada, apesar de ser um texto conhecido, traz latente potências bem maiores que as já reveladas na sua “moral da história”. Concentrados sobre as escolhas linguísticas operadas pelo escritor, buscamos (re)avaliar o uso do termo *mihi*, na fala do lobo, com vistas a compreender melhor os sentidos contidos na narrativa. A seleção e combinação das palavras são processos complicados, mas que se desenvolvem orientados pelos eixos paradigmáticos e sintagmáticos, tendo em vista que no primeiro reside a categoria estilística, ou seja, as várias escolhas lexicais que o falante pode fazer para melhor organizar a “mensagem” que deseja transmitir. A escolha estilística se realiza em dois níveis: no eixo da seleção, em que se opta por uma unidade em exclusão de outras, e no eixo da combinação, em que se decide por um determinado tipo de construção.

Palavras-chave:

Literatura Latina Fábulas de Fedro. Uso Dativo do Dativo para evitar ambiguidade.

1. Introdução

Aparentemente um texto pequeno e extremamente conhecido como “O Lobo e o Cordeiro”, de Fedro (escrito por provavelmente entre 20 e 30 d.C.) não guarda nenhum segredo, nem tem coisa nenhuma de novo a nos ensinar. Entretanto, um breve pormenor nos espera, insuspeitamente, para saltar sobre nós de onde menos esperamos. Não é à toa que Umberto Eco usa o texto como epígrafe oculta do seu *Lector in Fabula*. (ECO, 1994, p. 2)

Na fábula “O Lobo e o Cordeiro” tem-se:

LUPUS ET AGNUS

Ad rivum eundem lupus et agnus venerant,
siti compulsi. Superior stabat lupus,
longeque inferior agnus. Tunc fauce improba
latro incitatus iurgii causam intulit;
'Cur' inquit 'turbulentam fecisti mihi
aquam bibenti?' Laniger contra timens

'Qui possum, quaeso, facere quod quereris, lupe?
A te decurrit ad meos haustus liquor'.
Repulsus ille veritatis viribus
'Ante hos sex menses male' ait 'dixisti mihi'.
Respondit agnus 'Equidem natus non eram'.
'Pater hercle tuus' ille inquit 'male dixit mihi';
atque ita correptum lacerat iniusta nece.
Haec propter illos scripta est homines fabula
qui fictis causis innocentes opprimunt.

(FEDRO, I. I.)

A história é bastante conhecida: o lobo (representando os poderosos) e o cordeiro (representando os desprovidos de meios de defesa) se encontram à beira de um regato, o lobo hipocritamente procura um pretexto para justificar o assassinio/devoração do cordeiro que planeja fazer de qualquer maneira. Ao final o lobo realiza seu intento.

1.1. Objetivos

Nosso trabalho se volta para a análise da fala do lobo, no diálogo com o cordeiro, na frase “*Cur' inquit 'turbulentam fecisti mihi'*”, precisamente para o emprego do termo “*mihi*” e da objeção do cordeiro “*Qui possum, quaeso, facere quod quereris, lupe?! A te decurrit ad meos haustus liquor*”, especialmente na aplicação do sintagma “*ad meos*”.

Segundo Eni Puccinelli Orlandi (2007, p. 60) “para que o sujeito seja sujeito é necessário que ele se submeta à língua”. Ao contrapor a construção erudita “*turbulentam fecisti mihi aquam bibenti*” à construção popular “*A te decurrit ad meos haustus*” (que irá suplantará a primeira e se tornar o padrão nas línguas românicas), Fedro se submete à língua, para ele estrangeira, para poder se expressar como sujeito do seu discurso.

O grande número de estruturas que uma língua permite possibilita uma procura proveitosa de elementos que melhor se relacionam com aquilo que desejamos transmitir. Ao mesmo tempo, a escolha estilística se realiza em dois níveis: no eixo da seleção, em que se opta por uma unidade em exclusão de outras, e no eixo da combinação, em que se decide por um determinado tipo de construção. Nesses fenômenos José Lemos Monteiro (1991) tenta discernir o que seriam valores estilísticos impressivos (mais ou menos conscientes) e expressivos (conscientes e intencionais), entretanto, ressalta a dificuldade de tal diferenciação. Fedro parece realizar uma escolha consciente, expressiva, observável, de posi-

cionamento linguístico no contexto sociolinguístico em que se encontra, embora não se possa descartar um certo quinhão de pura intuição linguística inerente ao gênio literário.

O que se opera é que dentro de uma determinada língua o falante elenca a melhor forma de expressar sua personalidade/emoção. É nesse momento que surgem reflexões de pesquisadores, como Charles Bally e Joaquim Matoso Câmara Jr., afirmando que o estilo é apenas aquela expressão linguística relacionada com fatores emocionais, conceito que José Lemos Monteiro (1991) rebate, assinalando que, embora existam expressões diretamente relacionadas com a exteriorização das emoções, não se pode negar que igualmente existem casos em que os autores buscam somente adequar a estética do texto ao seu objetivo de comunicação linguística. Deste modo, José Lemos Monteiro, (1991) assevera que estilo é um conjunto objetivo de características formais oferecidas por um texto como resultado da adequação do instrumento linguístico aos propósitos específicos do ato em si.

Maria Cláudia Martins Parente (2008) mostra a importância da estilística léxico-semântica ou léxico estilística – que estuda a seleção vocabular e os fenômenos conotativos e polissêmicos relacionados à significação das palavras. O valor representativo e as palavras não possuem uma relação sólida, ou seja, a princípio, temos um estabelecimento desses conceitos de maneira arbitrária. Tem-se assim, o conflito entre léxico e sentido/significado. Tal fato é tão claro que de uma língua para outra, ou até mesmo dentro de um mesmo grupo linguístico, se observam variações, às vezes, inconciliáveis.

Nesse sentido, o problema da estilística seria obter o uso “normal” do qual o estilo é o desvio (GREIMAS & COURTÉS, [s./d.], p. 160). No caso, a oposição não é entre o uso “normal”, popular, do “ad + acusativo” contra um uso “estilístico” do dativo de direção, porém, uma oposição entre o uso nobre do dativo e o uso popular do acusativo preposicionado.

Na memória discursiva, estão guardados os acontecimentos do plano sócio-histórico-cultural dos sujeitos. Ela revela como os sujeitos eram e são constituídos socialmente. Dessa forma, é possível apreender o sujeito por meio do discurso, como afirmava Michel Foucault (1999). Objetivamos investigar a conjuntura textual na fábula fedriana para refletir acerca das suas configurações, fazendo um percurso a cerca da crítica e dos estudos sobre o uso do dativo na literatura latina, tendo Fedro como

sintoma/paradigma de uma escrita que, já à moda deleuziana (1995), “faz rizoma para todos os lados”.

2. A questão do dativo

É lugar comum entre os latinistas afirmar-se que o dativo é um caso escassamente estudado. Isto, porém, é um mito de mais de um século e que vem se repetindo de autor a autor. Pode ser que o dativo tenha sido menos analisado que outros casos, entretanto, o dativo latino já foi estudado por grandes nomes como Marouzeau, Laborderie, Gustafsson, Calboli e Hjemslev, entre tantos outros. O que há são poucas unanimidades a respeito do assunto. (GALINDO, 2004, 301-303)

O primeiro autor a estudar o dativo latino foi Varrão, seguido por Quintiliano, ainda na Antiguidade. Varrão, traduzindo literalmente o *ptôsis dotiké* dos gregos, chamou-o “*casus dandi*”, Quintiliano o batizou definitivamente de *casus dativus* e Prisciano tentou explicar o nome exemplificando “*post hunc est datiuus, quem etiam commendatium quidam nuncupauerunt, ut do homini illam rem et commendo homini illam rem.* (Prisc. GLK II, 185, 23). O que estes autores disseram bastou praticamente até o século XIX.

Segundo esta visão tradicional, o “dativo próprio” é o caso de quem recebe algo, é o caso do termo que completa um *verbum dandi*, daí o seu nome. Numa primeira analogia, objetos e seres inumanos podem exercer o papel de *acceptor*. Por analogia morfossintática, haverá termos abstratos que teriam passado também a flexionar-se no dativo: *nomina multi poetae memoriae tradiervnt* (Cic. *Inv.* 2.1.3). Também por analogia, verbos antônimos aos “*verba dandi*” recebem o dativo: *classe caesari erepta* (Cae. *Civ.* 3.11.4). Finalmente, ainda por analogia, surgiriam os dativos de interesse e posse (quem recebe está na posse do objeto e, obviamente, se interessa por ele).

Para a teoria localista do século XIX (GALINDO, 2004, p. 303-305) todos os casos oblíquos (isto é, todos exceto o vocativo e o nominativo) têm originalmente a função de indicar uma função de lugar ou direção. O dativo indicaria primitivamente o lugar para onde o objeto se dirige e, por analogia, passaria a indicar quem o recebe no destino.

Os gramáticos latinos chamam o dativo de direção “*octauus casus*” ou “*dativus sine praepositione*” e notam que ele é usado em lugar da construção comum formada pelo “*accusatiuus cum praepositione*” (ad +

acusativo) (GALINDO, 2004, p. 326). Segundo Guy Serbat (1989, p. 219-220) este uso do dativo, conhecido desde o período arcaico, é o chamado “lativo” ou dativo de direção ou aproximação: “*sucessimus antro*” (Vir. Buc. V, 9). Tal uso é corrente em grego e, provavelmente por isso, juntamente com seu aspecto arcaizante, foi considerado mais “poético” que o uso do acusativo com preposição a partir do período imperial. O uso feito por Virgílio da construção a tornou comum entre os seus epígonos. Nesta acepção, os prosadores latinos costumam usar preposições lativas (ad, in+ac., sub+ac.) Tito Lívio, patavino como Virgílio, porém, usa frequentemente este recurso em sua prosa, o que indica também um possível regionalismo relativo à região de Pádua. De qualquer forma, nota-se que em Roma, o uso do acusativo preposicionado é marcado como “vulgar” e que o uso do dativo, considerado como “erudito”.

3. A formação linguística de Fedro

No prólogo do livro terceiro das *Fábulas*, Fedro informa o seu lugar de nascimento:

*Ego, quem Pierio mater enixa est iugo,
in quo tonanti sancta Mnemosyne Iovi,
Fecunda novies, artium peperit chorum.*

(Prol., lib. III, vv. 17–19)

Nascido na Trácia, então província da Macedônia, filho de escravos, Fedro (Gaius Iulius Phaedrus, c. 10 a.C – c. 60 d.C) viveu no período áureo da história romana, sob o reino de Augusto, que o alforriou. Para ele, como para a maioria dos romanos que viveram no governo de Tibério, o contraste entre os dois príncipes foi notável. Tibério deveria parecer, sem dúvida, a tábua inútil sobre a qual as rãs saltavam da sua segunda fábula, até aparecer Sejano, a hidra, a face pública da crueldade imperial, que depois se tornou vítima dela. Fedro sobreviveu ainda ao reinado de Calígula, tendo morrido, provavelmente, durante o governo de Cláudio.

Otávio, ao reprimir a rebelião dos trácios (23-24 a.C.), ato que definiu sua supremacia sobre o Senado, tomou-o, ainda adolescente, como parte do espólio de guerra e o levou a Roma. Lá ele aprendeu latim, não sendo nativo desta língua. Sendo primeiro escravo e depois liberto do imperador, Fedro estava envolvido indiretamente nas intrigas palacianas, as quais testemunhava em primeira mão.

Complexa, portanto, é a formação linguística de Fedro. Sendo ele trácio, deveria falar a variante local do macedônio. A questão da língua macedônia, por sua vez, é já bastante obscura, não se sabendo ao certo se era um dialeto grego muito característico, ou uma língua separada (QUEIROZ, 1976, p. 156). Fedro certamente falava o dialeto *coiné*, usado pela administração provincial desde os tempos de Alexandre. Os romanos nunca tentaram impor sua língua aos falantes do grego, sendo os documentos oficiais importantes sempre traduzidos nessa língua (MARROU, 1971, p. 396). As citações constantes de Esopo mostram que Fedro tinha um conhecimento pelo menos literário de grego ático, embora ele possa ter conhecido o autor apenas por versões orais de suas fábulas. Notável é a ausência de citações de outros autores clássicos, o que pode demonstrar que seu conhecimento de ático fosse superficial ou nulo.

Um romano instruído versava-se "*utriusque linguae*", fazendo com que, ao ser levado a Roma, Fedro não tivesse que estudar o latim abruptamente, porém com obviedade o aprendeu. Levando a existência anfíbia de um escravo áulico, seu tirocínio da língua latina deve ter-se dado em duas frentes, uma em contato com a realidade plebeia das ruas e praças e outra pelo contato com o falar da nobreza em palácio e pelos volumes da biblioteca imperial. Sua vivência linguística certamente o fez adquirir uma consciência, ao menos incipiente, das diferenças entre as variantes linguísticas e sua significação social. Os comentários maldosos dos palacianos em relação à alocação dos populares e provincianos que procuravam as audiências devem ter-lhe oferecido pistas valiosas sobre as variantes linguísticas estigmatizadas da época.

Fedro assiste os primeiros passos para a separação entre o latim clássico e o latim vulgar, que vinha sendo sentida desde a geração anterior, como testemunhou Cícero. Com o surgimento de uma classe áulica, enfurnada nos palácios e temerosa da plebe, pronta a afirmar sua pretensa e frágil superioridade a cada passo, o uso da língua vai se tornando cada vez mais codificado e rígido.

4. A escrita de Fedro: o uso do dativo em "O Lobo e o Cordeiro"

"O Lobo e o Cordeiro" é a fábula inicial de seus livros, logo depois do pequeno prólogo de sete versos. Desde o momento da publicação, ela foi vista como um protesto contra o ministro Sejano, que governava em nome de Tibério.

Lúcio Élio Sejano (em latim: Lucius Aelius Seianus; 20 a.C. -31 d.C) foi prefeito da guarda pretoriana e em dada altura o homem mais influente na Roma Antiga, quando o imperador Tibério se retirou para o seu palácio na ilha de Capri.

De origem humilde, Sejano subiu na hierarquia militar até se tornar condutor da Guarda Pretoriana, da qual foi prefeito de 14 até a sua morte em 31. Rapidamente transformou-se no braço armado das políticas de repressão impostas por Tibério.

Durante a década de 20 d.C., Sejano acumulou gradualmente poder político, consolidando a influência que exercia sobre o desconfiado Tibério e eliminando os seus adversários políticos, entre eles o filho do imperador, Júlio César Druso. Quando Tibério se retirou para a ilha de Capri em 26, Sejano ficou na posse de toda a administração e agia como governante de fato. Os senadores e os cavaleiros tratavam-no como se fosse tal, o seu aniversário celebrava-se pelas ruas de Roma e erigiram-se estátuas na sua honra. Após esmagar os seus opositores políticos, a posição de Sejano tornou-se praticamente intocável. Este é o ambiente político evocado por Fedro na sua segunda fábula. Tibério é o “lenho inútil” que as rãs repudiam e Sejano é a hidra de “dente áspero”.

Após o autoexílio do imperador em Capri, Sejano tentou entrar para a família imperial ao casar com a viúva do filho do soberano, mas foi impedido; passou então a alimentar animosidades secretas contra Tibério. Em 31, Sejano foi nomeado cônsul e teria organizado uma conspiração contra o próprio príncipe para tomar o seu lugar; Tibério, no entanto, descobriu a conspiração por intermédio da denúncia de Antônia, chamada “a Jovem” ou “Menor”. Tibério retornará do autoexílio para executar o seu ministro. Assim, a composição das duas primeiras fábulas pode ser datada de algum ponto entre 26 e 31 d.C.

No final da fábula, Fedro escreveu "esta fábula foi escrita por causa daqueles homens que oprimem os inocentes com pretextos falsos". A segunda fábula, uma versão de uma anterior de Esopo, indica claramente o objetivo político do livro, sendo possível a identificação de Sejano com a hidra.

4.1. O *Mihi* e o *Ad Meos*

Em geral, o *mihi*, na passagem em tela, é interpretado como um dativo ético (uma vez que o verbo "*facere*" é transitivo direto) e indicaria

o interesse do lobo pela água bebida. A tradução literal segundo o entendimento corrente seria portanto

- a) “*turva para mim fizestes a água a ser bebida*” ou
- b) “*turva fizestes a água a ser bebida por mim*”.

O que não concorda totalmente com a resposta do cordeiro “*A te decurrit ad meos haustus liquor*” (De ti corre o líquido para os meus goles), ou seja, indicando a direção da água e não o interessado na ação. Com a interpretação lativa aqui proposta, traduziríamos

- c) “*turva fizestes em minha direção a água a ser bebida*”

ou menos literalmente

- d) “*fizestes a água ficar turva em minha direção*”,
- e) “*fizestes a água que vem em minha direção ficar turva*”,

o que justificaria a resposta do cordeiro em termos de localização (acima, abaixo) e a própria declaração do narrador “*Superior stabat lupus*”.

Mihi e *ad meos* devem ser então, segundo o nosso ponto de vista, variantes estilísticas de classe social: *mihi* indicaria um membro da classe alta falando um latim virgiliano e *ad meos* um latim mais próximo da plebe.

Nos poetas o uso do dativo lativo é abundante, especialmente nas obras de Virgílio e seus epígonos, por exemplo: *gregem viridi compellere hibisco* (Vir. Buc. II, 30). Fedro, como falante nativo de grego, deve ter notado essa distância do uso popular e o uso dos epígonos de Virgílio.

Em geral, serve de prova a frequência com que um dado fato linguístico ocorre numa obra. Neste caso, porém, é a ausência de outras ocorrências que chama a atenção. Em nenhuma outra fábula de Fedro existe um caso que possa ser tomado com dativo lativo.

Mesmo que não se queira admitir a natureza lativa de “*mihi*” no verso em questão, sabemos que o uso vulgar estava substituindo (opondo, portanto) o dativo ao acusativo preposicionado e foi este uso que sobreviveu no latim vulgar. O uso do dativo reiterado pelo lobo no verso “*Ante hos sex menses male' ait 'dixisti mihi*” pode indicar um reforço desta ideia. O cordeiro, por sua vez, não usa o dativo.

5. Considerações finais

Os estudos estilísticos apontam para as possibilidades de o falante/escritor optar entre utilizar os termos que mais expressam sua personalidade/emoção ou que mais se adequem à estética do texto que estão produzindo. Fedro, em "O Lobo e o Cordeiro", encontra-se entre esse último caso. A estilística é compreendida como a parte da linguística que consiste nas possibilidades estilísticas da língua e não no estilo do autor (DUBOIS et al., 2006, p. 237). Nosso estudo releva, portanto, a produtividade estilística da oposição do dativo ao acusativo preposicionado na Era Clássica. Fedro faz uma opção conscienciosa e significativa mostrando um posicionamento no contexto socioeconômico através do uso de uma variante estigmatizada para reforçar a mensagem que queria transmitir.

A influência das questões que envolviam a sociedade romana ao longo do século em que Fedro se encontrava, fez com que na escrita desse autor fosse possível observar que a língua era um marcador social, ou diferenciador/hierárquico, uma vez que existia a língua comum/vulgar utilizada pela plebe, que sobreviverá ao longo dos séculos, e a língua culta, usada pelos mais poderosos e os escritores consagrados no meio social e que se tornará cada vez mais rígida até se tornar uma "língua morta". A escolha de Fedro é uma pista para mostrar que a dicotomia entre latim clássico e latim vulgar está bastante atrelada à política do período imperial com o surgimento da classe dos áulicos.

A leitura, e o estudo, mais cuidadoso da fábula de Fedro, nos fez concluir que o que se passa na fala do lobo é um caso de dativo local e não "ético", ao contrário do que a crítica tradicional geralmente alega. Tal remate nos ocorreu, tanto devido à observação da frequência, ou da raridade, com que o autor utiliza o dativo, quanto à consideração da influência que o contexto social e o "cânone literário" exerceu sobre Fedro no momento de produção da fábula. O contexto social apontava para um forte divórcio entre a fala do povo e a da elite, que iria se consolidar durante o período imperial e dar origem às línguas românicas. O cânone apontava para a imitação das construções da língua grega em detrimento dos hábitos populares do latim. Isso ajudou Fedro a caracterizar o seu cordeiro como um membro da plebe e o lobo como alguém da corte imperial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA JR., Joaquim Matoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 2006.

ECO, Umberto. *Sei passeggiare nei boschi narrativi*. Milano: Bompiani, 1994.

FEDRO. *Fabulae*. Disponível em: <https://www.hs-augsburg.de/~harsch/Chronologia/Lspost01/Phaedrus/pha_lib1.html>.

Acesso em: 23-06-2017.

FOUCAULT, Michel. *Estética, ética y ermenéutica*. Introducción, traducción y edición a cargo de Ángel Gobilondo. Barcelona: Paidós Ibérica, 1999.

GALINDO, Marco Antonio Gutiérrez. El dativo latino: interpretaciones y bibliografía en los últimos siglos. *Emerita: Revista de Lingüística y Filología Clásica*, vol. LXXII, n. 2, p. 301-350.

GREIMAS, Algirdas Julien; CORTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, [s./d.].

MARROU, Henri-Iréné. *História da educação na antiguidade*. São Paulo: Edusp, 1971.

MONTEIRO, José Lemos. A escolha estilística. In: _____. *A estilística*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 47-78.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Mito. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 2007, 59 e ss.

PARATORE, Ettore. *Storia della letteratura latina*. Firenze: Sansoni, 1979.

PARENTE, Maria Cláudia Martins. O domínio da estilística: num convite a pesquisas e criações autônomas. *Caderno Discente do Instituto Superior de Educação*. Aparecida de Goiânia, GO, ano 2, p. 89-104, 2008.

PRISCIANUS. Prisciani institutiones: *GL 2,1-3,377*. Disponível em: <<http://htl2.linguist.jussieu.fr:8080/CGL/text.jsp?id=T43>>. Acesso em: 23-06-2017.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

QUEIROZ, Hermínio Aureo. *Fontes e evolução da língua*. Olinda: Funeso, 1976

SERBAT, Guy. Le datif dans les bucoliques de Virgile. *Minerva*, vol. 3. 1989, p. 214-229.

MORFOLOGIA
PERSPECTIVAS DE NOVOS HORIZONTES DE PESQUISA

José Pereira da Silva (UERJ)
jpsilva@filologia.org.br



GONÇALVES, Carlos Alexandre;
SILVA, Neide Higino da. (Orgs.).
Novos horizontes da pesquisa em morfologia. São Paulo: Pontes, 2017.
241 p. il.

<http://ponteseditores.com.br/loja>

Carlos Alexandre é doutor em linguística, professor titular de língua portuguesa na Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do CNPq e da FAPERJ, dedicando-se especialmente aos estudos da morfologia e da fonologia, com vários livros e artigos publicados.

Neide Higino é doutora em letras vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (onde trabalha), professora da Universidade Santa Úrsula e membro do Núcleo de Estudos Morfossemântico do Português (NEMP). Entre seus trabalhos publicados, destacam-se os artigos "A diversidade tipológica na composição de palavras neoclássicas agro-X" (*Fórum Linguístico*, vol. 14, p. 1779-1791, 2017) e "Rede associativa: uma nova proposta de análise para os compostos neoclássicos" (*Revista de Estudos da Linguagem*, vol. 25, p. 2027-2060, 2017) e o capítulo sobre "Os movimentos do *continuum* composição-derivação: uma análise descritiva dos compostos neoclássicos agro-X" (p. 181-201 deste livro).

Apresentando pequena amostra dos trabalhos mais recentemente desenvolvidos pelo NEMP, este livro aborda questões que vão da descrição de processos morfológicos, já bastante conhecidos e debatidos na área dos estudos morfológicos, a fenômenos praticamente intocados nas pesquisas linguísticas em trabalhos relativos à língua portuguesa.

A maioria dos trabalhos aqui apresentados resultam de pesquisas de trabalhos de conclusão de cursos de mestrado e doutorado, distribuídos em quatro partes: 1ª) Morfologia histórica; 2ª) Fronteiras externas da morfologia; 3ª) Fronteiras internas da morfologia e 4ª) Morfologia e ensino.

Segundo seus organizadores, na primeira parte, Regina Simões Alves trata da "abordagem histórica dos afixos que figuram em construções do aumentativo" (p. 17-52), analisando os sufixos *-ão*, *-aço*, *-ada*, *-eiro*, *-udo*, *-aria*, *-oso* e *-ento* para observar a inflexão aumentativa adquirida por eles ao longo do tempo e comprovar que não são "sinônimos", o que justifica essa variedade.

Na "Abordagem histórica das formações *X-nte*" (p. 53-98), segundo capítulo desta primeira parte, Marco Antônio Marinho trata dessas construções em *X-nte*, que indicam aquele ou aquilo que age, desde o latim clássico até o português atual, considerando que apenas o sentido de agente frequentativo ("repetente", "litigante" e "ficante") estava presente no latim. As ideias de agente profissional ("estudante", "atendente" e "feirante") e de agente instrumental ("absorvente", "alto-falante" e "ber-rante") surgiram na Idade Média, e os agentes químicos ("lubrificante", "repelente" e "estimulante") só aparecem no português contemporâneo.

Na segunda parte, João Carlos Tavares da Silva, tratando de "Morfologia e semântica: esquemas imagéticos na formação de denominais *X-eiro(a)* não agentivos" (p. 101-130) propõe uma formulação em quatro das diversas acepções das palavras formadas com este sufixo: 1ª) entidade do grupo das angiospermas ("cajueiro"); 2ª) entidade que funciona como recipiente ("lixeira"), 3ª) entidade que é objeto não-recipiente ("bagageiro") e 4ª) excesso de alguma entidade de caráter agentivo ("aguaceiro").

Carlos Alexandre Gonçalves e Felipe da Silva Vital, relacionando "Fonologia e morfologia: enantiomorfismo na 'gualín do TTK' (língua' do catete)" (p. 131-144) analisam o fenômeno que consiste no mapeamento direita-esquerda que resulta na criação de palavras de uso privado que mantêm a sequência segmental ou silábica da matriz, relacionando as restrições para que, apesar de criptografadas, tais palavras possam remeter às palavras originais, concluindo que o estudo do "TTK constitui objeto de estudo extremamente relevante para a análise de questões segmentais e métricas do português" (p. 144).

Na terceira parte, Vítor de Moura Vivas apresenta "A ausência de fronteiras rígidas entre flexão e derivação: abordagem das marcas de modo-tempo-aspecto e número-pessoa" (p. 147-179) demonstrando que as desinências respectivas podem apresentar características derivacionais, como é o caso de sua não obrigatoriedade, além da possibilidade de uso de perífrases para indicarem o mesmo tempo-modo e/ou aspecto.

Neide Higino da Silva também nesta terceira parte, escrevendo sobre "Os movimentos do *continuum* composição-derivação: uma análise descritiva dos compostos neoclássicos *agro-X*" (p. 181-201), analisa o estatuto dos formativos *agro-* e *agri-* na sincronia atual do português, demonstrando que as construções deles resultantes apresentam características morfológicas, sintáticas e semânticas distintas, podendo ser classificadas de compostos neoclássicos, de recomposição ou não se enquadrarem em nenhuma classificação por possuírem propriedades que não se adequam a nenhuma daquelas esperadas segundo a tradição gramatical.

Por fim, na última parte, Vitor de Moura Vivas, Felipe da Silva Vital, Wallace Bezerra de Carvalho, Rômulo Andrade de Oliveira e Carlos Alexandre Gonçalves destacam a dissociação entre os aspectos tratados nas gramáticas tradicionais e livros didáticos, e as reais situações de uso da língua e sugerem mudanças para o ensino de morfologia, considerando a função discursiva que podem assumir os distintos processos morfológicos na comunicação.

Enfim, além de lançar mão de informações históricas para interpretar o comportamento de elementos linguísticos atuais da língua portuguesa, os autores investigam as categorias gramaticais por protótipos, organizando-as de modo a orientar as reflexões sobre o *continuum* entre flexão e derivação e entre composição e derivação, apresentam e discutem algumas das recentes propostas relativas à interface entre a morfologia e a semântica, refletindo sobre outras formas de ver e analisar os elementos apresentados e discutidos por essas novas propostas.

Para tratar da interface entre morfologia e fonologia, buscam subsídios também na teoria da otimalidade para entenderem e explicarem uma linguagem de grupo criptografada, e concluem com a apresentação de propostas para o ensino da morfologia a partir dos estudos e pesquisas já desenvolvidas através do NEMP, que vale a pena serem testadas.

**PROCESSOS FONÉTICO-FONOLÓGICOS
NA FONOLOGIA HISTÓRICA DO PORTUGUÊS**

José Pereira da Silva (UERJ)

jpsilva@filologia.org.br



**GONÇALVES, Carlos Alexandre; BEL-
CHIOR, Ana Paula. *Fonologia histórica
do português*. Campinas: Pontes, 2017.
111 p. il.**

<http://ponteseditores.com.br/loja>

Carlos Alexandre é professor da Faculdade de Letras da UFRJ desde 1994, onde se doutorou em 1997 e atua, desde 1998. Tem pós-doutoramento com interface morfologia-fonologia pela UNICAMP e com interface morfologia-semântica, pela UFRJ. É pesquisador da área de linguística, com ênfase em morfologia e fonologia do português, sendo autor dos livros: *Atuais tendências em formação de palavras*; *Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e Derivação em português* e de *Introdução à Morfologia Não Linear*, tendo organizado os livros: *Processos marginais de formação de palavras* e *Otimalidade em foco: morfologia e fonologia do português*, entre outros. Tem diversos capítulos de livros e artigos científicos publicados, é líder do NEMP (Núcleo de Estudos Morfológicos do Português), bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq e Cientista do Nosso Estado da FAPERJ e orienta trabalhos de conclusão de cursos de mestrado e doutorado e trabalhos de iniciação científica sobre questões referentes aos temas em que se especializou.

Ana Paula é doutora, mestra e bacharel em língua portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora adjunta da mesma universidade e membro do MEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português), tendo vários artigos publicados em periódicos e capítulos de livros, dentre os quais se destacam os artigos "O encurtamento de formas com a preservação do morfema à esquerda: uma análise otimalista" (na *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 4, p. 1-15, 2006) e "O encurtamento de formas sem morfema de truncamento: um enfoque otimalista" (na revista *Ao Pé da Letra – UFPE*, v. 7, p. 23-37, 2005) e o capítulo "Análise estrutural do truncamento com os instrumentos da Teoria da Correspondência", do livro *Otimalidade em foco: fonologia e morfologia do português*, organizado por Carlos Alexandre Gonçalves et al. (2009, p. 153-172) além do livro

Processos "marginais" de formação de palavras (Pontes, 2016).

Na "Apresentação" (p. 7-8), os autores informam que o livro aborda os processos fonológicos que marcaram a passagem do latim ao português, levando sempre em consideração o período do galego-português, no qual já são visíveis as inovações e mudanças linguísticas que já eram correntes no latim vulgar (língua viva da costa ocidental da Península Ibérica), comparadas ao latim clássico.

Explicitam também que foi privilegiada a história interna da língua, que consiste na descrição das modificações sofridas durante a evolução do idioma desde os registros latinos nos documentos literários ou não, até às formas atuais, identificando os processos responsáveis por essa modificação da língua latina, conhecida como língua portuguesa, não somente no Brasil e em Portugal, mas também nos diversos países lusófonos, em todo o mundo.

Observando tais processos de evolução fonético-fonológicos na história interna de nosso idioma, foi priorizada a busca de dados reais existentes e facilmente encontráveis no português brasileiro atual.

Três objetivos guiaram os autores na produção dessa obra, com o objetivo de facilitar a busca de explicações, principalmente pelo brasileiro que se interessa pelo melhor conhecimento de seu idioma, através das etapas pelas quais passou em sua evolução.

Primeiramente, foi preciso deixar claro que houve vários períodos históricos entre o latim falado na região que hoje constitui a Galiza e Portugal (durante a colonização romana) e a forma atualmente conhecida como língua portuguesa, e que diferentes fenômenos fonológicos marcaram de forma particular cada um desses períodos.

Também foi preciso identificar, descrevendo e exemplificando, os principais processos fonológicos ocorridos em cada um desses períodos da formação histórica do idioma, o que se fez em dois capítulos específicos (o primeiro, tratando dos metaplasmos ocorridos com as consoantes – o consonantismo, e outro, especificamente dos metaplasmos ou alterações fonéticas ocorridas com as vogais – o vocalismo).

Por fim, o terceiro objetivo dos autores foi o de justificar as variações fonético-fonológicas encontradas no português brasileiro atual, considerando que, muitas vezes, para a explicação de alguns desses fatos, é preciso retomar formas antigas e processos evolutivos da língua que ocorreram em períodos bem remotos de sua história.

Firmes na convicção de que as condições ou forças condicionantes da variação linguística sempre foram mais ou menos as mesmas em todos os tempos, Carlos Alexandre e Ana Paula abordam as mudanças sonoras que ocorreram no passado até chegarem às formas atualmente vivas na língua portuguesa do Brasil como uma consequência do "princípio da uniformidade" (FARACO, 2005, p. 122)⁴⁹, visto que "as comunidades humanas partilham, no presente e no passado, de certas propriedades recorrentes". (*Idem, ibidem*, p. 123)

Apesar de não estar incluída a intenção de Carlos Alexandre Gonçalves e Ana Paula Belchior de colaborar com os estudos sociolinguísticos das variações (que nem sempre resultam em mudanças), pode-se considerar também a utilidade desta obra segundo o que escreve Carlos Alberto Faraco, pouco depois, na obra citada por eles:

Assim, o estudo sistemático da variação sincrônica, incluído aí o estudo das chamadas mudanças em progresso, ao elucidar as formas como está condicionada a heterogeneidade atual, nos dá recursos metodológicos para melhor analisar o passado, que foi também uma realidade heterogênea condicionada, basicamente, por fatores semelhantes aos que operam no presente. (FARACO, 2005, p. 123)

Enfim, quem estiver, efetivamente, interessado em conhecer bem a língua portuguesa, tanto do passado quanto do presente, precisa ler este trabalho, que é uma das mais felizes sínteses da fonologia histórica da língua portuguesa.

⁴⁹ Carlos Alberto Faraco. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005, p. 123.